

**Nº08 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 19 de abril
de 2018. -----**

Aos dezanove dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sra. Eng.ª Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de dezasseis de abril de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

O Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, esteve ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por se ter deslocado à Cidade do Porto, por motivos profissionais. -----

Tudo, conforme decorre da comunicação enviada, por e-mail de 18/04/2018, pelo referido Vereador do Partido Social Democrata. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo procedido à entrega e leitura dos seguintes votos de congratulação, em vista à sua análise e ponderação, por parte do Executivo Municipal: -----

**1 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO -----
PELA MANUTENÇÃO DA EQUIPA FEMININA DE FUTSAL DO GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES NA 1ª DIVISÃO NACIONAL -----**

No passado dia 7 de abril, a equipa feminina de Futsal do Grupo Desportivo de Chaves garantiu a manutenção na 1ª Divisão Nacional de Futsal, vencendo o Póvoa Futsal por uma bola a zero num encontro que teve lugar no Pavilhão Municipal de Chaves. -----

Esta vitória, a um jogo do fim da época, tranquilizou as Valentes Transmontanas que assim defrontarão mais serenamente e sem pressão o último encontro com o clube Penaguense. -----

Constitui para nós motivo de orgulho ter um clube que leva o nome do concelho no primeiro patamar da modalidade, contribuindo para a afirmação do concelho de Chaves no panorama desportivo nacional. ----
Congratulamo-nos particularmente com esse feito. -----
Chaves, 19 de abril de 2018 -----

Os Vereadores -----
 António Cabeleira -----
 Manuela Tender -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 1 - A Autarquia associa-se a este voto de congratulação, não só pelo feito desportivo alcançado, pela equipa feminina de Futsal do Grupo Desportivo de Chaves, mas também pelo sentimento de orgulho gerado, pela manutenção da equipa na 1ª Divisão Nacional de Futsal, e indissociável do grande empenho, competência e dedicação demonstrados, pelas nossas jovens desportistas. -----
 2 - Dever-se-á dar a devida nota deste reconhecimento institucional da Câmara Municipal, a todos os agentes desportivos envolvidos, no caso, Dirigentes, Treinadores e Atletas do Clube. -----

2 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO -----
 PELA DISTINÇÃO DO MACNA COMO MELHOR EMPREENDIMENTO DO ANO DE 2018 ---
 O Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso (MACNA) foi galardoado com o Prémio "Melhor Empreendimento do Ano de 2018" na Gala do Prémio Nacional do Imobiliário, organizada anualmente pela Revista Magazine Imobiliário, que decorreu este ano no Vila Galé Cascais hotel a 3 de abril de 2018. O MACNA venceu também o prémio na categoria de equipamentos coletivos. -----
 Projetado pelo reputado Arquiteto Álvaro Siza Vieira, o MACNA foi inaugurado em 2016, pelo atual Presidente da República Portuguesa, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, e constitui uma homenagem simbólica do Município ao Arquiteto e Artista Plástico flaviense Nadir Afonso, que nasceu em Chaves em 1920 e transporta, através do legado perene da sua obra de arte, o nome da cidade e do concelho de Chaves pelo mundo. -----

De referir que o Presidente da República Portuguesa esta a obra-prima de Siza Vieira que diz ser de longe a sua melhor obra, reafirmando o gosto de estar na inauguração deste equipamento e exprimindo publicamente a sua apreciação valorativa sobre o mesmo, o que constitui um reconhecimento de excecionalidade da obra e é motivo de satisfação e orgulho para os Flavienses. Esta opinião é partilhada por muitos outros cidadãos, permitindo-nos destacar, por ser uma apreciação avalizada na vertente científica e académica, a do reconhecido Professor da Faculdade de Belas Artes do Porto Professor Bernardo Pinto de Almeida para quem o MACNA de Chaves "poderia perfeitamente estar em Nova Iorque ou São Paulo, como em Lisboa ou no Porto", afirmando que, em termos arquitetónicos, o MACNA "compete perfeitamente com o novo Museu da EDP e o MAAT", apenas não tem "o mesmo orçamento e os mesmos meios de promoção". Para este conceituado Professor o edifício do Museu projetado por Álvaro Siza Vieira "é uma obra prodigiosa" que pode e deve evidenciar a imensa importância artística, cultural e histórica da obra de Nadir. -----
 Recordamos que já em 2017 o MACNA foi um dos quatro únicos projetos de arquitetura portugueses nomeados para o Prémio Europeu "Mies Van Der Rohe", que em 40 nomeações que pretendiam "destacar as oportunidades e tendências do território europeu atual", segundo a Organização, tinha apenas quatro projetos portugueses a saber: o MACNA; o MAAT (Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia); a Sede da EDP e um projeto privado de casa em Oeiras. Neste mesmo ano, o MACNA foi também nomeado para a 10ª edição dos Prémios Construir 2017, na área da Engenharia. -----

Assim, porque todos verificamos, hoje, que as nomeações e distinções desta obra a têm colocado ao lado de projetos reputados e referências atuais incontornáveis da arquitetura a nível nacional e internacional, como o Museu da EDP ou o MAAT, colocando Chaves na rota da arquitetura moderna e da arte congratulamo-nos pelo galardão recentemente conquistado pelo MACNA e destacamos a importância e o valor real e simbólico deste legado da responsabilidade dos anteriores Executivos Municipais liderados pelo PSD que constitui um assinalável reforço da atratividade da cidade e do concelho de Chaves, da região e do País, incorporando uma dimensão de arte moderna, eclética e cosmopolita que perdurará no tempo, enriquecendo e valorizando o nosso património arquitetónico, cultural e artístico. -----

Chaves, 19 de abril de 2018 -----

Os Vereadores -----

António Cabeleira -----

Manuela Tender -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Lamenta que, à guisa de um prémio de arquitetura concedido ao edifício do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, a Senhora Vereadora, faça aqui uma divulgação de uma obra do Governo local do PSD, sem menosprezo pela justa avaliação, estética e arquitetónica, da obra do Arq. Siza Vieira. -----

2 - Este empreendimento não deve ser usado como uma arma de arremesso partidário, sem prejuízo da singularidade e valia artística do seu projeto arquitetónico, o qual pretendeu prestigiar e divulgar a notável obra do Mestre Nadir Afonso. -----

3 - É decisivo que, no futuro, este equipamento cultural possa ser valorizado por todos os atores envolvidos, nomeadamente, artistas, entidades públicas e pelo público em geral. -----

4 - O funcionamento do Museu não foi, em tempo oportuno, devidamente ponderado, não existindo um plano estratégico e financeiro que urge desenvolver, tendo em vista a integração do Museu na rede nacional de museus. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - A obra de construção do Edifício destinado à instalação do Museu e os terrenos indispensáveis à sua execução ainda estão, na presente data, por pagar. -----

2 - A assunção dos encargos financeiros relacionados com a materialização deste projeto irá constituir um significativo esforço financeiro da autarquia. -----

3 - A concretização deste projeto e o esforço financeiro dele emergente, impediu a realização de outros investimentos públicos relevantes para o desenvolvimento do Concelho e para a melhoria da qualidade de vida dos flavienses, nomeadamente, a construção das piscinas municipais. -----

De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo tecido os seguintes comentários adicionais, sobre a matéria: -----

1 - Lamenta a posição do Vereador da Cultura, Dr. Francisco Chaves de Melo, sobre a relevância do projeto, em apreciação, embora tal postura

política seja coerente com anteriores posições, por este, assumidas, sobre o mérito e/ou relevância deste equipamento cultural. -----

2 - A referência ao facto desta obra ter sido levada a efeito, por Executivos Municipais anteriores, liderados, pelo PSD, constitui um facto incontornável e que a história comprova. -----

3 - Relativamente à potencialização deste equipamento cultural, é evidente que há muita coisa a fazer nesse domínio. -----

4 - O desafio deste Executivo, com a colaboração do PSD, passa, inquestionavelmente, por potencializar esta obra, no sentido da mesma poder atrair mais público, sendo mais conhecida e reconhecida, constituindo, simultaneamente, um projeto que tenha retorno cultural, turístico e económico para o Município de Chaves e para a imagem do Concelho e da Região. -----

De seguida, e em resposta à intervenção, acima, exarada, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -----

1 - Compreende o desconforto dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, relativamente às considerações, anteriormente, tecidas, sobre a matéria, em apreciação, particularmente, no que concerne à ausência de um modelo de gestão e exploração do Museu Nadir Afonso. -

2 - De facto, o Governo Local liderado, pelo PSD, nunca elaborou um plano estratégico de funcionamento e exploração deste relevante equipamento cultural, facto que evidência uma impreparação na sua gestão, diga-se, até aqui, paroquial, a qual nada abona para o prestígio e dimensão do próprio projeto. -----

3 - Registe-se que, na presente data, o Museu ainda não dispõe de um Diretor Artístico responsável pela sua gestão. -----

4 - No dia de ontem, teve lugar, precisamente, uma reunião de trabalho, em Lisboa, com o Senhor Ministro da Cultura, na qual foram ponderadas diversas soluções gestionárias para viabilizar a rentabilização do próprio Museu e nas suas diversas dimensões: cultural, artística e turística. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

1 - As declarações do Senhor Vice-Presidente da Câmara estão mal enquadradas. -----

2 - De facto, na presente data, não conhece nenhum auto de medição que esteja, em dívida, relativamente às obras associadas à construção deste equipamento, quer no que diz respeito à construção do edifício propriamente dito, quer no que concerne ao parque de estacionamento.-

3 - Quanto aos procedimentos expropriativos relacionados com o mesmo empreendimento, é sua convicção que, na presente data, já não existe nenhuma parcela de terreno para expropriar, sendo certo que também não existem, sobre a matéria, processos judiciais pendentes. -----

4 - A construção desta obra não impediu a construção das piscinas municipais, tanto mais que o quadro comunitário de apoio, à data, em vigor, não contemplava este tipo de infraestruturas desportivas. ----

5 - O modelo de gestão preconizado, inicialmente, para o museu partiu do pressuposto, que acabou por não se verificar, de que a gestão do mesmo seria assumida pelo próprio fundador Mestre Nadir Afonso. ----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

- 1 - No que concerne aos procedimentos expropriativos relacionados com a concretização do projeto de construção do Museu e correspondentes encargos financeiros, os mesmos têm tradução no relatório de gestão da Autarquia, que vamos hoje apreciar com o relatório de contas, sendo certo que tais procedimentos ainda não estão, totalmente, consolidados, quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista financeiro, existem enormes empréstimos por pagar. -----
- 2 - A execução desta obra veio a ser, claramente, financiada através das receitas arrecadadas, pela autarquia, e atinentes ao fornecimento de água e à prestação de serviços de saneamento, caso contrário nunca teria cabimento orçamental. -----
- 3 - Como é evidente, na presente data, a autarquia irá fazer tudo o que esteja ao seu alcance, em vista a não permitir a delapidação e/ou desvalorização de tão relevante património municipal. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

a) Gestão da Rede Escolar: Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, no sentido de abordar a problemática relacionada com a gestão da rede escolar do Concelho. -- De facto, alguns encarregados de educação têm manifestado a sua preocupação, sobre o eventual encerramento de alguns estabelecimentos escolares do Concelho de Chaves, muito concretamente, na área do ensino pré-escolar e ensino primário (1º Ciclo), dando como exemplo, entre outros, o eventual encerramento das escolas do pré-escolar de Cimo de Vila da Castanheira, São Lourenço e Vila Verde da Raia e das escolas do 1º ciclo de Cimo de Vila da Castanheira, Rebordondo e Vila Verde da Raia. -----

Neste contexto, perante as preocupações legítimas dos nossos concidadãos, anteriormente, evidenciadas, solicitou, junto do Presidente da Câmara, informação, sobre a matéria relacionada com o eventual encerramento de algumas escolas que integram a rede escolar do Concelho. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

- 1- Como é, seguramente, do conhecimento do Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, existem orientações do Ministério da Educação que apontam para o encerramento de algumas escolas. ----
- 2 - Tais medidas foram, também, concretizadas, ao longo dos mandatos autárquicos anteriores. -----
- 3 - O Ministério da Educação aponta para o encerramento das escolas que tenham uma frequência inferior a 21 alunos, sendo certo que, atualmente, há alguns estabelecimentos escolares, no Concelho, que apenas têm dois ou três alunos. -----
- 4 - É sua convicção que os estabelecimentos escolares que disponham, no mínimo, de oito a dez alunos, devem ser mantidos. -----
- 5 - O posicionamento da autarquia será, absolutamente, intransigente, no sentido de manter, em pleno funcionamento, todos os estabelecimentos escolares que cumpram o rácio mínimo, anteriormente, mencionado, e com projeção nos jardins de infância e/ou estabelecimentos escolares do 1º ciclo. -----
- 6 - Por vontade da autarquia, não irá ser encerrado nenhum estabelecimento escolar, até porque essa responsabilidade decisória está, legalmente, confiada ao Ministério da Educação. -----

7 - A distância média, quer em tempo, quer em quilómetros, entre os estabelecimentos escolares e os locais de residência das crianças, constitui, como é evidente, um pressuposto fundamental para ditar a gestão do Parque Escolar, situação que saí, ainda, agravada pela falta de dinamismo populacional. -----

8 - Este assunto não pode ser tratado com demagogia, sendo certo que a autarquia, em coordenação com as freguesias, irá revisitar todo este dossiê, batendo-se pela manutenção do funcionamento das escolas, partindo dos rácios de gestão, anteriormente, mencionados. -----

b) Financiamento Externo - Construção do Canil Municipal: De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo, dado nota da recente publicação de despacho conjunto da tutela, tendo como objeto a abertura de concurso para a obtenção de financiamento destinado à construção de equipamentos identificados, em epígrafe. -----
Sendo certo que, no caso, individual e concreto, do Município, a construção do canil municipal veio a ser uma ação selecionado, no âmbito do Orçamento participativo. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - O Município de Chaves tem conhecimento da publicação do aviso referido, pelo Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira. -----

2 - Da análise feita sobre as ações integradas no objeto do dito aviso, tudo aponta, à partida, para o facto do mesmo não contemplar linhas de financiamento suficientes para a realização do projeto selecionado, no âmbito do Orçamento Participativo, no caso, a construção do canil municipal. -----

IV - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ RIBEIRO. -----

Usou da palavra, o Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, tendo começado a sua intervenção, mediante a apresentação de um voto de congratulação, pelo facto da "Mesa de Chaves e da Mesa de Montalegre" terem sido selecionadas como pré-finalistas, no âmbito do concurso "7 maravilhas à mesa", facto que muito valoriza a gastronomia da região, com impacto, manifestamente, positivo na sua dinamização turística. -
Sequencialmente, o Presidente da Câmara deu nota, ao Executivo, das seguintes ações desenvolvidas, pela autarquia, e com incidências nas diversas áreas de intervenção municipal, a saber: -----

a) Ação de sensibilização, sobre estratégias de reabilitação urbana, particularmente, do Centro Histórico de Chaves - Tal ação teve lugar, na pretérita semana, contando com a participação, genuína e interessada de diversos cidadãos flavienses, sendo certo que a autarquia veio a assumir, em tal fórum, a sua vontade irreversível centrada na aposta da reabilitação do património edificado, em cooperação com os particulares. -----

b) Apresentação do Rali do Alto Tâmega - Teve lugar, na pretérita semana, a cerimónia oficial de apresentação do Rali do Alto Tâmega, constituindo, tal iniciativa, um importante acontecimento para a divulgação desportiva e turística do concelho e da região. -----
A concretização de tal iniciativa envolveu uma parceria institucional com o Município de Boticas. -----

c) Comemoração dos 530 anos do primeiro livro em língua portuguesa - Teve lugar, no dia de ontem, a cerimónia de comemoração dos 530 anos da impressão do primeiro livro de língua portuguesa - "Sacramental" - .

d) Entrada em vigor do regime de alteração ao Regulamento do PDM de Chaves - O Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo Municipal, da publicação, no dia de ontem, em Diário de República, da alteração introduzida ao Regulamento do PDM de Chaves, devidamente aprovada, pelos Órgãos Municipais competentes.

e) Inauguração da exposição "Mesa dos Sonhos" - Tem lugar, no dia de hoje, a inauguração da exposição "Mesa dos Sonhos". A exposição conta com a colaboração da Fundação de Serralves - Museu de Arte Contemporânea - e Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento. O Presidente da Câmara aproveitou a oportunidade para dirigir convite, a todos os membros do Executivo Municipal, para a cerimónia de inauguração da exposição marcada para as 18 horas do dia de hoje.

De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo tecido os seguintes comentários, sobre a matéria:

Lamentavelmente, a sua agenda parlamentar tem tornado, objetivamente, impossível a sua participação nas ações municipais, anteriormente, divulgadas, pelo Presidente da Câmara.

No que concerne à rede escolar e sua gestão, as políticas públicas deverão introduzir uma discriminação positiva para o território do interior do País, sendo feita uma aposta clara na proximidade dos serviços públicos às populações locais.

É preciso sensibilizar a tutela sobre as características próprias do Concelho de Chaves, sendo, nessa justa medida ajustada a gestão da sua rede escolar às características do Concelho e do Território Municipal, nomeadamente, no que diz respeito ao traçado da rede viária existente, condições de efetiva mobilidade, entre outros pressupostos relevantes, sobre a matéria.

Esta sua posição não tem nenhuma conexão político-partidária.

Já no tempo do Governo do PSD, teve a oportunidade de confrontar o, então, Ministro da Educação, Nuno Crato, para a necessidade de serem desenvolvidas políticas públicas de discriminação positiva para os territórios do interior, na área da educação, permitindo ajustar as medidas de gestão do Parque escolar, em função das características endógenas do interior do País.

Considerando os resultados nacionais apurados, em matéria de aproveitamento escolar, os alunos de trás os montes estão abaixo do nível médio nacional, pressuposto que deve ser levado em linha de conta, em vista a dar sustentação à concretização de tais políticas públicas de discriminação positiva, no interior do País e na área da educação.

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários:

1 - A relação estabelecida entre a política de transportes escolares (mobilidade) e os resultados escolares feita, na intervenção, que antecede, pela Vereadora do PSD, Dra. Manuela Tender, enferma de um grande engano.

2 - De facto, os resultados escolares que são medidos dizem respeito a um nível de ensino mais elevado, não tendo os mesmos qualquer incidência no ensino pré-escolar e no ensino primário. -----

3 - Atualmente está provado que a aprendizagem das nossas crianças é uma aprendizagem "inter - partes", sendo certo que a socialização é a base fundamental de aprendizagem das nossas crianças e não os transportes disponíveis. -----

4 - Mais do que a eficiência e a eficácia dos transportes escolares, importa garantir a socialização das crianças, sendo este um elemento decisivo para a sua boa educação. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo tecido, adicionalmente, os seguintes comentários, sobre a matéria: -----

1 - O sucesso escolar das crianças que frequentam o ensino pré-escolar e o primeiro ciclo de ensino, sem desconsiderar a importância da sua socialização, está, fortemente, dependente de uma adequada política de proximidade, de integração familiar das crianças e da sua ligação afetiva. -----

2 - Tais factores são decisivos para o sucesso escolar das nossas crianças. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 05 de abril de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participou na votação deste assunto, o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender em virtude de não terem estado presentes na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA Nº 21/GAP/2018.

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

1. A Associação VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago, NIPC 513 030 239, sediada em Vidago, concelho de Chaves, é uma associação sem fins lucrativos para a qual cada associado na sua constituição contribuiu com unidades de participação, correspondendo, a cada unidade, mil euros. -----

2. A VIDAGUSTERMAS, foi constituída, com 39 unidades de participação, detendo o Município de Chaves 20 participações, tornando-se, por essa

via, uma entidade pública participante com influência dominante na dita associação, à luz do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. -----

3. No âmbito das ações, de regeneração de interesse público, levadas a cabo pelo Município, na área cultural, a autarquia procedeu à requalificação da habitação onde viveu o pintor João Vieira, em Vidago transformando-a em Casa Museu João Vieira, visando que a mesma funcione, como um catalisador da atividade turística, económica e cultural no centro da vila de Vidago. -----

4. A VIDAGUSTERMAS tem, no âmbito do seu objeto social, entre outras atividades, a gestão de equipamentos turísticos, podendo exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal, sendo certo que a sua área de intervenção geográfica, a habilita a poder dar uma resposta mais célere, eficaz e eficiente aos problemas da gestão corrente de equipamentos municipais como a "Casa Museu João Vieira", a "Loja de Produtos Locais" e outros equipamentos de interesse turístico local. -----

5. Considerando que a referida Associação, pretende continuar a assumir a dinamização da Casa Museu João Vieira, concretamente mediante a sua musealização e a realização de exposições itinerantes, equipamento cultural que lhe foi cedido, a título de comodato, através do contrato assinado em 23/02/2016, cuja proposta foi aprovada em reunião de executivo municipal de 27/11/2015; -----

6. Considerando a finalidade primária a que se destina o referido imóvel, muito concretamente o acolhimento da exposição permanente do pintor, e, ainda, a promoção de várias exposições itinerantes; -----

7. Considerando que, com a abertura da Casa-Museu João Vieira, é também disponibilizada ao público uma Loja de Produtos Regionais, assim como o Balcão de Atendimento da Rota da Água e a Promoção Turística da Vila de Vidago e da região flaviense, bem como a promoção do equipamento municipal Balneário Termal e Pedagógico de Vidago; ---

8. Considerando que a missão desta Associação, se consubstancia na dinamização da Vila Termal de Vidago como destino turístico de excelência, permitindo a valorização de todo o património cultural da região da Ribeira de Oura e, consequentemente do Concelho de Chaves, em particular no que se refere à oferta termal diferenciadora, quer na vertente terapêutica, quer na vertente de bem estar; -----

9. Considerando que a prossecução de tais atividades se articula com o objeto da referida associação e com o interesse público municipal que esteve subjacente à participação deste na VIDAGUSTERMAS, por maioria de razão, no que se refere à gestão dos equipamentos municipais e à dinamização da atividade económica e turística, em especial para o corrente ano de 2018; -----

10. A referida Associação é participada pelo Município de Chaves o qual exerce uma influência dominante por via da detenção da maioria das unidades de participação 20 em 39, encontrando-se abrangida pelo regime jurídico do setor empresarial local - RJAEL- aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na redação que foi dada pelo artigo 256º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2017; -----

11. Face à natureza da associação, em execução das atividades aprovadas no plano de atividades e orçamento para 2018, e de harmonia com o estipulado nos respetivos estatutos, e em vista à concretização das atividades de interesse público consubstanciado, na promoção, dinamização e divulgação dos equipamentos culturais municipais localizados, na área geográfica de Vidago, bem como da Ribeira de Oura, o Município deverá celebrar um contrato programa com a referida

associação titulando a gestão dos equipamentos, definindo, simultaneamente o fundamento da necessidade do contrato, bem como a eficiência e eficácia que se pretende atingir com a respetiva relação contratual, e, ainda, estabelecendo indicadores que permitam medir a realização dos objetivos ao abrigo das disposições combinadas previstas no n.º3 do artigo 59º e artigo 47º da Lei n.º 50/2012, na redação que lhe foi conferida pela LOE 2017. -----

12. Para efeitos do n.º1 do Artigo 5º-B, do Código dos Contratos Públicos - CCP -, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e posteriores Declarações de Retificação, a parte II do Código não se aplica à celebração do contrato programa, em causa, à luz do disposto na alínea c), do n.º4 do Artigo 5º do CCP, estando, no entanto, sujeito ao seu âmbito de aplicação e princípios, com as devidas adaptações. -----

13. Por fim, atendendo a que as atividades de interesse geral em causa importam para a VIDAGUSTERMAS a adoção de custos inferiores aos proveitos, no âmbito da exploração do espaço museológico e turístico, é previsível a necessidade de atribuição de subsídio à exploração, por parte da entidade pública participante, no património daquela associação, ao abrigo de contrato programa a celebrar e para as atividades nele previstas, no valor que foi estimado em 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros). -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e nos termos do disposto sobre a matéria no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nas disposições combinadas previstas no n.º3 do artigo 59º e n.º5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e n.º1 do Artigo 1º-A e Artigo 290-A, do CCP, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um contrato-programa com a Associação VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago -, titulando a gestão dos Equipamentos Municipais "Casa Museu João Vieira" e Loja de Produtos Locais, o posto de atendimento turístico, bem como a promoção e divulgação do Balneário Termal e Pedagógico de Vidago, mediante a atribuição de um subsídio à exploração no valor de €55.000,00, concretizando os indicadores de eficiência e eficácia que se pretendem atingir, nos termos do disposto no n.º1 e no n.º2, do Artigo 47º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações sociais - RJAEI -, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; -----

b) A presente despesa tem enquadramento financeiro, nas seguintes rubricas orçamentais: 01.02.08.07.01.09 e 01.02.04.07.01.08, a que corresponde o compromisso n.º 749/2018; -----

c) Em vista ao bom acompanhamento e monitorização do contrato é designado gestor do contrato, para efeitos do disposto no n.º1 do Artigo 290º-A, do CCP, o Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, Arq. Rodrigo A. L. Moreira. -----

d) Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo contrato-programa, cujo teor se dá por integralmente reproduzido, devendo a mesma ser sujeita à emissão de parecer prévio favorável, à formalização do contrato, por parte do Conselho Fiscal da Associação, nos termos previstos, e com as necessárias adaptações na alínea c), do n.º6, do Artigo 25º do RJAEI, e submeter tais documentos à apreciação e discussão da assembleia municipal em vista à sua aprovação, nos termos do disposto no n.º 5 do Artigo 47º do citado regime jurídico; -----

e) Em conformidade com o disposto no n.º 7 do aludido Artigo 47º, caso o respetivo contrato seja aprovado pelo órgão deliberativo municipal, depois de celebrado, que o mesmo seja comunicado à Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, respeitando-se o prazo previsto para o efeito na LOPTC; -----

f) Por fim, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o aludido contrato-programa. -----
Chaves, 28 de março de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro -----

Anexo: -----

- Plano de Atividades e Orçamentos para 2018; -----

- Estatutos; -----

- Minuta do Contrato Programa. -----

MINUTA -----

CONTRATO-PROGRAMA -----

Entre: -----

Município de Chaves, pessoa coletiva n.º **501 205 551**, com sede na Praça de Camões, em Chaves, representado pelo Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, com poderes para obrigar, conferidos por deliberação camarária de ...de ...de 2018 e da Assembleia Municipal de ... de ... de 2018, adiante abreviadamente designado por CMC ou Primeiro Outorgante;

E -----

VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago, sem fins lucrativos, com o NIPC **513 030 239**, com sede em Vidago, na Estrada Nacional n.º 2, 234, 5425-323 Vidago, representada pelo Presidente da Direção, **Rui Manuel Branco Rodrigues**, com poderes para obrigar, conforme Estatutos e deliberação da reunião da Direção de ... de ...de 2018, adiante designada VIDAGUSTERMAS ou Segunda Outorgante; -----

Considerando que: -----

- A Associação VIDAGUSTERMAS - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago, NIPC 513 030 239, sediada em Vidago, concelho de Chaves, é uma associação sem fins lucrativos para a qual cada associado na sua constituição contribuiu com unidades de participação, tendo por objeto social, designadamente: -----

- A gestão de equipamentos Turísticos; -----

- O desenvolvimento termal e turístico de Vidago; -----

- A promoção da vila de Vidago como destino termal e turístico; --

- A promoção da vila de Vidago como local de realização de congressos, feiras e outras organizações afins, podendo exercer outras atividades, desde que consideradas acessórias ou complementares do seu objeto principal. -----

- A VIDAGUSTERMAS, foi constituída com 39 unidades de participação, detendo o Município de Chaves 20 participações, tornando-se, por essa via, uma entidade pública participante com influência dominante, na dita associação, à luz do disposto no regime jurídico do setor empresarial local nos termos das disposições combinadas previstas no artigo 59º e na alínea a), do n.º 1 do artigo 19º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pelo artigo 256º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro - LOE 2017 -, -----

- No âmbito das ações, de interesse público, levadas a cabo pelo Município, na área cultural, a autarquia procedeu à requalificação da

habitação onde viveu o pintor João Vieira, em Vidago, transformando-a em Casa Museu João Vieira, funcionando a mesma como catalisadora da atividade turística, cultural e económica da vila de Vidago; -----

- No âmbito da prossecução das suas atribuições em matéria de realização de investimentos em equipamento rural e urbano, o Município de Chaves promoveu a construção do Balneário Termal e Pedagógico de Vidago, no intuito de reforçar a capacidade e transversalidade da oferta termal deste Município, atribuindo-lhe uma componente inovadora, na área de formação de balneoterapia e SPA; -----

- A VIDAGUSTERMAS tem, no âmbito do seu objeto social, entre outras atividades, a gestão de equipamentos turísticos, podendo exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal, sendo certo que a sua área de intervenção geográfica, a habilita a poder dar uma resposta mais célere, eficaz e eficiente aos problemas da gestão corrente de equipamentos municipais, designadamente a "Casa Museu João Vieira", a "Loja de Produtos Regionais" e o posto de atendimento turístico; -----

- A VIDAGUSTERMAS, tem na sua posse a Casa Museu João Vieira, equipamento cultural que lhe foi cedido, a título de comodato, através do contrato outorgado em 23/02/2016, cuja proposta foi aprovada em reunião de executivo municipal de 27/11/2015, destinando-se o referido imóvel ao acolhimento da exposição permanente do pintor assim como a promoção de várias exposições itinerantes; -----

- A missão da VIDAGUSTERMAS, consubstancia-se na dinamização da Vila Termal de Vidago como destino turístico de excelência, permitindo a valorização de todo o património cultural da região da Ribeira de Oura e, consequentemente do Concelho de Chaves; -----

- A prossecução das atividades de gestão e exploração dos equipamentos municipais Casa-Museu João Vieira e Loja de Produtos Regionais, articulam-se com o objeto da referida associação e com o interesse público municipal que esteve subjacente à participação do Município de Chaves na constituição da VIDAGUSTERMAS, visando contribuir para a coesão económica e social e para a promoção da cultura, do lazer, do turismo e da convivência inter-geracional, assegurando a universalidade e a qualidade dos serviços a prestar, procurando assegurar a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro. -----

- Face à natureza da associação, em execução das atividades aprovadas no plano de atividades e orçamento para 2018, e de harmonia com o estipulado nos respetivos estatutos, e em vista à concretização das atividades de interesse público, consubstanciado na promoção, dinamização e divulgação dos equipamentos culturais municipais, localizados na área geográfica de Vidago, o Município deverá celebrar um contrato programa com a referida associação titulando a gestão dos equipamentos, definindo, simultaneamente, o fundamento da necessidade do contrato, bem como a eficiência e eficácia que se pretende atingir com a respetiva relação contratual, e, ainda, estabelecendo indicadores que permitam medir a realização dos objetivos ao abrigo das disposições combinadas previstas no n.º3 do artigo 59º e artigo 47º da Lei n.º 50/2012, na redação que lhe foi conferida pela LOE 2017; -----

Assim, -----
 Nos termos do disposto no Artigo 47º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, é celebrado, e reciprocamente aceite, o presente contrato-programa, o qual é enformado pelos considerandos acima enunciados, acolhendo algumas das atividades previstas no Plano de Atividades e

no orçamento para o ano de 2018, não lhe sendo aplicável, para efeitos do nº1 do Artigo 5º-B, do Código dos Contratos Públicos - CCP -, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto e posteriores Declarações de Retificação, a parte II deste Código, nos termos previstos na alínea c), do nº4, do Artigo 5º do CCP, o qual irá reger-se pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula Primeira -----

(Objeto, fundamento e finalidade) -----

1. O presente contrato-programa tem por fundamento a necessidade de assegurar a prestação de serviços de interesse geral, nomeadamente, no que concerne à realização de atividades relativas à promoção e gestão, de maior proximidade e eficácia, dos equipamentos, propriedade do Município, a saber: Casa Museu João Vieira, Loja de Produtos Regionais e promoção e divulgação do Balneário Termal e Pedagógico de Vidago. -----

2. A realização de tais atividades deverá garantir a universalidade e a qualidade dos serviços a prestar às populações locais, contribuindo para a coesão económica e social local, para a promoção turística e cultural, constituindo uma alavanca do desenvolvimento turístico e de outras atividades económicas com ele relacionadas. -----

Cláusula Segunda -----

(Missão) -----

1- A VIDAGUSTERMAS, tem por missão a execução das ações constantes do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, documento que se anexa ao presente contrato-programa e que aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, utilizando, para a sua concretização critérios adequados de gestão e de execução técnica, promovendo a realização e a afetação, eficiente e eficaz, dos recursos financeiros inerentes, de forma a alcançar a qualidade do serviço pretendida. -----

2- O presente contrato importa para a VIDAGUSTERMAS, a prossecução de objetivos setoriais e o assumir de custos com a natureza cultural dos serviços prestados às populações locais, no que concerne à gestão e exploração dos equipamentos públicos, a saber: -----

a) A gestão e dinamização da Casa Museu João Vieira e das respetivas infra-estruturas de apoio, incluindo a musealização e realização de exposições; -----

b) A promoção e divulgação turística do Balneário Termal de Vidago;

c) A dinamização e exploração da Loja de Produtos Regionais; -----

d) Balcão de Atendimento da Rota da Água; -----

e) Promoção Turística da Vila Termal de Vidago, mediante participação na Termatália - 18ª Feira Internacional de Turismo Termal, Saúde e Bem Estar. -----

Cláusula Terceira -----

(Indicadores de eficácia e de Eficiência) -----

1. A eficácia e a eficiência que se pretende atingir com o presente contrato concretizam-se com os indicadores abaixo definidos. -----

2. Considerando a natureza da atividade a desenvolver - promoção, gestão e exploração dos equipamentos culturais - os indicadores ou referenciais são os seguintes, tendo em conta três trimestres de 2017 e sendo este o seu segundo ano de atividade: -----

a) **Regularidade da atividade de exploração:** -----

i) **Muito eficaz:** Funcionamento dos equipamentos culturais, durante todo o ano, com visitas totais estimadas na ordem dos 1000 visitantes;

ii) **Eficaz:** Funcionamento dos equipamentos culturais, durante todo o ano, com visitas totais estimadas na ordem dos 800 visitantes; -----

iii) Ineficaz: Funcionamento dos equipamentos culturais, durante todo o ano, com visitas estimadas na ordem dos 500 visitantes; -----

b) **Eficácia orçamental:** Em vista a um gestão orçamental eficaz e eficiente a empresa deverá desenvolver a promoção, gestão e exploração dos equipamentos culturais de forma a garantir que os custos sejam iguais aos proveitos. -----

Cláusula Quarta -----

(Quadro económico) -----

1. As atividades de interesse geral em causa importam para a VIDAGUSTERMAS a adoção de custos inferiores aos proveitos, no âmbito da exploração dos espaços museológicos/equipamentos culturais pelo que é previsível a necessidade de atribuição de um subsídio à exploração, por parte da entidade pública participante, no património daquela associação, ao abrigo do presente contrato programa a celebrar e para as atividades nele previstas, no valor que foi estimado em 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros). -----

2. A quantia referida no número antecedente será liquidada de uma só vez, durante a segunda quinzena do mês de maio de 2018, sendo suportada pelas seguintes rubricas orçamentais: Corrente: 04.07.01.08 | Capital: 08.07.01.09, correspondendo ao presente encargo os Compromissos n.ºs 749/2018, extraídos do sistema informático de apoio à execução orçamental. -----

Cláusula Quinta -----

(Das obrigações) -----

Na prossecução dos objetivos comuns e setoriais a VIDAGUSTERMAS obriga-se a: -----

- Apresentar o relatório de execução orçamental das atividades desenvolvidas; -----
- Facultar elementos ao executivo municipal, sempre que solicitados; -
- Cumprimento de todas as regras legais no âmbito da contratação pública; -----
- Apresentar indicadores que demonstrem os impactos positivos a desenvolver com esta relação contratual; -----
- Suportar todos os encargos inerentes à dinamização dos equipamentos públicos, cuja gestão fica a seu cargo. -----

Cláusula Sexta -----

(Das alterações ou aditamentos ao Contrato-Programa) -----

1. A VIDAGUSTERMAS e a CMC obrigam-se, mutuamente, a cooperar no sentido de garantir a boa realização do objeto do presente Contrato-Programa. -----

2. Qualquer alteração, aditamento ou disposição acessória ao presente Contrato-Programa e/ou seus anexos deverá constar de documento escrito e assinado por ambas as partes, que consubstanciará, de igual modo, anexos supervenientes ao mesmo. -----

Cláusula Sétima -----

(Incumprimento do Contrato-Programa) -----

O incumprimento do presente Contrato-Programa é motivo bastante para a sua resolução pela parte não faltosa, a qual será operada nos termos do quadro legal em vigor aplicável. -----

Cláusula Oitava -----

(Resolução de conflitos) -----

Para dirimir qualquer litígio emergente da interpretação e execução do presente Contrato-Programa é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula Nona -----

(Designação do Gestor do Contrato) -----

Para efeitos do disposto no nº1, do Artigo 290-A do CCP, foi designado como gestor do contrato o Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, Arq. Rodrigo A. L. Moreira, por deliberação de _____, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, designadamente os níveis de desempenho dos indicadores previstos na Cláusula Terceira. -----

Cláusula Décima -----

(Produção de efeitos e vigência) -----

O presente contrato produzirá efeitos após a sua assinatura, mediante prévia aprovação pela Assembleia Municipal de Chaves, vigorando até 31 de dezembro de 2018. -----

Paços do Concelho em Chaves,de ... de 2018. -----

O presente Contrato-Programa é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes, possui todas as folhas rubricadas e vai ser assinado. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves, (Nuno Vaz) -----

O Presidente da Associação Vidagustermas, (Rui Branco) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. VENDA DO LIVRO KM0, RESULTANTE DA 2ª EDIÇÃO DO ENCONTRO DE ESCRITORES "PONTE ESCRITA". PROPOSTA N.º25/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

O Encontro de Escritores "Ponte Escrita", proposta vencedora da componente nº 2 da primeira edição do Orçamento Participativo, teve a sua primeira edição em 2016 com o objetivo de dar a conhecer o património mais emblemático da cidade de Chaves. -----

Considerando que a referida iniciativa suscitou elevado interesse cultural para o Município, foi deliberado pelo executivo municipal anterior a produção da 1ª edição do livro KM0, que retrata o olhar dos escritores convidados sobre o património da cidade de *Aquae Flaviae*. Em abril de 2017 foi levado a cabo a 2ª edição do Encontro de Escritores "Pontes de Escrita", tendo decorrido nos mesmos moldes que o primeiro, envolvendo a participação de 15 escritores. Resultante da 2ª edição" será lançado novo livro, que reúne 15 contos elaborados pelos escritores participantes, tendo uma edição de 500 exemplares, cujo lançamento será feito durante o mês de abril de 2018. -----

Considerando o livro é editado pela Câmara Municipal e que a venda do livro se mostra adequada para recuperar os valores despendidos, e pela relevância do mesmo, na promoção e dinamização da cidade de Chaves, inspirado nas suas gentes, nas suas ruas, no seu rio, no seu património. -----

Considerando que possa existir interesse dos cidadãos residentes e visitantes na sua aquisição para leitura. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Face ao exposto, submete-se à aprovação do executivo municipal o seguinte: -----

1 - Que seja autorizada a venda dos livros ao público em geral, pelo valor de 10,00 € (dez euros) com Iva incluído, nos espaços públicos do Município: Museu da Região Flaviense, Biblioteca Municipal, Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, Posto de Turismo, entre outros; -

2 - Caso esta proposta mereça concordância, proponho o seu encaminhamento à próxima reunião de câmara, para deliberação; -----
 3 - A presente receita enquadra-se na económica:07.01.99.99 -----
 Chaves, 09 de abril de 2018 -----
 O Presidente da Câmara Municipal, (Nuno Vaz) -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. PROJETO DE REGULAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 26/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Justificação -----

1. Considerando que o regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais da cidade de Chaves encontra-se, atualmente, previsto no Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, publicado na II - Série do Diário da República n.º 206, de 21 de novembro de 2015; ---
2. Considerando que o referido instrumento regulamentar foi elaborado, após a entrada em vigor do DL n.º 10/2015, de 16/01/2015, o qual veio regular o novo regime jurídico de acesso e exercício de atividades comércio, serviços e restauração (RJACSR); -----
3. Considerando que, o DL n.º 10/2015 (RJACSR), para além de estabelecer a disciplina jurídica aplicável aos referidos setores, procedeu também à alteração do DL n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelos Decretos-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro e DL n.º 48/2011, de 1 de abril, o qual estabelece o regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais; -----
4. Considerando que, nos termos do disposto no art. 1.º do DL n.º 48/96 de 15 de maio, alterado pelo DL n.º 10/2015, de 16 de janeiro, os estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos passaram a ter horário de funcionamento livre; -----
5. Considerando que o Município de Chaves entendeu que a plena liberalização dos horários de funcionamento, tendo como objeto este tipo de estabelecimentos, poderia levar ao agudizar de um conjunto de situações de incomodidade e ou perturbação do sossego e qualidade de vida dos cidadãos residentes, com projeção ambiental negativa, em determinados setores e em determinadas zonas da cidade, indissociável da poluição sonora potencialmente geradora de situações de incomodidade para as pessoas que vivem nas proximidades de tais estabelecimentos, designadamente, estabelecimentos de bebidas; ----
6. Considerando que, de facto, pela sua natureza, tais estabelecimentos são, especialmente, suscetíveis de gerar problemas de perturbação do direito ao descanso dos moradores, bem como episódios de perturbação da segurança pública, nas suas imediações, sobretudo, nos casos de encerramento a horas mais tardias (período noturno); ---
7. Considerando que, neste contexto, se entendeu adequado fazer uma restrição ao horário de encerramento de certos tipos de

estabelecimentos que, pela sua natureza, são suscetíveis de afetar a tranquilidade e repouso dos cidadãos; -----

8. Considerando que, após a entrada em vigor do aludido instrumento regulamentar, inúmeros proprietários/exploradores de estabelecimentos comerciais, enquadrados na situação descrita no parágrafo anterior, vieram, junto do Município, manifestar o seu descontentamento, pela restrição do horário de funcionamento, particularmente, no que respeita aos estabelecimentos integrados no 2º grupo, tendo em linha de conta a crise que, de uma forma geral, tal setor de atividade vem atravessando, nos últimos anos, situação que poderia determinar o encerramento de muitos desses estabelecimentos, com nítido prejuízo para o desenvolvimento económico e turístico do Concelho; -----

9. Considerando, ainda, que, partindo de tal exposição de motivos, desde a aprovação do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, no ano de 2015, vieram a ser, administrativamente, sancionados, sucessivamente, regimes excecionais e transitórios de alargamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo e que se enquadram nas situações previstas no art. 4º do Regulamento, permitindo, por esta via, o seu regular funcionamento, até às 2h durante todos os dias da semana; -----

10. Considerando que, nesta perspetiva, colhendo a experiência de aplicação do Regulamento Municipal, até aqui, em vigor, sobre a matéria, partindo de uma justa ponderação dos interesses, público e privado, que possa melhor conciliar, por um lado o interesse público indissociável do direito ao sossego das populações locais, e, por outro lado, a relevância económica deste setor de atividade, com projeção, manifestamente, positiva na dinamização da economia local e do turismo, torna-se necessário proceder à elaboração de um novo Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais que possa dar cumprimento, a tal desiderato conciliatório, procedendo-se a uma revogação global do Regulamento municipal, em vigor; -----

11. Considerando que, assim, se impõe a elaboração de um novo Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves; -----

12. Considerando que o novo Regulamento Municipal visa prosseguir os seguintes objetivos essenciais: -----

a) Alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos pertencentes ao 2º grupo, podendo, estes, funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, de Domingo a Quinta-Feira, e entre as 6 horas e as 3 horas do dia imediato às sextas, sábados ou dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos; -----

b) Alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos pertencentes ao 3º grupo, podendo, estes, funcionar, durante todos os dias da semana, das 15 horas às 6 horas; -----

c) Alargamento do horário de funcionamento para os estabelecimentos enquadrados no 2º e 3º grupo, no período associado aos meses de Verão (julho e agosto), e em determinadas épocas festivas, devidamente identificadas, por forma a não sujeitar os proprietários e ou exploradores dos estabelecimentos a um processo burocrático equivalente ao aplicável para a autorização excecional de alargamento de horário de funcionamento; -----

d) Alargamento do horário de funcionamento das esplanadas instaladas no domínio público municipal, até às 2h, estabelecendo-se regras específicas de organização e funcionamento das mesmas; -----

- e) Consagração da possibilidade da Câmara Municipal criar zonas especiais de animação noturna, que beneficiem de um regime especial de funcionamento, a definir em função das especificidades das mesmas;
- f) Consagração de regras quanto ao regime de funcionamento do próprio estabelecimento, enquadrado no 2º grupo, muito concretamente, funcionamento com portas e janelas fechadas a partir das 24h, em vista a minimizar situações de incomodidade e perturbação do descanso dos moradores e da segurança pública nas imediações dos estabelecimentos;
- g) Consagração de regras quanto ao regime de permanência no estabelecimento após o horário de encerramento; -----
- h) Clarificação do regime sancionatório aplicável, na sequência do cometimento de infrações ao Regulamento; -----
- i) Introdução da figura de sanção acessória, aplicável nos casos mais graves de infração reiterada. -----

13. Considerando que, neste contexto, numa lógica de efetiva ponderação dos custos e dos benefícios das medidas projetadas, no presente Projeto de Regulamento, embora tal avaliação não possa ser, quantitativamente, mensurável, o mesmo pretende estabelecer uma adequada síntese entre, por um lado, a dinâmica das atividades económicas e ou estabelecimentos comerciais, nele, abrangidos, com impacto muito positivo para o desenvolvimento local e para a atividade turística do Concelho e, por outro lado, o direito ao sossego e à tranquilidade dos cidadãos, enquanto direito com tutela Constitucional; -----

14. Considerando, ainda, que, ao abrigo das disposições combinadas previstas no art. 241º da CRP, na alínea g), do nº1, do art. 25º e alínea k), do nº1, do art. 33º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e ainda no DL nº 48/96, de 15 de maio, com as alterações introduzidas pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município; -----

II - Da Proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adote deliberação no sentido de: -----

- a) Aprovar o Projeto do Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, de acordo com o disposto na alínea K), do nº1, do art. 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente Proposta; -----
- b) O Projeto de Regulamento, nos termos e para os efeitos das disposições combinadas previstas no nº3 e nº 4, do art. 100º e art. 101º do CPA e do art. 56º da Lei nº 75/2013, deverá submetido a consulta pública, por um período de 30 dias úteis, atendendo ao elevado número de interessados, os quais são, não só os proprietários e ou exploradores dos estabelecimentos, mas, em geral, todos os residentes na área do Município de Chaves, bem como as entidades previstas no art. 3º do DL nº 48/96, de 15/05, e ulteriores alterações, promovendo-se à sua publicação nos termos legais - na 2ª Série do Diário da República, na Internet (no sítio institucional do município) e por meio de Edital -; -----
- c) Seguidamente, deverão as eventuais sugestões colhidas durante a fase de consulta pública do Projeto, ser devidamente ponderadas pela Câmara Municipal, em vista à aprovação definitiva do Projeto de Regulamento em apreciação; -----

d) Sequencialmente, alcançado tal desiderato referido na alínea anterior, deverá o Projeto de Regulamento ser agendado para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

e) Por último, que se proceda à publicação do referido Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no art.139º do Código do Procedimento Administrativo e art. 56º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Chaves, 12 de abril de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Nuno Vaz) -----

Em Anexo: O referido Projeto de Regulamento. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. ALARGAMENTO, EXCECIONAL, DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS PERTENCENTES AO 2º E 3º GRUPO DO REGULAMENTO MUNICIPAL EM VIGOR. PROPOSTA Nº 27/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

1) Considerando que o Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor no Concelho de Chaves, foi publicado na II - Série do Diário da República n.º 206, de 21 de novembro de 2015; -----

2) Considerando que os estabelecimentos pertencentes ao segundo grupo, podem funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, durante todos os dias da semana, exceto aos sábados ou dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos, em que é permitido o funcionamento até às 4 horas do dia imediato, conforme previsto no n.º. 3, do art. 3º, do aludido Regulamento Municipal. -----

3) Considerando que os estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo e que se enquadrem no art. 4º do Regulamento Municipal, em causa, podem funcionar até às 02 horas durante todos os dias da semana, à luz do regime excecional e transitório, em vigor.¹ -----

4) Considerando que, que os Estabelecimentos Comerciais pertencentes ao 3º grupo, do referido instrumento regulamentar, podem funcionar com o seguinte horário: -----

a) Das 18 horas até às 4 horas, de segunda -feira a sexta -feira; ---

b) Das 15 horas até às 6 horas, aos Sábados; -----

c) Das 15 horas até às 4 horas, aos Domingos; -----

d) Das 18 horas até às 6 horas, nos dias imediatamente anteriores a feriados ou dias Santos. -----

¹ Deliberação tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião realizada no pretérito dia 25 de janeiro de 2018. -----

- 5) Considerando que, nos próximos dias 20 e 21 de abril de 2018, irá ter lugar o mítico "Rali do Alto Tâmega - Campeonato Norte de Ralis", uma das provas mais emblemáticas do automobilismo nacional²;
- 6) Considerando que a realização do referido Rali irá trazer inúmeras pessoas à cidade de Chaves, designadamente, pilotos da década de 80 e início dos anos 90, aficionados e turistas "amantes" de tal modalidade desportiva; -----
- 7) Considerando que a realização do Rali do Alto Tâmega, irá servir como mais um estímulo para a economia da região, perspetivando-se, assim, para os referidos dias, uma excelente oportunidade de negócio para os estabelecimentos comerciais do Concelho de Chaves; -----
- 8) Considerando que, neste contexto, o art. 10º, sob a epígrafe "Regime Excecional", do retrocitado Regulamento, prevê que a Câmara Municipal, por sua iniciativa ou a requerimento do interessado, tem competência para alargar os limites fixados no Regulamento de Horário de funcionamento dos estabelecimentos Comerciais, em vigor, para este tipo de Estabelecimentos - 2º e 3º Grupo -; -----
- 9) Considerando que o alargamento dos limites fixados no regime geral de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, **tem carácter excecional** ³; -----
- 10) Considerando que o alargamento dos períodos de funcionamento de qualquer atividade económica está condicionada pela audição das entidades externas previstas no n.º 5, do art. 10º, do referido Regulamento;-----
- 11) Considerando que o regime excecional que se pretende introduzir tem uma incidência maioritária sobre as freguesias urbanas do Concelho; -----
- 12) Considerando que a auscultação de todas as freguesias do Concelho iria comprometer a entrada em vigor do regime excecional para o período compreendido entre 21 e 22 de abril de 2018, tendo por referência a data da realização da próxima reunião do órgão executivo camarário - 19 de dezembro de 2018 -; -----
- 13) Considerando, por isso, que apenas foram auscultadas as Juntas de freguesia urbanas - Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, a Junta de freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, e a Junta de freguesia da Madalena e Samaiões -, nas quais se localizam, maioritariamente, os estabelecimentos comerciais integrados no 2º grupo e 3º grupo que irão beneficiar do regime excecional ora proposto;
- 14) Considerando que, nesse sentido, as entidades externas consultadas - Juntas de freguesia anteriormente identificadas e ACISAT - emitiram parecer favorável ao alargamento, excecional, do horário de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do 2º grupo (mesmo aqueles que se enquadram nas situações do art. 4º do regulamento municipal) e 3º grupo, conforme documentos cujo teor se anexam à presente proposta; -----
- 15) Considerando que, pese embora, a posição da DECO não se encontre devidamente formalizada junto do presente processo, tal Associação, até à presente data, nunca se opôs a qualquer redução e ou alargamento de horário de funcionamento proposto pela Câmara Municipal, tendo emitido sempre pareceres favoráveis; -----

² Prova desportiva organizada pelo CAMI Motorsport, em parceria com os Municípios de Chaves e Boticas. -----

³ Veja-se, neste sentido, o art. 10º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor neste Concelho, sob a epígrafe "Regime Excecional". -----

16) Considerando que, desde a entrada em vigor do Regulamento Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho de Chaves, a estratégia de atuação da Autarquia, no que concerne ao alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais à luz de tal regime excecional, tem passado por deferir tais pedidos, desde que todas as entidades consultadas manifestem a sua pronúncia favorável, no sentido de reconhecer os fundamentos da excecionalidade invocada;

17) Considerando, por último, que se encontram reunidos os pressupostos indispensáveis ao agendamento deste assunto, para uma próxima reunião de câmara, em vista ao sancionamento administrativo da correspondente proposta centrada, precisamente, na autorização do alargamento, excecional, do regime de horário de funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, muito concretamente, aqueles que pertencem ao 2º e 3º grupo do regulamento em vigor, para os dias 21 e 22 de abril de 2018; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte Proposta: -----

a) Que seja praticada decisão administrativa, consubstanciada na autorização de alargamento, excecional, dos limites fixados no Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor no Concelho de Chaves, para os estabelecimentos integrados no **2º** (incluindo aqueles que se enquadram no art. 4º) **e 3º grupo, para os dias 21 e 22 de abril de 2018**, permitindo o seu funcionamento com o seguinte horário: -----

i. Estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo: -----

- de sexta-feira para sábado, e de sábado para domingo até às 4 Horas;

i.i Estabelecimentos comerciais pertencentes ao 3º grupo:

- de sexta-feira para sábado, e de sábado para domingo até às 7 Horas.

b) Para efeitos da presente proposta, as entidades exploradoras dos estabelecimentos comerciais integrados no 2º e 3º grupo do Regulamento Municipal, deverão assegurar o encerramento⁴ do estabelecimento à hora fixada; -----

c) Que se proceda à publicação da deliberação que vier a ser tomada, sobre a matéria, no estrito cumprimento do disposto no art. 56º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

d) Por último, caso a presente proposta seja aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á dar conhecimento da deliberação tomada, sobre a matéria, aos órgãos competentes em matéria de fiscalização do cumprimento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, nomeadamente, à Polícia de Segurança Pública de Chaves, tudo isto, nos termos do art. 5º do DL nº 48/96, de 15 de maio, alterado pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro. -----
Chaves, 16 de dezembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

⁴ Considera-se que o **estabelecimento comercial está encerrado:** -----

i. Quando, cumulativamente, tenha a porta fechada e não permita a entrada de clientes, cesse o fornecimento de quaisquer bens ou a prestação de quaisquer serviços, quer no interior, quer no exterior do estabelecimento, e estejam desligados todos os equipamentos de som e/ou audiovisuais. -----

i.i Após o horário de encerramento fixado, concede-se um período de tolerância de 15 minutos, em vista a permitir a saída, pacífica, dos clientes que ainda permaneçam no interior do estabelecimento. -----

(Nuno Vaz) -----
Em anexo: Pareceres das entidades externas (ACISAT, Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Junta de freguesia da Madalena e Samaiões, Junta de Freguesia de de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge). -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS PELA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - EVENTO "AAC MOVEIT", A REALIZAR PELA ACADEMIA DE ARTES DE CHAVES, NO DIA 24/04/2018, LARGO GENERAL SILVEIRA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, CHAVES - ARTIGO 25º, DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 28/GAPV/18.-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

- I - Justificação-----**
1. Considerando que, através de deliberação tomada pelo executivo camarário em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 12 de Abril de 2010 e devidamente sancionada pelo órgão deliberativo em sua sessão ordinária do dia 28 de Abril de 2010, veio a ser aprovado o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e respetiva tabela, em vigor no Concelho de Chaves.-----
 2. Considerando que entre as diversas disposições que dão corpo ao Regulamento Municipal em causa, o capítulo III, prevê as isenções ou reduções de taxas municipais contempladas na tabela em anexo ao mesmo.-
 3. Considerando que o n.º 3, do artigo 24º, do retromencionado Regulamento Municipal, prevê a possibilidade de isenção, ou redução, de taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do respetivo pelouro;-----
 4. Considerando que a Academia de Artes de Chaves vai realizar no próximo dia 24 de abril de 2018, o evento "AAC MoveIT", composto por um conjunto de atividades culturais e desportivas, inseridas nas comemorações dos 10 anos de existência da Academia;-----
 5. Considerando que as atividades a desenvolver serão destinadas ao público em geral, de forma gratuita, englobando atividades de natureza cultural e desportiva, procurando promover, por um lado, a cultura no Concelho e, por outro lado, a importância do desporto e do exercício físico;-----
 6. Considerando que é inegável que a Academia de Artes de Chaves tem prestado um contributo inestimável para o desenvolvimento cultural do Concelho de Chaves, quer através da formação de centenas de artistas, com prémios nacionais e internacionais, quer através da organização de atividades de reconhecida qualidade;-----
 7. Considerando que o evento, em causa, e não obstante se encontrar enquadrado nas comemorações dos 10 anos de existência da Academia das Artes de Chaves, assume, em face da natureza das atividades a desenvolver, leia-se, culturais e desportivas, um manifesto e relevante interesse municipal, o qual, como se viu, poderá ser aproveitado pelo público em geral, sem restrições e ou encargos;----
 8. Considerando que tal interesse municipal é justificador da concessão de isenção de taxas municipais, no caso, devidas pela ocupação do domínio público, muito concretamente, do Largo General Silveira, sito em Chaves, ao abrigo do disposto no n.º 3, do artigo 24º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;---

9. Considerando que as isenções concedidas, por força do disposto na retromencionada disposição regulamentar, são concedidas, caso a caso, por deliberação da Câmara Municipal de Chaves, por força do estatuído no n.º 7, do artigo 24º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves;-----

10. Considerando, por último, que a isenção de taxas não dispensa a emissão das licenças ou autorizações devidas, nos termos da lei ou regulamentos municipais.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir à Câmara Municipal a aprovação da seguinte proposta:-----

a) Que, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 24º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves, seja tomada deliberação pelo Executivo Municipal, no sentido de conceder, à Academia das Artes de Chaves, a isenção do pagamento das taxas municipais devidas pela ocupação do domínio público a realizar no próximo dia 24 de abril de 2018, muito concretamente, no Largo General Silveira, sito em Chaves⁵, em vista à realização das atividades culturais e desportivas englobadas no evento "AAC MovIT", reconhecendo, simultaneamente, manifesto e relevante interesse municipal nas mesmas;-----

b) A concessão da isenção de taxas não dispensa a emissão das licenças ou autorizações devidas, nos termos da lei ou regulamentos municipais;-----

c) Sequencialmente, deverá o presente assunto ser reencaminhado para a unidade responsável por assuntos desta natureza, no caso, a Secção de Taxas e Licenças, em vista à formalização e notificação da isenção de taxas autorizada nos termos propostos na alínea anterior, no estrito cumprimento do disposto no art. 114º do Código do Procedimento Administrativo;-----

d) A isenção, que vier a ser concedida, deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções concedidas pela Autarquia Local.-----

Chaves, 16 de abril de 2018-----

O Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal-
(Dr. Francisco Melo)-----

Em anexo: O respetivo processo administrativo.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

⁵ De acordo com a Informação produzida pela Secção de Taxas e Licenças, o valor das taxas municipais objeto da presente proposta de isenção, ascende ao montante total de 113.66€. -----

1. INVOCACÃO DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS; MÁRIO RAUL LOPES RAMOS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 78/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência de requerimento escrito, com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 3433/18, datado do pretérito dia 23/03/2018, Mário Raul Lopes Ramos apresentou oposição ao processo de execução n.º 938/2018 (n.º de executado 353), ao abrigo, e para os efeitos, previstos no artigo 204º, do CPPT. -----

2. Em termos gerais invoca a prescrição dos valores em execução e referentes ao processo identificado em epígrafe, por força do disposto no n.º 1, do artigo 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a matéria, o seguinte: -----

II - Do direito -----

a) Da Oposição à execução -----

1. Nos termos do disposto no artigo 207º, do CPPT, a petição da oposição à execução é apresentada no órgão da execução fiscal onde pender a execução. -----

2. Autuada a petição, o órgão da execução fiscal deve remeter, no prazo de 20 dias, o processo ao tribunal de 1ª instância competente com as informações que reputar convenientes, por força do estatuído no artigo 208º, do CPPT. -----

3. Atenda-se, porém, que, durante o referido prazo, o órgão da execução fiscal poderá pronunciar-se sobre o mérito da oposição e revogar o ato que lhe tenha dado fundamento, caso existam razões para tal. -----

4. Ainda sobre esta matéria, importa referir que a oposição só poderá ter os fundamentos previstos no artigo 204º, do CPPT, entre os quais a prescrição da dívida exequenda, conforme o disposto na alínea d), do n.º 1, do mesmo artigo. -----

5. Vejamos, pois, se assiste alguma razão ao peticionário, no que concerne ao motivo invocado, leia-se, prescrição da dívida exequenda.

b) Da prescrição de dívidas relativas a consumos de água -----

1. A Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro e n.º 24/2008, de 2 de Junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente. -----

2. Ora, os serviços públicos abrangidos pelo retrocitado diploma legal são os serviços de fornecimento de água, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, de comunicações electrónicas, serviços postais, serviço de recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 1, do art. 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, a entidade que presta o serviço dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, **sob pena de prescrição desse direito.** -----

4. Ou seja, caso se verifique a falta de pagamento voluntário das quantias constantes em determinada fatura, a entidade prestadora do serviço dispõe de seis meses, para realizar a propositura da respetiva ação ou injunção, em vista a ser ressarcida, coercivamente, do valor em dívida. -----

5. Uma vez proposta a respetiva ação, em vista à execução coerciva dos valores em dívida, e citado o exequente, é interrompida a prescrição, como se verá a seguir. -----

6. De facto, no caso do prestador de serviços se tratar de um Município, então a cobrança coerciva dos valores em dívida deverá seguir a forma de execução fiscal, cujo procedimento se encontra regulado no Código de Procedimento e Processo Tributário, conforme a conjugação do art. 155º, do Código de Procedimento Administrativo e do art. 10º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações. -----

7. Neste caso, e porque se trata de tributos administrados por autarquias locais são estas as entidades competentes para o respetivo processo de execução fiscal, nos termos do n.º 1, do art. 7º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações.

8. Nos termos do disposto no artigo 49º, da Lei Geral Tributária, constituem factos interruptivos da prescrição, a citação, a reclamação, o recurso hierárquico, a impugnação e o pedido de revisão oficiosa da liquidação do tributo. -----

9. Também sobre esta matéria, o artigo 323º, do Código Civil, determina que a prescrição é interrompida pela citação ou notificação judicial de qualquer ato que exprima, direta ou indiretamente, a intenção de exercer o direito, seja qual for o processo a que o ato pertence. -----

10. Atenda-se, contudo, que nem o Código do Procedimento e Processo Tributário, nem a Lei Geral Tributária, definem regras relativamente aos efeitos interrupção da prescrição, pelo que deverão ser aplicadas as regras previstas no Código Civil sobre a matéria. -----

11. Ora, o artigo 326º, do Código Civil, dispõe que a interrupção inutiliza para a prescrição todo o tempo decorrido anteriormente, começando a correr novo prazo a partir do ato interruptivo, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 e 3, do artigo 327º, do mesmo Código.

12. De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 327º, do Código Civil, sempre que a interrupção resultar de citação, o que, refira-se, é o caso, o novo prazo de prescrição não começa a correr enquanto não passar em julgado a decisão que puser termo ao processo. -----

13. Nestes termos, foi solicitado, por estes serviços, à escritã dos processos de execução fiscal em curso no Município de Chaves, informação sobre as dívidas que se pretendem executar no âmbito do processo de execução fiscal n.º 938/2018, relativamente ao qual o peticionário deduziu, agora, oposição. -----

14. Na sequência do pedido formulado, foi enviado para estes serviços cópia do aviso de citação n.º AC0792018002986, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação, contendo as dívidas exequenda no âmbito do referido processo de execução, e que a seguir se discriminam: -----

Fatura	Valor	Data
079120319013781	23.91€	23/03/2012
079120819017689	16.66€	23/08/2012
079121009000868	4.77€	23/10/2012
079130517010544	12.01€	23/05/2013
079130717007492	10.91€	22/07/2013
079130917008068	10.91€	20/09/2013
079131217009768	10.91€	20/12/2013
079140217007985	13.09€	21/02/2014

079140416010595	13.11€	22/04/2014
079141119003385	17.84€	24/11/2014
079150619004953	22.46€	23/06/2015
079120412001513	9.38€	23/04/2012
079120918000674	15.81€	24/09/2012
079121118004408	14.84€	23/11/2012
079130609001132	10.91€	24/06/2013
079130806000234	13.12€	22/08/2013
079131016002030	12.01€	22/10/2013
079140117006318	14.07€	22/01/2014
079140316009838	14.33€	24/03/2014
079140716011316	13.10€	22/07/2014
079150421014317	23.91€	23/04/2015

15. Partindo do quadro legal acima traçado, torna-se, agora, importante verificar se o executado veio a ser citado, no âmbito do processo, em causa, antes de decorridos seis meses sobre a emissão da fatura. -----

16. Ora, da análise do documento enviado a estes serviços, leia-se, aviso de citação, verifica-se que o mesmo foi emitido no dia 15/02/2018. -----

17. Por outro lado, as certidões de dívida a que se refere o aviso de citação, em causa, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, e que se anexam à presente informação, foram emitidas no dia 06/02/2018. ----

18. Atendendo aos elementos, supra referidos, rapidamente se conclui que no momento da instauração do processo de execução fiscal n.º 938/2018, já as dívidas se encontravam prescritas, uma vez que o processo de execução fiscal, em causa, foi instaurado após terem decorrido mais de 6 meses desde a emissão das faturas que titulavam as quantias, agora, exequendas. -----

19. Ora, verificando-se a prescrição das dívidas em causa, no valor total de 298.06€, as mesmas consideram-se extintas, pelo que não é possível a esta Autarquia Local exigir o seu pagamento, assistindo, portanto, razão ao opositor. -----

20. Sendo certo que, como se viu, e ao abrigo do n.º 2, do artigo 208º, do CPPT, o órgão da execução fiscal, pode, até ao momento da remessa dos autos para o tribunal de 1ª instância, revogar o ato que deu origem ao processo de execução fiscal objeto da oposição à execução. -----

III - Propostas -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, e ao abrigo da faculdade prevista no n.º 2, do artigo 208º, do CPPT, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na declaração de prescrição das dívidas exequendas objeto do processo de execução fiscal n.º 938/2018, em virtude de, à data da instauração do referido processo, já terem decorrido mais de seis meses desde a emissão das referidas faturas, nos termos e para

os efeitos do disposto no n.º 1, do art. 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações⁶; -----

b) Sequencialmente, determinar a extinção do processo de execução fiscal, por força do disposto no artigo 270º, do CPPT; -----

c) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Água e Resíduos; -----

e) De imediato, envio do presente assunto para o gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----
É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 06 de abril de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 09-04-2018 -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 10.04.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: JOSÉ TEIXEIRA ADÃO FERRAZ. INFORMAÇÃO Nº. 79/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por José Teixeira Adão Ferraz, com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local, sob o n.º 3789/18, datado do pretérito dia 03/04/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização do pagamento em 3 prestações do valor em dívida, a título de consumos de água que não foram pagos. -----

2. O requerente invoca para o efeito, que não dispõe de recursos económicos que lhe permitam liquidar de uma só vez o valor em dívida, uma vez que se encontra desempregado⁷. -----

⁶ De acordo com o mapa de execuções fiscais enviado pelos serviços responsáveis pela condução dos processos de execução fiscal, a quantia exequenda corresponde ao valor de 298.06€. -----

⁷ A este propósito, importa referir, que o requerente esteve pessoalmente nestes serviços, invocando que está desempregado e demonstrou interesse de lhe ser autorizado, o número máximo de

3. Sendo certo que a dívida em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local, ascendendo, à data da apresentação do requerimento, a quantia total de € 557,45, cujo executado é José Teixeira Adão Ferraz⁸. -----

4. Partindo do quadro fatural supra descrito, veio a ser solicitado a estes serviços que emitissem, informação, no sentido de apurar se a pretensão formulada pelo requerente é passível de merecer o acolhimento por parte desta Autarquia Local. -----

5. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte:

II - Do Enquadramento Legal -----

1. No caso individual e concreto em apreciação, encontrando-se a dívida em causa em processo executivo, de facto é possível requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal, de acordo com o disposto no n.º1, do art.196º do CPPT. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização** (€ 102,00), nos termos do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT. -----

3. Ora, de acordo com os documentos constantes do respetivo processo de execução fiscal, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, encontrava-se, em fase de cobrança coerciva, o valor total de € 557,46⁹. -----

4. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 5 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

5. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº8, da retrocitada disposição legal. -----

6. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPPT, na redação atual, a requerente, enquanto pessoa singular, está dispensada de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5000.

7. Atenda-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal seus termos, por força do disposto no n.º4, do art.200.º, do CPPT.

prestações admissível do valor em dívida. Assim sendo, atendendo ao valor em dívida, é possível o pagamento da mesma em 5 prestações mensais.-----

⁸ O valor em dívida é referente ao CIL 2021 e ao cliente 302450 (José Teixeira Ferraz, pai do requerente, já falecido) -----

⁹ Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

8. Por último, e de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do artigo 198.º, do CPTT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho.

III - Propostas

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental:

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa consubstanciada no deferimento da pretensão do requerente, de acordo com o quadro legal aplicável, e relativa ao pagamento da quantia em dívida, em 5 prestações mensais, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida;

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT;

c) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, o requerente está dispensado de prestar garantia;

d) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local;

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto.

À consideração superior.

Chaves, 9 de abril de 2018.

A Técnica Superior Jurista

(Ana Tomaz)

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 10-04-2018

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.11.

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 12.04.2018 - À Reunião de Câmara.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR. INFORMAÇÃO Nº 53/SE Nº31 - 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. EXPOSIÇÃO-----

1. O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, sob proposta n.º 95/GAP/2006, foi aprovado na reunião de Câmara do dia 20 de novembro de 2006 e posteriormente devidamente sancionado pela Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2006, sendo publicado no Edital n.º 141/2006, de 4 de dezembro.-----

2. No ano letivo 2007/2008 começou a operacionalização do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, e durante os anos letivos de aplicação do aludido programa foram suscitadas algumas questões que foram objeto de análise e posterior alteração, na informação n.º219/DED de 29 de maio de 2008, na informação n.º 45/DED de 17 de março de 2010, na informação n.º 167/SE n.º63 de 5 de setembro de 2012 e na informação n.º. 31/SE nº. 22 de 9 de março de 2017, as quais foram aprovadas em reunião de Câmara e posteriormente sido sancionadas em Assembleia Municipal.-----

3. Após este período de monitorização e dada a complexidade que o processo contempla, com situações disparez apresentadas pelos candidatos, algumas delas socialmente capazes de serem contempladas em matéria de apoio neste projeto, mas que não estão convertíveis em sede do regulamento em vigor, indicia alguma desagregação da realidade atual, carecendo, por isso, de uma revisão. Tem-se verificado uma diminuição do número de bolseiros nos últimos 4 anos, quantificando, tornando-se premente a necessidade de apoio a situações desfavorecidas economicamente e com médias mais baixas de ingresso. Tanto mais que, as limitações financeiras são, durante o secundário, também motivo de maior dificuldade por menor acompanhamento ao percurso escolar por parte das famílias, aos estudantes.-----

4. Os serviços do Setor da Educação, responsáveis pela monitorização deste processo, têm vindo a elencar numa série de situações que podem ser plasmadas em regulamento. Por outro lado, entendido como um processo dinâmico, o Regulamento do programa, deve acompanhar a evolução dos tempos e adaptar-se às novas vicissitudes do quotidiano.

5. Assim, face ao exposto, afigura-se como necessário redigir um novo regulamento, mais completo, mais adequado e que considere situações especiais que foram surgindo ao longo dos anos de aplicação do programa em causa, de modo a que o mesmo possa responder, de forma eficaz, aos objetivos para que foi criado.-----

6. Nos termos do disposto no nº1, do Artigo 8º, do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, diploma legal que procedeu à aprovação do novo Código do Procedimento Administrativo, este Código aplica-se a todos os procedimentos que se iniciem após a sua entrada em vigor, ou seja, 8 de abril de 2015, aplicando-se, inequivocamente, na presente data, a um procedimento de modificação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo Para o Ensino Superior, em vigor neste município.

7. Sendo certo que o procedimento de alteração de um Regulamento em Vigor, deverá dar cumprimento ao disposto nos artigos 98º e seguintes do CPA.-----

II - DA PROPOSTA-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito atrás mencionadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Numa fase inicial, o órgão executivo camarário deverá determinar o início do procedimento tendente à alteração do Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves, de acordo com o documento em anexo à presente Proposta, contendo as alterações a introduzir no referido Regulamento, e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----

b) Sequencialmente, e no estrito cumprimento do disposto no n.º 1, do art. 98.º do CPA, dever-se-á promover a publicitação de tal deliberação, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação dos respetivos contributos, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 98.º do CPA;-----

c) O Projeto de alteração do Regulamento, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do art. 101.º do CPA, deverá ser submetido a discussão pública, em face do número avultado de pessoas passíveis de ser abrangidas pelas medidas fixadas no mesmo, sendo, para o efeito, publicado na 2.ª série do Diário da República ou no Boletim Municipal e na Internet, muito concretamente, no site do Município de Chaves, com a visibilidade adequada à sua realização;-----

d) Seguidamente, deverão as eventuais sugestões colhidas durante a fase de discussão pública do Projeto (30 dias a contar da publicação) ser devidamente ponderadas pela Câmara Municipal, em vista à aprovação definitiva da Alteração do Regulamento em apreciação;-----

e) Alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Alteração do Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

f) Por último, que se proceda à publicação das alterações aprovadas e introduzidas no referido Regulamento, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no art. 139.º do Código do Procedimento administrativo.-----

À consideração Superior.-----

Chaves, 28 de março de 2018-----

A Técnica Superior -----

Zuleika Alves-----

Em anexo: Anexo I - Projeto de Alteração do Regulamento do programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo-----

Anexo II - Regulamento vigente-----

PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR -----

NOTA JUSTIFICATIVA-----

O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves, foi aprovado, sob proposta n.º 95/GAP/2006, na reunião de Câmara do dia 20 de novembro de 2006 e posteriormente sancionado pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2006.-----

No ano letivo 2007/2008 começou a operacionalização do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, e durante os anos letivos de aplicação do aludido programa foram suscitadas algumas questões, as quais viriam a ser objeto de análise, conforme informações n.º 219/DED de 29 de maio de 2008, n.º 45/DED de 17 de março de 2010, n.º 167/SE n.º 63 de 5 de setembro de 2012 e n.º 33/SE n.º 22 de 9 de março de 2017, tendo as mesmas dado origem a diversas alterações ao Regulamento, em causa, devidamente aprovadas em reunião de Câmara e sancionadas pelo órgão deliberativo municipal. Após este período de monitorização e dada a complexidade que o processo contempla, com situações díspares apresentadas pelos candidatos, algumas delas socialmente capazes de serem contempladas em matéria de apoio neste projeto, mas que não estão convertíveis em sede do regulamento em vigor, regista-se, na presente data, um desajustamento entre as soluções consagradas em tal instrumento regulamentar e a realidade atual, carecendo, nesta justa medida, de uma revisão. Tem-se verificado uma diminuição do número de bolseiros nos últimos 4 anos, quantificando, tornando-se premente a necessidade de apoio a situações desfavorecidas economicamente e com médias mais baixas de ingresso. Tanto mais que, as limitações financeiras são, durante o secundário, também motivo de maior dificuldade por menor acompanhamento ao percurso escolar por parte das famílias, aos estudantes.-----

Tanto mais que, entendido como um processo dinâmico, o Regulamento, em causa, deve acompanhar a evolução dos tempos e adaptar-se às novas vicissitudes do quotidiano. -----

Assim, face ao exposto, afigura-se como necessário alterar o regulamento atualmente em vigor, por forma a torna-lo mais completo e mais adequado, considerando, para o efeito, situações especiais que foram surgindo ao longo dos anos de aplicação do programa em causa, de modo a que o mesmo possa responder, de forma eficaz, aos objetivos para que foi criado.-----

Sendo certo que, com a execução do programa de atribuição de bolsas, previsto no presente regulamento, prevê-se um custo anual manifestamente proporcional aos benefícios associados a tal programa. Neste contexto, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos artigos 78º e 79º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas d) e h), do n.º 2, do artigo 23º, nas alíneas h) e k), do n.º 1, do art. 33º, e na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, a assembleia Municipal, em sua sessão ordinária do dia ____ de ____ de 2018, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves.-----

Artigo 1.º-----

Âmbito-----

1. O presente Regulamento estabelece as normas de atribuição de bolsas de estudo, por parte da Câmara Municipal de Chaves, a alunos que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior público, particular ou cooperativo devidamente homologados.-----

2. Entende-se por estabelecimento de ensino superior todo aquele que ministra cursos aos quais seja conferido o grau académico de licenciatura ou bacharelato, designadamente: -----

a) Universidades;-----

b) Institutos Politécnicos; -----

c) Institutos Superiores; -----

d) Escolas Superiores. -----

Artigo 2.º-----

Finalidade-----

A atribuição de bolsas de estudo por parte da Câmara Municipal de Chaves tem por finalidade: -----

a) Apoiar o prosseguimento de estudos a estudantes com aproveitamento escolar que, por falta de condições, se veem impossibilitados de o fazer;-----

b) Colaborar na formação de quadros técnicos superiores, residentes no concelho de Chaves, contribuindo para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural. -----

Artigo 3.º-----

Bolsa de estudo-----

1. Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves, num ano letivo-----

2. O número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves em cada ano escolar, encontra-se dependente do valor máximo cabimentado no orçamento anual do Município de Chaves, sendo que o número máximo de candidatos não poderá ser superior a 40.-----

3. O número de vagas referido no ponto anterior distribui-se da seguinte forma: 25 vagas para alunos que frequentem instituições de ensino superior fora do concelho de chaves e 15 vagas para alunos que frequentem estabelecimentos de ensino superior no concelho.-----

4. O valor mensal máximo de cada bolsa de estudo é de €200, no caso do candidato não auferir de mais nenhum tipo de Bolsa.-----

5. Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200.-----

6. O início da bolsa de estudo coincidirá com o mês de início das aulas. -----

7. As bolsas de estudo têm uma duração máxima de 10 meses, correspondente ao ano escolar. -----

8. A bolsa de estudo é paga em prestações mensais. -----

Artigo 4.º-----

Condições de Candidatura-----

Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: -----

a) Serem residentes no Concelho de Chaves há pelo menos 5 anos; -----

b) Terem ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 12 valores; -----

c) Não serem detentores de licenciatura ou bacharelato; -----

d) Terem obtido aproveitamento escolar no ano anterior, tal como definido no nº 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento, caso tenham estado matriculados no ensino superior no ano letivo anterior àquele para que requerem a bolsa; -----

e) Não possuírem, por si só, ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal *per capita* superior ao Indexante dos Apoios Sociais, futuramente designado por IAS;-----

f) O valor dos bens patrimoniais não poderá ser superior a €100.000 (cem mil euros).-----

Artigo 5.º-----

Apresentação da Candidatura-----

1. Tem legitimidade para se candidatar: -----

a) O estudante, quando for maior de idade; -----

b) O encarregado de educação, quando o estudante for menor. -----

2. A candidatura far-se-á no site do Município de Chaves (www.chaves.pt), onde os interessados deverão preencher o boletim de candidatura disponibilizado e anexar todos os documentos exigidos.---

3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos exigidos para a efetivação da candidatura online são:-----

a) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência, que comprove a mesma em pelo menos 5 anos;-----

b) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário -----

c) Ficha ENES passada pelo estabelecimento de ensino secundário que o candidato frequentou, onde conste a média de candidatura ao ensino superior-----

d) Certificado de matrícula no ensino superior com especificação do curso; -----

e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano letivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar -----

f) Fotocópia da última declaração de I.R.S. e nota de liquidação (Modelo 3), referente a todos os elementos do agregado familiar; ----

g) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----

h) Declaração de viaturas de cada elemento do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência;-----

i) Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda, aquisição ou construção).-----

4. A candidatura online só ficará devidamente validada, após a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade, por parte do requerente, junto dos serviços municipais responsáveis, em vista à respetiva conferência, salvo se o requerente optar por enviar, no momento da candidatura, cópia de tal documento.-----

5. Para os efeitos previstos no número anterior, os serviços municipais responsáveis comunicarão, ao requerente, o dia e a hora em que deverá efetuar a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade.---

Artigo 6.º-----

Divulgação e prazo de apresentação da candidatura-----

A Câmara Municipal de Chaves publicitará, no site oficial do município e num jornal local, para cada ano escolar, a data da apresentação das candidaturas online. -----

Artigo 7.º-----

Conceito de Aproveitamento Escolar-----

1. Para efeitos do presente Regulamento, considera-se que o aluno obteve aproveitamento escolar num ano letivo, quando reúne todos os requisitos que lhe permitam a matrícula e a frequência no ano seguinte do curso, de acordo com as normas em vigor no respetivo estabelecimento de ensino que frequenta. -----

2. Os estudantes que não obtenham aproveitamento escolar perderão o direito à bolsa de estudo, exceto por motivo de doença prolongada ou qualquer outra situação considerada especialmente grave, desde que devidamente comprovada e participada, em tempo oportuno, à Câmara Municipal de Chaves. -----

3. As exceções referidas no número anterior serão apreciadas caso a caso, cabendo à Câmara Municipal de Chaves decidir sobre a manutenção, ou não, da bolsa de estudo.-----

4. Poderão candidatar-se à bolsa de estudo, os estudantes que mudem de curso, não podendo contudo esta ser atribuída por um período superior ao da duração do curso em que inicialmente ingressaram ou até ao limite máximo de 6 anos. -----

5. Os candidatos que já tenham sido contemplados com uma Bolsa de Estudo, municipal ou outra, e que tenham perdido o direito por falta de aproveitamento escolar, não poderão candidatar-se a nova bolsa. --

Artigo 8.º-----

Conceito de agregado familiar do estudante-----

1. Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por agregado familiar do estudante o conjunto de pessoas constituído pelo estudante e pelos que com ele vivem habitualmente em comunhão de habitação e rendimentos numa das seguintes modalidades:-----

a) Agregado familiar de origem - o estudante e o conjunto de ascendentes, pais ou encarregados de educação e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos; -----

b) Agregado familiar constituído - o estudante e o cônjuge, descendentes e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos. -----

2. Podem ainda ser considerados como constituindo um agregado familiar unipessoal, os estudantes com residência habitual fora do seu agregado familiar de origem que, comprovadamente, disponham de rendimentos de bens próprios ou de trabalho bastantes para a sua sobrevivência, ainda que insuficientes para custear os seus estudos.-----

Artigo 9.º-----

Fórmulas de Cálculo-----

1. O cálculo do Rendimento mensal *per capita* do agregado familiar obedece à seguinte fórmula, e cujos valores constem da(s) declaração(ões) de IRS e outros documentos comprovativos de rendimentos auferidos por todos os membros do agregado:-----

$$C = \frac{R - (I + H + S)}{12N}$$

sendo que: -----

C = Rendimento mensal *per capita*-----

R = Rendimento anual bruto apurado do agregado familiar -----

I = Impostos e Contribuições-----

H = Encargos anuais com juros de dívida de aquisição de habitação----

S = Encargos com a saúde, até ao limite fixado por despacho do Ministerial-----

N = número de elementos do agregado familiar-----

2. A ordenação dos candidatos será feita de acordo com a fórmula seguinte, do valor mais baixo para o valor mais elevado:-----

$$OC = (C \times 0.5) + (M \times 0.5)$$

Sendo que:-----

OC = Ordenação do Candidato (do valor mais baixo para o mais elevado)

C = Rendimento mensal *per capita* do agregado familiar-----

M = média de ingresso no Ensino Superior-----

3. A bolsa mensal a atribuir a cada estudante em regime de tempo integral é a resultante da seguinte expressão:-----

$$BF = €200 - \text{Valor da bolsa atribuída pela DGES}$$

Sendo que:-----

BF = Bolsa mensal a atribuir pelo Município de Chaves ao estudante --

DGES = Direção Geral de Ensino Superior-----

Artigo 10º-----

Regras sobre comunicações e notificações-----

1. As comunicações e notificações são efetuadas por via eletrónica, para o endereço indicado pelo estudante no boletim de candidatura.

2. As notificações efetuadas ao abrigo do presente número consideram-se feitas na data da expedição, servindo de prova a mensagem eletrónica com recibo de entrega da mesma, o qual será junto ao processo administrativo.-----

3. os candidatos devem comunicar qualquer alteração ao endereço eletrónico e moradas indicadas, sob pena, de em caso de incumprimento, a notificação se considerar efetuada para todos os efeitos legais.--

Artigo 11º-----

Situações de exclusão-----

Serão excluídos os candidatos que: -----

- a) Não preencham as condições estabelecidas no art. 4º do presente Regulamento; -----
- b) Não entreguem os documentos exigidos no número 3 do artigo 5º; --
- c) Entreguem o processo de candidatura fora do prazo estabelecido;--
- d) Não tenham transitado de ano; -----
- e) Não tenham obtido aproveitamento escolar no ano letivo anterior, nos casos dos candidatos que mudaram de curso; -----
- f) Não seja possível ponderar a situação económica do agregado familiar, devido à insuficiência de documentos e ou declarações, ou devido à incoerência entre os documentos apresentados e os sinais exteriores de riqueza;-----
- g) Possuam já habilitação ou curso equivalente ao que pretendem frequentar;-----
- h) Prestem falsas declarações, tanto por inexatidão como por omissão, no processo de candidatura. -----

Artigo 12º-----

Ordenação dos candidatos-----

A ordenação dos candidatos na elaboração da lista provisória e definitiva, será feita de acordo com a fórmula do número 2, do artigo 9º, pela ordem do valor mais baixo para o valor mais elevado, sendo que o valor mais baixo corresponde ao primeiro lugar.-----

Artigo 13º-----

Lista Provisória e Lista definitiva-----

- 1. Analisadas as candidaturas e feita a seleção dos candidatos a bolseiros será elaborada uma lista provisória que será enviada aos candidatos por correio eletrónico.-----
- 2. No prazo de 10 dias a contar da data da comunicação, de acordo com o número 2 do artigo 10º, ponto 2, poderá qualquer concorrente reclamar da mesma, por escrito, através de correio eletrónico-----
- 3. Findo o período de reclamação, será elaborada a lista definitiva, devidamente fundamentada, a submeter à Câmara Municipal para deliberação.-----
- 4. A lista definitiva dos beneficiários da bolsa de estudo será comunicada via correio eletrónico e publicada no site oficial do Município de Chaves. -----

Artigo 14º-----

Deveres dos Bolseiros-----

São deveres dos bolseiros:-----

- a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Chaves, no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo; -----
- b) Participar, num prazo de trinta dias, à Câmara Municipal de Chaves todas as alterações ocorridas posteriormente à atribuição da bolsa de estudo, relativas à sua situação económica, agregado familiar, residência ou curso, que possam influir na continuação da atribuição da bolsa de estudo; -----
- c) Usar de boa fé em todas as declarações que prestar. -----

Artigo 15º-----

Direitos dos bolseiros-----

São direitos dos bolseiros: -----

- a) Receber integralmente e dentro dos prazos estipulados as prestações da bolsa atribuída - prestações mensais; -----
- b) Ter conhecimento de qualquer alteração ao presente Regulamento.---

Artigo 16°-----

Renovação da bolsa de estudo-----
A bolsa de estudo será atribuída progressivamente nos anos de formação subsequentes aos alunos já contemplados com a mesma, desde que: -----

- a) Possuam os requisitos exigidos nas alíneas a), c), d), e) e f) do artigo 4.º deste Regulamento;-----
- b) Façam prova de matrícula no ano subsequente; -----
- c) A renovação deve ser requerida anualmente nas condições definidas no número 2, do artigo 5.º e artigo 6.º do presente Regulamento.-----

Artigo 17°-----

Cessação da bolsa de estudo-----

1. Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo: -----

- a) A prestação, por omissão ou inexatidão, de falsas declarações à Câmara Municipal de Chaves pelo candidato ou seu representante; -----
- b) Alteração favorável da situação económica do candidato ou do seu agregado familiar; -----
- c) A desistência de frequência do curso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, nomeadamente doença prolongada; -----
- d) A reprovação/falta de aproveitamento no ano letivo anterior ao da candidatura; -----
- e) Mudança de residência para outro concelho; -----
- f) Não comunicar a aceitação de outra bolsa ou subsídio concedido por outra instituição para o mesmo ano letivo; -----
- g) O incumprimento das obrigações previstas no artigo 14º. -----

2. Nos casos previstos no número anterior, a Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de exigir do bolseiro ou daqueles de quem este estiver a cargo, a restituição das mensalidades eventualmente pagas, bem como de adotar os procedimentos julgados adequados. -----

Artigo 18.º-----

Situações especiais não previstas-----

1. A unidade orgânica responsável pela análise dos pedidos de candidatura a bolseiros - Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - pode, durante o processo de seleção, considerar situações especiais não previstas no presente Regulamento. -----
2. As situações económicas especialmente graves não enquadráveis no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo, poderão ser objeto de apreciação e decisão pela Câmara Municipal. -----

Artigo 19°-----

Disposições finais-----

1. A Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de solicitar aos estabelecimentos de ensino informações relativas aos alunos bolseiros ou candidatos a bolsa de estudo. -----
2. O estudante só tem direito a requerer bolsa de estudo durante o número de anos previstos para o curso que frequenta. -----
3. A Câmara Municipal comunicará às Instituições de Ensino Superior que os candidatos frequentam, a pretensão de uma bolsa de estudo e posteriormente o valor que será atribuído.-----
4. As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação do presente Regulamento são resolvidos pela Câmara Municipal. -----

Artigo 20°-----

Entrada em vigor-----

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato à sua publicação em Diário da República. -----

REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR**Artigo 1.º**-----**Âmbito**-----

1. O presente Regulamento estabelece as normas de atribuição de bolsas de estudo, por parte da Câmara Municipal de Chaves, a alunos que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior público, particular ou cooperativo devidamente homologados.-----

2. Entende-se por estabelecimento de ensino superior todo aquele que ministra cursos aos quais seja conferido o grau académico de licenciatura ou bacharelato, designadamente: -----

a) Universidades;-----

b) Institutos Politécnicos; -----

c) Institutos Superiores; -----

d) Escolas Superiores. -----

Artigo 2.º-----**Finalidade**-----

A atribuição de bolsas de estudo por parte da Câmara Municipal de Chaves tem por finalidade: -----

a) Apoiar o prosseguimento de estudos a estudantes com aproveitamento escolar que, por falta de condições, se veem impossibilitados de o fazer;-----

b) Colaborar na formação de quadros técnicos superiores, residentes no concelho de Chaves, contribuindo para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural. -----

Artigo 3.º-----**Bolsa de estudo**-----

1. Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves, num ano letivo-----

2. O número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves em cada ano escolar, encontra-se dependente do valor máximo cabimentado no orçamento anual do Município de Chaves, sendo que o número máximo de candidatos não poderá ser superior a 40.-----

3. O número de vagas referido no ponto anterior distribui-se da seguinte forma: 25 vagas para alunos que frequentem instituições de ensino superior fora do concelho de chaves e 15 vagas para alunos que frequentem estabelecimentos de ensino superior no concelho.-----

4. O valor mensal máximo de cada bolsa de estudo é de €200, no caso do candidato não auferir de mais nenhum tipo de Bolsa.-----

5. Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200.-----

6. O início da bolsa de estudo coincidirá com o mês de início das aulas.-----

7. As bolsas de estudo têm uma duração máxima de 10 meses, correspondente ao ano escolar. -----

8. A bolsa de estudo é paga em prestações mensais. -----

Artigo 4.º-----**Condições de Candidatura**-----

Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preenchem, cumulativamente, as seguintes condições: -----

a) Serem residentes no Concelho de Chaves há pelo menos 5 anos; -----

b) Terem ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 14 valores; -----

c) Não serem detentores de licenciatura ou bacharelato; -----

d) Terem obtido aproveitamento escolar no ano anterior, tal como definido no n.º 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento, caso tenham estado matriculados no ensino superior no ano lectivo anterior àquele para que requerem a bolsa; -----

e) Não possuírem, por si só, ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal *per capita* superior ao Indexante dos Apoios Sociais, futuramente designado por IAS;-----

f) O valor dos bens patrimoniais não poderá ser superior a €100.000 (cem mil euros).-----

Artigo 5.º-----

Apresentação da Candidatura-----

1. Tem legitimidade para se candidatar: -----

a) O estudante, quando for maior de idade; -----

b) O encarregado de educação, quando o estudante for menor. -----

2. A candidatura far-se-á no site do Município de Chaves (www.chaves.pt), onde os interessados deverão preencher o boletim de candidatura disponibilizado e anexar todos os documentos exigidos.---

3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos exigidos para a efetivação da candidatura online são:-----

a) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência, que comprove a mesma em pelo menos 5 anos;-----

b) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário -----

c) Ficha ENES passada pelo estabelecimento de ensino secundário que o candidato frequentou, onde conste a média de candidatura ao ensino superior-----

d) Certificado de matrícula no ensino superior com especificação do curso; -----

e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano letivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar -----

f) Fotocópia da última declaração de I.R.S. e nota de liquidação (Modelo 3), referente a todos os elementos do agregado familiar; ----

g) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----

h) Declaração de viaturas de cada elemento do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência;-----

i) Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda, aquisição ou construção).-----

4. A candidatura online só ficará devidamente validada, após a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade, por parte do requerente, junto dos serviços municipais responsáveis, em vista à respetiva conferência, salvo se o requerente optar por enviar, no momento da candidatura, cópia de tal documento.-----

5. Para os efeitos previstos no número anterior, os serviços municipais responsáveis comunicarão, ao requerente, o dia e a hora em que deverá efetuar a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade.---

Artigo 6.º-----

Divulgação e prazo de apresentação da candidatura-----

A Câmara Municipal de Chaves publicitará, no site oficial do município e num jornal local, para cada ano escolar, a data da apresentação das candidaturas online. -----

Artigo 7.º-----

Conceito de Aproveitamento Escolar-----

1. Para efeitos do presente Regulamento, considera-se que o aluno obteve aproveitamento escolar num ano letivo, quando reúne todos os requisitos que lhe permitam a matrícula e a frequência no ano seguinte

do curso, de acordo com as normas em vigor no respetivo estabelecimento de ensino que frequenta. -----

2. Os estudantes que não obtenham aproveitamento escolar perderão o direito à bolsa de estudo, exceto por motivo de doença prolongada ou qualquer outra situação considerada especialmente grave, desde que devidamente comprovada e participada, em tempo oportuno, à Câmara Municipal de Chaves. -----

3. As exceções referidas no número anterior serão apreciadas caso a caso, cabendo à Câmara Municipal de Chaves decidir sobre a manutenção, ou não, da bolsa de estudo. -----

4. Poderão candidatar-se à bolsa de estudo, os estudantes que mudem de curso, não podendo contudo esta ser atribuída por um período superior ao da duração do curso em que inicialmente ingressaram ou até ao limite máximo de 6 anos. -----

5. Os candidatos que já tenham sido contemplados com uma Bolsa de Estudo, municipal ou outra, e que tenham perdido o direito por falta de aproveitamento escolar, não poderão candidatar-se a nova bolsa. --

Artigo 8.º-----

Conceito de agregado familiar do estudante-----

1. Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por agregado familiar do estudante o conjunto de pessoas constituído pelo estudante e pelos que com ele vivem habitualmente em comunhão de habitação e rendimentos numa das seguintes modalidades:-----

a) Agregado familiar de origem - o estudante e o conjunto de ascendentes, pais ou encarregados de educação e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos; -----

b) Agregado familiar constituído - o estudante e o cônjuge, descendentes e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos. -----

2. Podem ainda ser considerados como constituindo um agregado familiar unipessoal, os estudantes com residência habitual fora do seu agregado familiar de origem que, comprovadamente, disponham de rendimentos de bens próprios ou de trabalho bastantes para a sua sobrevivência, ainda que insuficientes para custear os seus estudos.-----

Artigo 9.º-----

Fórmulas de Cálculo-----

1. O cálculo do Rendimento mensal *per capita* do agregado familiar obedece à seguinte fórmula, e cujos valores constem da(s) declaração(ões) de IRS e outros documentos comprovativos de rendimentos auferidos por todos os membros do agregado:-----

$$C = \frac{R - (I + H + S)}{12N}$$

sendo que: -----

C = Rendimento mensal *per capita*-----

R = Rendimento anual bruto apurado do agregado familiar -----

I = Impostos e Contribuições-----

H = Encargos anuais com juros de dívida de aquisição de habitação----

S = Encargos com a saúde, até ao limite fixado por despacho do Ministerial-----

N = número de elementos do agregado familiar-----

2. A ordenação dos candidatos será feita de acordo com a fórmula seguinte, do valor mais baixo para o valor mais elevado:-----

$$OC = (C \times 0.5) + (M \times 0.5)$$

Sendo que:-----

OC = Ordenação do Candidato (do valor mais baixo para o mais elevado)

C = Rendimento mensal *per capita* do agregado familiar-----

M = média de ingresso no Ensino Superior-----

3. A bolsa mensal a atribuir a cada estudante em regime de tempo integral é a resultante da seguinte expressão:-----

BF = €200 - Valor da bolsa atribuída pela DGES-----

Sendo que:-----

BF = Bolsa mensal a atribuir pelo Município de Chaves ao estudante---

DGES = Direção Geral de Ensino Superior-----

Artigo 10º-----

Regras sobre comunicações e notificações-----

1. As comunicações e notificações são efetuadas por via eletrónica, para o endereço indicado pelo estudante no boletim de candidatura.---

2. As notificações efetuadas ao abrigo do presente número consideram-se feitas na data da expedição, servindo de prova a mensagem eletrónica com recibo de entrega da mesma, o qual será junto ao processo administrativo.-----

3. os candidatos devem comunicar qualquer alteração ao endereço eletrónico e moradas indicadas, sob pena, de em caso de incumprimento, a notificação se considerar efetuada para todos os efeitos legais.--

Artigo 11º-----

Situações de exclusão-----

Serão excluídos os candidatos que: -----

a) Não preencham as condições estabelecidas no art. 4º do presente Regulamento; -----

b) Não entreguem os documentos exigidos no número 3 do artigo 5º; ---

c) Entreguem o processo de candidatura fora do prazo estabelecido;---

d) Não tenham transitado de ano; -----

e) Não tenham obtido aproveitamento escolar no ano letivo anterior, nos casos dos candidatos que mudaram de curso; -----

f) Não seja possível ponderar a situação económica do agregado familiar, devido à insuficiência de documentos e ou declarações, ou devido à incoerência entre os documentos apresentados e os sinais exteriores de riqueza;-----

g) Possuam já habilitação ou curso equivalente ao que pretendem frequentar; -----

h) Prestem falsas declarações, tanto por inexatidão como por omissão, no processo de candidatura. -----

Artigo 12º-----

Ordenação dos candidatos-----

A ordenação dos candidatos na elaboração da lista provisória e definitiva, será feita de acordo com a fórmula do número 2, do artigo 9º, pela ordem do valor mais baixo para o valor mais elevado, sendo que o valor mais baixo corresponde ao primeiro lugar.-----

Artigo 13º-----

Lista Provisória e Lista definitiva-----

1. Analisadas as candidaturas e feita a seleção dos candidatos a bolseiros será elaborada uma lista provisória que será enviada aos candidatos por correio eletrónico. -----

2. No prazo de 10 dias a contar da data da comunicação, de acordo com o número 2 do artigo 10º, ponto 2, poderá qualquer concorrente reclamar da mesma, por escrito, através de correio eletrónico-----

3. Findo o período de reclamação, será elaborada a lista definitiva, devidamente fundamentada, a submeter à Câmara Municipal para deliberação.-----

4. A lista definitiva dos beneficiários da bolsa de estudo será comunicada via correio eletrónico e publicada no site oficial do Município de Chaves. -----

Artigo 14º-----

Deveres dos Bolseiros-----

São deveres dos bolseiros:-----

- a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Chaves, no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo; -----
- b) Participar, num prazo de trinta dias, à Câmara Municipal de Chaves todas as alterações ocorridas posteriormente à atribuição da bolsa de estudo, relativas à sua situação económica, agregado familiar, residência ou curso, que possam influir na continuação da atribuição da bolsa de estudo; -----
- c) Usar de boa fé em todas as declarações que prestar. -----

Artigo 15º-----

Direitos dos bolseiros-----

São direitos dos bolseiros: -----

- a) Receber integralmente e dentro dos prazos estipulados as prestações da bolsa atribuída - prestações mensais; -----
- b) Ter conhecimento de qualquer alteração ao presente Regulamento.---

Artigo 16º-----

Renovação da bolsa de estudo-----

A bolsa de estudo será atribuída progressivamente nos anos de formação subsequentes aos alunos já contemplados com a mesma, desde que: -----

- a) Possuam os requisitos exigidos nas alíneas a), c), d), e) e f) do artigo 4.º deste Regulamento;-----
- b) Façam prova de matrícula no ano subsequente; -----
- c) A renovação deve ser requerida anualmente nas condições definidas no número 2, do artigo 5.º e artigo 6.º do presente Regulamento.-----

Artigo 17º-----

Cessação da bolsa de estudo-----

1. Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo: -----

- a) A prestação, por omissão ou inexatidão, de falsas declarações à Câmara Municipal de Chaves pelo candidato ou seu representante; -----
- b) Alteração favorável da situação económica do candidato ou do seu agregado familiar; -----
- c) A desistência de frequência do curso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, nomeadamente doença prolongada; -----
- d) A reprovação/falta de aproveitamento no ano letivo anterior ao da candidatura;-----
- e) Mudança de residência para outro concelho; -----
- f) Não comunicar a aceitação de outra bolsa ou subsídio concedido por outra instituição para o mesmo ano letivo; -----
- g) O incumprimento das obrigações previstas no artigo 14º. -----

2. Nos casos previstos no número anterior, a Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de exigir do bolseiro ou daqueles de quem este estiver a cargo, a restituição das mensalidades eventualmente pagas, bem como de adotar os procedimentos julgados adequados. -----

Artigo 18.º-----

Situações especiais não previstas-----

1. A unidade orgânica responsável pela análise dos pedidos de candidatura a bolseiros - Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - pode, durante o processo de seleção, considerar situações especiais não previstas no presente Regulamento.-----

2. As situações económicas especialmente graves não enquadráveis no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo, poderão ser objeto de apreciação e decisão pela Câmara Municipal. -----

Artigo 19º-----

Disposições finais-----

1. A Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de solicitar aos estabelecimentos de ensino informações relativas aos alunos bolsheiros ou candidatos a bolsa de estudo. -----
2. O estudante só tem direito a requerer bolsa de estudo durante o número de anos previstos para o curso que frequenta. -----
3. A Câmara Municipal comunicará às Instituições de Ensino Superior que os candidatos frequentam, a pretensão de uma bolsa de estudo e posteriormente o valor que será atribuído.-----
4. As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação do presente Regulamento são resolvidos pela Câmara Municipal. -----

Artigo 20º-----

Entrada em vigor-----

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato à sua publicação em Diário da República. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.03.28.-----

Visto. Concorde. À consideração do Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 10.04.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2 APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INCÊNDIO EM HABITAÇÃO PARTICULAR. BAIRRO DA TRASLAR. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº58/SHSDPC/N.º27/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.04.04-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 09/04/2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 11/04/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº64/SHSDPC/N.º29/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.04.04-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 13/04/2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DA BIBLIOTECA MUNICIPAL E NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO COM ABERTURA AOS SÁBADOS. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº / 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Na sequência das orientações superiores, do Sr. Vice Presidente, Dr. Francisco Melo de 2017.12.20, cumpre-me informar: -----

No âmbito das suas atividades, a biblioteca municipal tem como objetivo a promoção do livro e da leitura, seguindo a missão proposta no "Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas" (1994), a saber: "*criar e fortalecer os hábitos de leitura...*". -----

Nos tempos que correm, as bibliotecas como espaços dinâmicos que são, possuem intra muros uma panóplia de suportes documentais, convivendo com outras ferramentas culturais, como os audiovisuais e a Internet. Este novo processo de gestão obriga a uma atenção constante por parte do pessoal interno da biblioteca, conciliando os circuitos do documento e do utilizador. Paralelamente a esta gestão "rotineira", há necessidade da observação do mundo que rodeia a biblioteca, na constante procura de novos caminhos que conduzam os não utilizadores a frequentarem a biblioteca. -----

É assim que a Biblioteca Municipal de Chaves vem desenvolvendo um vasto plano de atividades e tarefas diversificado, em prol da promoção do livro e da leitura, de modo a poder chegar a todos os estratos populacionais. -----

Considerando a Biblioteca enquanto instituição ao serviço da comunidade, devendo apresentar no seu quotidiano serviços dinâmicos e inovadores, de modo a poder cumprir a sua missão delineada pela IFLA e pela UNESCO, adaptando-se ao ritmo das necessidades da população que serve. -----

Neste contexto, atendendo ao comportamento social, educacional e cultural da sociedade flaviense e numa lógica da melhor gestão dos recursos, há a vontade, por parte do Executivo Municipal de tornar este espaço mais dinâmico, nomeadamente através da alteração do seu horário de funcionamento, com a abertura ao sábado, permitindo assim que uma franja da população possa usufruir dos seus serviços. -----

II - Fundamentação -----

De acordo com as diretrizes da IFLA, a biblioteca municipal tem como objetivo a promoção do livro e da leitura. Por seu lado, complementando esta máxima, o Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994), refere a dado passo que a mesma deve: "*criar e fortalecer hábitos de leitura...*". -----

Ora, atendendo a estes pressupostos e tendo em conta a realidade do concelho de Chaves, a Biblioteca Municipal vem praticando o seguinte horário, de abertura ao público: de segunda a sexta feira, desde as 09h00 às 19h00, sem interrupção à hora de almoço. -----

Na nova dinâmica que se pretende imprimir neste espaço público, e numa lógica de otimização de recursos, a mesma passa por ter um período de abertura aos sábados, muito concretamente, entre as 09h00 e as 13h00, permitindo assim a fruição dos seus serviços neste dia da semana. --- Esta opção, de forma a não sobrecarregar o serviço com mais recursos humanos, implica uma reestruturação no horário que se vem praticando, passando, deste modo a figurar o seguinte: -----

De 2ª a 6ª feira: 9h30 às 13h00 e das 14h00 18h30 (encerrando à hora de almoço); -----

sábado: 9h30 às 13h00. -----

Este novo formato no horário, implica mudanças na rotina dos recursos humanos afetos à Biblioteca Municipal, passando então os dois grupos a ser geridos da seguinte forma: -----

Um grupo das 9h30 às 12h30 (intervalo para almoço 1h30) e 14h às 17h30. Outro grupo das 10h30 às 13h00 (intervalo para almoço 1h30) e 14h30 às 18h30. -----

sábado: 1 grupo de 4 elementos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Atendendo às orientações superiores em dotar a Biblioteca Municipal com outra dinâmica, nomeadamente através da disponibilização da mesma à população ao sábado de manhã, sou a propor: -----

1 - Reorganização do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal, passando a ser o seguinte: -----

de 2ª a 6ª feira: **9h30 às 13h00 e 14h00 18h30** (encerrando à hora de almoço) -----

sábado: **09h30 às 13h00**. -----

2 - Caso esta proposta mereça concordância superior, mais se propõe o seu encaminhamento à reunião de Câmara; -----

3 - De seguida, deve ser alterado o respetivo regulamento, no ponto respeitante ao horário de funcionamento, nomeadamente o seu artigo 4º. À consideração superior. -----

Carlos França -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 13.04.2018 -

Aprovo a proposta de reorganização dos horários de funcionamento da biblioteca municipal constantes desta informação técnica, a qual deverá ser objeto de adequada divulgação. -----

À Reunião de Câmara para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. OBRAS DE ALTERAÇÃO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 417/17 - MÁRIO FERNANDO HENRIQUES FERREIRA - RUA ALVES TEIXEIRA, N.º 26, FREGUESIA DE VIDAGO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 14.04.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução/Antecedentes-----

1.1 O requerente acima referido, na qualidade de proprietário de uma habitação de cave, r/chão e andar sita no Largo do Mercado/Rua Alves Teixeira, em Vidago, veio solicitar a legalização das obras de alteração, levadas a efeito sem controlo prévio da Administração;----

1.2 A habitação inicial foi titulado pelo Alvará de obras de construção n.º706/90 de 11 de janeiro de 1990;-----

2. Enquadramento da Pretensão-----

2.1 No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

2.1.1O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de

urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;-----

3. Responsabilidade-----

São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

4. Análise do Pedido / Proposta-----

4.1 Em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável;---

4.2 De acordo com vistoria realizada em 10 de agosto de 2017 e informação elaborada em 14 de agosto de 2017, resultou o respetivo Auto de Vistoria, que refere a " (...) que não há necessidade de realização de obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de vistoria", devendo ser apenas colocado um guarda-corpos nas escadas de acesso à cave;-----

4.3 Em 16 de novembro de 2017, o Coordenador do projeto apresentou através de requerimento n.º2039/17, levantamento fotográfico acompanhado do respetivo termo de responsabilidade e declaração da ordem em como se encontravam sanados os condicionamentos retratados na Vistoria;-----

4.4 Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-----

b1) deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel, mantendo o mesmo uso urbanístico de habitação unifamiliar;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----

4.5 Considerando que o pedido se encontra instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise;-----

4.6 Considerando que não há qualquer aumento à área de construção inicial, -----

O referido Auto de Vistoria deverá ser fornecido ao requerente junto com a presente informação-----

5. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão

Deverão ainda ser liquidadas as taxas devidas pela realização da operação urbanística em causa nos termos do descrito no artigo 117.º, do DL 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, e previstas no respetivo Regulamento Municipal de liquidação e cobrança de taxas em que a operação se enquadra, conforme anexo;-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar e bifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL			163,15 €

Considerando que não há aumento de área e as taxas urbanísticas já forma liquidadas aquando da construção inicial da habitação, não há lugar ao cálculo de taxas de infraestruturas.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. COMPATIBILIDADE COM O USO INDUSTRIAL DO ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 10/18, PEDIDO DE DECLARAÇÃO – PROCESSO N.º 287/16 – DIOGO MANUEL DOS SANTOS MOURA – LUGAR DE CAVONCO DO LEIRO, CASAS DE MONFORTE, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 13.04.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1.Através do requerimento n.º 288/18, referente ao processo n.º 287/16, o Sr.º Diogo Manuel dos Santos Moura, solicita, emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial o alvará de autorização de utilização n.º10/18, de um edifício destinado a armazém, situado no lugar de Cavonco do Leiro – Casas de Monforte, freguesia de Águas Frias no concelho de Chaves.-----

2. ANTECEDENTES-----

2.1. Alvará de obras de construção n.º 21/17, para construção de um “armazém”, de r/chão, com a área de 99,95 m².-----

2.2. Alvará de autorização de utilização n.º 10/18, para edifício destinado a “armazém”.-----

3.SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1. O processo está instruído de acordo com o n.º 2 artigo 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE), designadamente:-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

- 4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**
- 4.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**
- 4.1.1. O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no n.º 5 do art.º 4 e art.º 62 do Dec.- Lei 555/99 alterado e republicado pelo Dec.-Lei 136/2014 de 9 de Setembro, por remissão do n.º 3 do artigo 73.º-B do RMUE.-----
- 4.2 Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**
- 4.2.1. De acordo com as Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 35 A, o terreno está inserido em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agroflorestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agroflorestais comuns.-----
- 4.3. Nos Regulamentos Municipais-----**
- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-B (Sistema de Indústria Responsável (SIR)) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----
- 4.4. Em diplomas especiais-----**
- 4.4.1. O presente pedido enquadra-se no n.º 3 artigo 18.º do Sistema de Indústria Responsável (SIR) - Dec.- Lei n.º 73/2015 de 11 de Maio.
- 5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**
- 5.1. A requerente pretende a emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, o alvará de autorização de utilização n.º 10/18, de um edifício destinado a "armazém".-----
- 5.2. O uso industrial pretendido, refere - se à atividade de "Fabricação de produtos à base de carne" (CAE 10 130), a qual têm enquadramento na parte 2-B do anexo I do SIR.-----
- 5.3. Constam da parte 2-B do anexo I do SIR, as atividades industriais, da classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE - rev.3) com potência elétrica igual ou inferior a 99 kVA, potência térmica não superior a 4×10^6 Kj/h e n.º de trabalhadores não superior a 20.-----
- 5.4. O pedido está instruído de acordo com o n.º 2 do 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ou seja, com elementos justificativos de que a instalação do estabelecimento industrial, a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR, salvaguarda o equilíbrio urbano e ambiental.-----
- 5.5. A atividade industrial de "Fabricação de produtos à base de carne" (CAE 10 130), pode ser desenvolvida em prédio urbano com o uso de armazém, de acordo com a alínea a) do n.º 3 do artigo 18.º do SIR.-----
- 5.6. O edifício onde se pretende desenvolver a atividade a que se fez referência, está situado em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal, na categoria 4.1 - espaço florestais - subcategoria 4.1.A - espaços florestais comuns, o qual, admite a utilização e ocupação do solo, de indústrias do tipo 3 e armazéns, de acordo com o artigo 53.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----
- 6. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**
- 6.1. Considerando, que o pedido está instruído de acordo com o n.º 2 do 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ou seja, com elementos justificativos de que a instalação do estabelecimento industrial, a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR, salvaguarda o equilíbrio urbano e ambiental.-----
- 6.2. Considerando que a alínea a) do n.º 3 do artigo 18.º do SIR, estabelece, que pode a Câmara Municipal, declarar compatível com o uso industrial o alvará de utilização de edifício destinado a armazém, no caso de se tratar de estabelecimento abrangido pela parte 2-B do anexo I do SIR, se se verificar a inexistência de impacto relevante no equilíbrio urbano e ambiental.-----
- 6.3. Considerando que o edifício, onde pretende exercer a atividade industrial de "Fabricação de produtos à base de carne" (CAE 10 130),

a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR, possui alvará de autorização de utilização n.º 10/18, para "armazém", podemos concluir que é compatível com o uso pretendido - "industrial", sendo certo que, pode a atividade a que se fez referência, ser instalada em fração autónoma de prédio urbano.-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (n.º1 do artigo 73.º - B do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do artigo 73.º- B do RMUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, designadamente, para a atividade de "Fabricação de produtos á base de carne" (CAE 10 130), o alvará de autorização de utilização n.º 10/18, para armazém e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o averbamento no título de autorização de utilização existente;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, dever-se-á de seguida, proceder-se ao averbamento no título de utilização já emitido - Alvará de Autorização de Utilização n.º 10/18, da atividade pretendida, designadamente, "Fabricação de produtos á base de carne" (CAE 10 130), a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR; À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA - PROCESSO N.º 221/18 - RUA HERÓIS DE MUCABA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG. BRUNO RUA DATADA DE 05.04.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação/proposta visa dar resposta ao solicitado pelo Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade, por e-mail datado de 27.MAR.2018, relacionado com um pedido apresentado pela Sra. Maria do Céu Lopes de Castro Vidal, para a colocação de passadeiras e respectiva sinalização, junto à entrada principal do Externato "O Pinguim", sita na Rua Heróis de Mucaba, com vista à melhoria das condições de segurança de peões, no local. Uma vez que existe ainda na Rua Heróis de Mucaba, uma entrada/saída secundária do referido Externato "O Pinguim", e tendo a mesma alguma afluência de pessoas/utentes,

considerou-se que, também esta zona deveria ser melhorada nos mesmos termos previstos para a entrada principal.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

a) No entroncamento da Rua Heróis de Mucaba com a Rua de Inácio Pizarro: Colocação de um (1) sinal de código A14 (Crianças);-----

b) Junto à entrada secundária do Externato "O Pinguim", na Rua Heróis de Mucaba: Colocação de dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de "Linha de Paragem" com 0,5 metros de largura e Execução de "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento;-----

c) No entroncamento da Rua Heróis de Mucaba com a Rua Rainha Santa Isabel, junto à entrada principal do Externato "O Pinguim", na Rua Heróis de Mucaba: Colocação de dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de "Linha de Paragem" com 0,5 metros de largura e Execução de "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento.-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 600,00€ (seiscentos euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação á Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar o Presidente da União de Freguesias de Santa Cruz/Trindade/Sanjurge, o Senhor José António Oliveira Carreira, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-----

c) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante da Esquadra de Trânsito da Polícia de Segurança Pública de Chaves, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

d) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

Visto. Concordo com o teor da presente informação. À Consideração superior. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DATADO DE 2018.04.16. -----

Visto. Concordo. Proceda-se conforme o preconizado na informação técnica. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 523/16 - MARIA ALICE CHAVES ANTUNES - RUA DA QUINTA, N.º 12B, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 11.04.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 609/17, referente ao processo n.º 523/16, a Sr.ª Maria Alice Chaves Antunes, solicita, um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de ampliação¹⁰ de uma habitação unifamiliar, com licença de construção inicial n.º 502/93, situada na rua da Quinta, n.º 12 B, Vila Nova de Veiga, freguesia de São Pedro de Agostém no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 360,00 m², está inscrito

¹⁰ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

na matriz urbana com o n.º 892 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2055/20020903, da freguesia de São Pedro de Agostém.

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença n.º 502/93, para legalização da reconstrução de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar com a área de 237,50 m².-----

2.1- Através do requerimento n.º 1364/16, foi solicitada vistoria ao imóvel, a pretensão foi indeferida por não cumprimento do projeto aprovado.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido; -----

- Planta de localização à escala 1:2 000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-

- Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de caráter profissional;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Declaração do topógrafo;-----

- Levantamento topográfico à escala 1:250;-----

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 100;-----

- Plantas à escala de 1:100;-----

- Alçados à escala de 1:100;-----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----

- Desenhos de alteração;-----

- Projeto de águas pluviais;-----

- Projeto de estabilidade;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação de uma habitação unifamiliar.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- A requerente pretende a legalização das obras de ampliação de uma habitação unifamiliar. As alterações prendem-se, com a construção de uma cobertura no terraço da habitação, licenciada ao abrigo da licença de construção n.º 502/93, havendo por este facto um aumento da área bruta de construção de 17,00 m². Há ainda alterações ao nível do fecho de uma área coberta situada no r/chão do imóvel, na zona do terraço.

5.2- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria

ao imóvel em 2018-01-25, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 19/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação.-----

5.4 - A habitação unifamiliar que se pretende legalizar as obras de ampliação, é uma preexistência, pelo facto de estar devidamente licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.5- De acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 19 do Plano Diretor Municipal, o índice de construção para o local é de 0.50 m²/ m², o requerente poderia então erigir uma edificação com (360,00 m² x 0.50 m²/ m²) = 180,00 m² de área bruta de construção.-----

5.6- No entanto no n.º 2 do art.º 22 do Plano Diretor Municipal, prevê que os índices de construção poderão ser ultrapassados, quando se trate de edificações em parcelas situadas em núcleos tradicionais dos aglomerados rurais, desde que o município reconheça que tal se justifica, por razões de integração na envolvente ou coerência formal da imagem urbana.-----

5.7- Da vistoria realizada, resultou parecer, no sentido de o edifício se enquadrar com alguma naturalidade no meio em que se insere. Assim, tendo-se constatado tratar-se de um núcleo tradicional de aglomerado rural, onde o índice de construção médio nas parcelas contíguas é de aproximadamente 1.0 m²/ m², é possível concluir que, o projeto em apreciação pode ser enquadrado no n.º 2 do art.º 22 do Plano Diretor Municipal.-----

5.8- A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 314,00 m², o que implica um índice de construção de 0,87 m²/ m², ou seja, inferior ao índice de construção médio nas parcelas contíguas que é de 1.0 m²/ m² e que resulta da aplicação do valor médio dos índices de construção correspondentes às edificações existentes nas parcelas contíguas da parcela em causa, de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 22.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.9- A operação urbanística, que se pretende legalizar, integra-se com naturalidade na envolvente, a habitação possui boas condições de habitabilidade, pese embora, não se trate de uma construção recente. Não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente na envolvente imediata.-----

5.10- O imóvel, destinado a habitação unifamiliar, mantém o uso preexistente, que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.---

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, não há lugar ao cálculo da taxa de infraestruturas urbanísticas, pelo facto de a área ampliada a legalizar ser inferior a 20 m².-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 104,95 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas), do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o edifício se situa em local, onde predomina esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

8.2- Considerando, que as obras a legalizar respeitam o artigo 22.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

8.3 - Considerando, que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.4- Considerando que o imóvel mantém o uso preexistente, para "habitação unifamiliar", o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando, que as obras de legalização da ampliação da habitação unifamiliar, se situam em área abranger por novas regras urbanísticas, mas que se excluem, da aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJIGT, por motivo de alteração do regulamento do PDM, pelo facto de, o plano vigente e o plano aprovado em sessão da assembleia municipal de 28 de fevereiro do ano corrente e em fase de publicação, determinarem o deferimento do pedido.-----

8.7- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar, a

interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----
À consideração superior-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----
Áreas (m²) - aumento de área de 17,00 m²-----

QUADRO I-----**- Cálculo das taxas administrativas-----**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m² adicional	17,00 m² 3,20 €	54,40 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1 11,85€	11,85 €
	TOTAL		104,95 €

TOTAL A LIQUIDAR.....∑ 104,95 € -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE PISCINAS DESCOBERTAS DESTINADAS A EQUIPAMENTO DESPORTIVO, LAZER E RECREIO, PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO - PROCESSO N.º 155/18 - TELMO JOSÉ PEREIRA LOPES - FREGUESIA DE VAL DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 13.04.2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Através de requerimento n.º 461/18, datado de 02/03/2018, que deu origem ao processo nº155/18, o Sr. Telmo José Ferreira Lopes, na qualidade de proprietário, solicita que lhe seja reconhecido o interesse público municipal para "construção de piscinas descobertas destinadas a equipamento desportivo, lazer e recreio", em área abrangida pelo PDM de Chaves, prevista no n.º 1, do artigo 57.º do Regulamento do PDM, a implantar num prédio abaixo identificado.-----

1.2. Para efeitos de instrução do pedido, tão somente, apresentada os seguintes elementos:-----

- Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves;-----

- Fotografia área, com a com indicação dos limites do prédio;----
- Planta de consulta, à escala 1:5000, com a delimitação do prédio;-----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, à escala 1:10 000, com a indicação do local onde se pretende executar a obra. -----
- Extrato da planta de condicionantes, do plano Diretor Municipal, à escala 1:10 000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

A presente pretensão, objeto de análise, de acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, CCRP apresentada, projeta-se num o prédio rústico composto de pastagem, mato e pinhal, situa-se em Salgueiro, com uma área total de 8900 m², área descoberta de 8900 m², da Freguesia de Curalha e descrito sob o n.º933/20120430, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º1, natureza rústica, confronta de norte com Mateus Rodrigues, de nascente com José Rodrigues, de sul com José da Cruz e de poente com Joaquim Morgado e pertence ao titular do processo supra identificado.-----

3. ANTECEDENTES-----

Não se detetaram antecedentes. -----

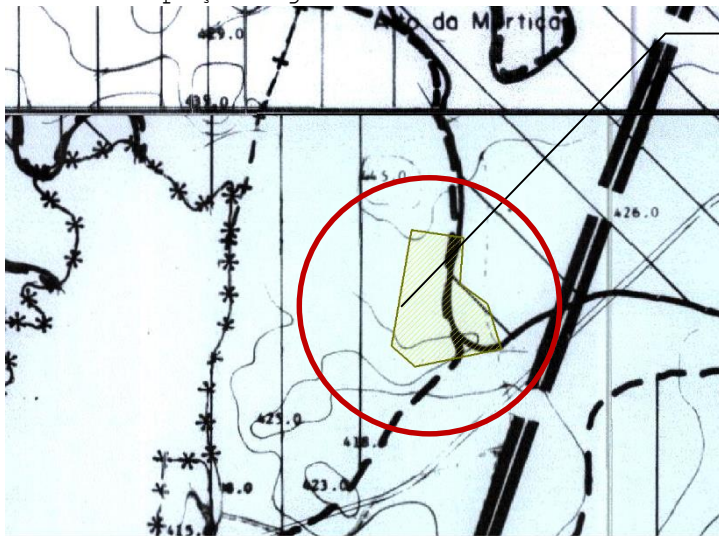
4. ENQUADRAMENTO NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES (PDM) -----

Regista-se que o prédio acima referido com a área total conservada de 8900m² e com a configuração e delimitação constantes nos elementos gráficos juntos. -----

4.1 Em termos de Ordenamento-----

A área em estudo é abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento e posteriores alterações.-----

De acordo com o extrato da carta de ordenamento do PDM, folha 47A, à escala 1:10.000, apresentada pelo requerente, verificamos que o prédio em apreço encontra-se classificado como espaços agrícolas e florestais, classe 4, mas em duas categorias diferentes, na categoria 4.1 - espaços florestais, subcategoria 4.1B - espaços florestais condicionados e na categoria 4.2 - espaços agrícolas, subcategoria 4.2A - espaços agrícolas defendidos. -----



Conforme se ilustra, tendo por base a delimitação do prédio apresentada pelo requerente, sobre o raster da carta de ordenamento correspondente (folha n.º47A).

4.2 Em termos de condicionantes-----

De acordo com a planta de condicionantes a propriedade situa-se em área do regime florestal e em área da Reserva Agrícola Nacional, aplicando-se as disposições da Lei N.º 76/2017, de 17 de agosto procedeu a uma alteração do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, constituindo a quinta alteração ao Decreto-Lei N.º 124/2006, de 28 de junho, assim como as disposições do DL n.º 73/2009, de 31 de março.-----

5. APRECIÇÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

5.1 A pretensão formulada através do presente processo consiste em obter da Câmara Municipal uma certidão de interesse público municipal, especificamente destinada a um empreendimento para uma instalação de recreio e lazer, consubstanciada na construção de piscinas descobertas com balneários e bar de apoio a parque de lazer para crianças e destinada subentende-se a instruir processo de licenciamento⁽¹¹⁾ que antecede a construção do mesmo.-----

5.2 De acordo com o Plano Diretor Municipal em vigor no Município, para a concretização do referido empreendimento, consubstanciado na construção de piscinas descobertas destinadas a equipamento desportivo, lazer e recreio, localizada em espaços agrícolas e florestais, classe 4, tem enquadramento legal no n.º. 1, do artigo 57.º, do Regulamento do PDM;-----

5.3 O requerente fundamenta o interesse público municipal do referido empreendimento, com vista e passamos a citar "estimular a fixação da população local, criação de postos de trabalho, incentivar e dinamizar o turismo local e monumental, bem como o interesse paisagístico". Para tanto, alegou, em síntese, que a referida instalação de recreio e lazer, se trata de um investimento na região, para satisfazer as necessidades das gentes locais em matéria de lazer, prevendo um investimento no projeto de cerca de 300.000,00 Euros, assim como criará postos de trabalho, no mínimo de 6 pessoas em emprego sazonal.-----

6. PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1 Assim face à fundamentação do interessado, considera-se que, em termos gerais, se poderá propor a emissão de uma certidão de *reconhecimento do Interesse Público Municipal*, visando a construção de piscinas descobertas destinadas a equipamento desportivo, lazer e recreio, localizadas em espaços agrícolas e florestais, previstas no n.º1, do artigo 57.º do regulamento do PDM, no entanto, deixa-se á consideração superior tal deliberação.-----

6.2. Sequencialmente deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião ordinária do executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do interesse municipal do empreendimento em causa, com base nesta informação técnica.-----

¹¹ Quanto aos efeitos da pretensão no ordenamento do território, sem prejuízo, porém, de uma posterior formulação adequada do projeto das piscinas descobertas com balneários e bar, em concreto, o qual, em sede de licenciamento da obra, subordinam-se aos respetivos regimes e seus condicionamentos, cumulativamente deverá observar as normas e regulamentos em vigor, assim como deverá ser acautelado a integração e equilíbrio na paisagem e atenta em razão da localização, a pretensão ficará condicionada aos seguintes requisitos, volumetria ou espaço exterior, à instalação das infraestruturas julgadas necessárias em cada caso pelo município, sendo encargo e da responsabilidade do interessado as medidas necessárias a garantir aquele objetivo, terão de ser garantidas a obtenção de água potável e energia elétrica, a eficaz eliminação de esgotos e acesso automóvel, á construção sem prejuízo para terceiros localização do terreno. -----

6.3. Por último, caso apresente proposta, venha a ser aprovada, por parte do órgão executivo municipal, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada do Interesse Público Municipal da construção de piscinas descobertas destinadas a equipamento desportivo, lazer e recreio, -----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO, PEDIDO VIABILIDADE E DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO - PROCESSO N.º 828/17 - JOÃO MANUEL DOS SANTOS GOUVEIA - LUGAR DA BEZOEIRA, FREGUESIA DE FAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 14.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1 O requerente acima referido, na qualidade de proprietário, solicitou, através do seu advogado, Informação Simples sobre a viabilidade de construção em vários prédios rústicos, sitos no Lugar da Bezoeira, Faiões, e que perfazem uma área total de 18.900,00m²;---

1.2 Para os devidos efeitos, juntou, uma breve memória descritiva, uma fotografia aérea do local e cópias das cadernetas prediais dos três artigos;-----

2. Antecedentes-----

2.1 Em sede de atendimento ao público, antes de qualquer análise ao pedido apresentado, o Advogado esclareceu que o verdadeiro sentido do mesmo, era que lhe fosse reconhecido interesse municipal da construção a levar a efeito;-----

2.2 Assim e neste contexto, o pedido formulado pelo requerente através de requerimento n.º 2127/17, foi para a Comissão Municipal de Avaliação de Projetos de Interesse Municipal, para os devidos efeitos.-----

2.3 No entanto, depois de reunida a Comissão e chamado o representante legal do requerente, foi esclarecido que o pedido não se encontrava instruído para poder ser analisado como Projeto PIM, e o requerente afinal esclareceu que afinal pretendia era que a Câmara se pronunciasse sobre " (...) a viabilidade urbanística, no local indicado, face à tipologia da operação a realizar, tendo por referência as regras de uso e ocupação do solo associadas à classe de espaço onde se insere (...) "-----

3. Enquadramento do Pedido nos Instrumentos de Gestão territorial -

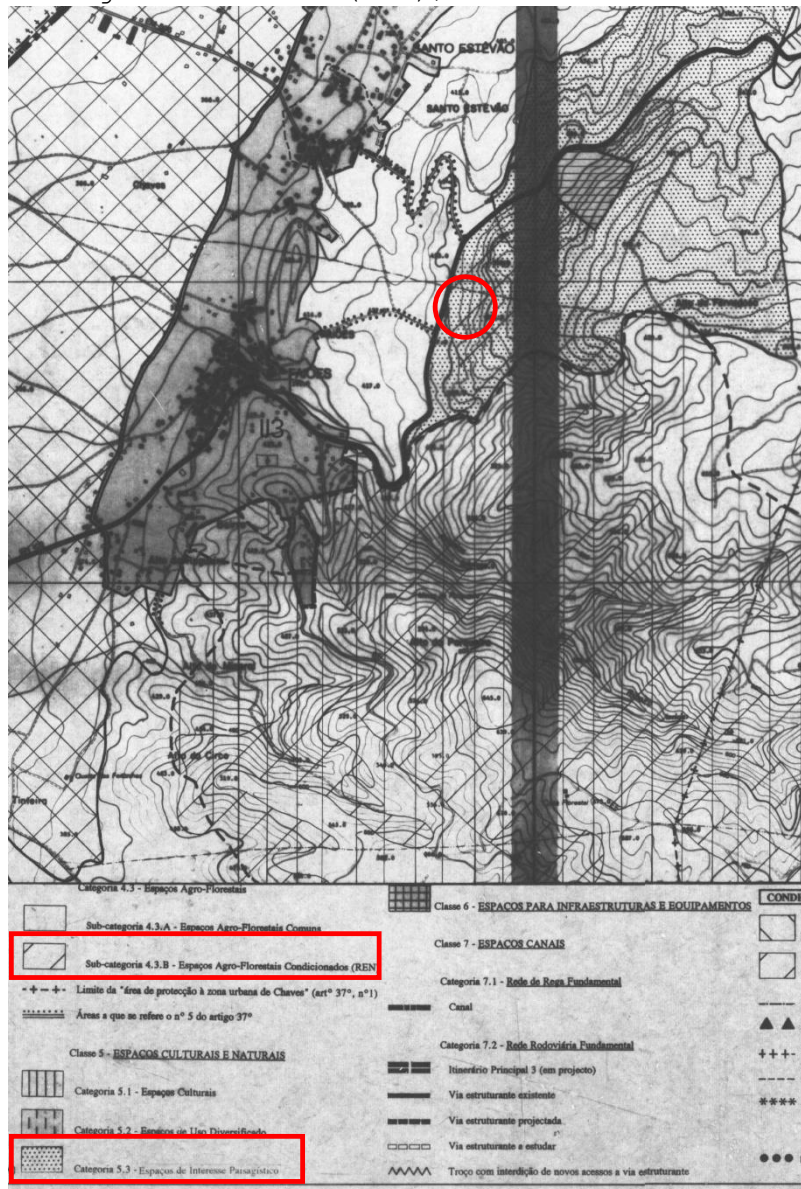
Conforme já anteriormente referido, de acordo com extrato da planta nº 34B do Plano Diretor Municipal, os vários terrenos localizam-se em:

- classe 4 - Espaços Agrícolas e florestais, categoria 4.3 - espaços agro-florestais, sub-categoria 4.3.B - espaços agro-florestais condicionados (REN);-----

- classe 5 - Espaços culturais e naturais, categoria 5.3 - espaços de interesse paisagístico, a que corresponde a Secção VI, Artigos 40.º e 42.º do Regulamento do PDM;-----

4. Servidões e restrições de Ordem Pública-----

Sobre o terreno impende ainda uma servidão e restrição de ordem pública, devida por parte da área se encontrar abrangida pela Reserva Ecológica Nacional (REN); -----



5. Análise do pedido/Proposta de Decisão-----

5.1 O requerente pretende saber sobre a viabilidade de levar a efeito a construção em vários prédios rústicos, sua propriedade, e que perfazem uma área total matricial de 6.655,00m², quando na realidade, e segundo o mesmo refere perfazerem uma área de 18.900,00m² (área essa que depois deverá ser corrigida);-----

5.2 A pretensão passa por levar a efeito a construção de uma unidade hoteleira - empreendimento turístico - com 10 a 12 quartos, salão de restauração e promoção e divulgação de produtos regionais em torno do estabelecimento hoteleiro pretendido; -----

5.3 O requerente pretende criar seis postos de trabalho diretos e que o projeto se enquadre na paisagem e desfrute das vistas;-----

5.4 De acordo com o já descrito, cumpre informar que dadas as várias classes de espaços onde as parcelas de terreno se localizam, são proibidas quaisquer ações, tendo como base o descrito na conjugação da alínea d), do n.º2, do artigo 42.º, conjugado com o artigo 34.º, ambos do Regulamento do Plano Diretor Municipal, não descuidando o regime de Reserva Ecológica Municipal;-----

5.5 No entanto estes Serviços Técnicos entendem que dado o tipo de pretensão, se poderá vir a considerar de interesse público o empreendimento turístico em causa, não descuidando que no âmbito de um posterior licenciamento ficará sempre dependente dos pareceres das entidades externas competentes; -----

5.6 No entanto, quer de acordo com o n.º4, do artigo 34.º, quer de acordo com a alínea d), no n.º2, do artigo 42.º, do supra referido Regulamento do PDM¹², se a câmara entender reconhecer o interesse

¹² Artigo 34º - Usos dominantes e seus condicionamentos-----

1 - Os solos integrantes desta classe não podem ser objeto de quaisquer ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades, salvo as previstas neste Regulamento e as exceções consignadas na lei geral, quando aplicáveis. -----

2 - Nos espaços que integram esta classe não é permitida a realização de operações de loteamento urbano. -----

3 - As áreas pertencentes a qualquer das categorias desta classe integradas na Reserva Agrícola Nacional, no aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves ou na Reserva Ecológica Nacional, que estão devidamente assinaladas nas plantas de ordenamento e de condicionantes, subordinam-se aos respetivos regimes e seus condicionamentos, cumulativamente com as disposições do presente Regulamento. -----

4 - Excetua-se dos condicionamentos constantes dos números anteriores a construção de equipamentos, instalações ou infraestruturas de interesse público reconhecido formalmente pelo município e por todas as entidades com jurisdição sobre a área em que se localizem, e desde que de acordo com as exigências da legislação aplicável a cada situação. -----

Artigo 42º - Estatuto de ocupação e utilização dos espaços de interesse paisagístico (categoria 5.3) -----

1 - Nos espaços integrados nesta classe são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, instalação de empreendimentos industriais ou turísticos, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações, destruição do coberto vegetal e explorações de recursos geológicos. -----

2 - Sem prejuízo das competências legais de outras entidades com jurisdição sobre a área em causa, excetua-se do disposto no número anterior: -----

a) Os atuais usos do solo ou atividades que possam ser considerados preexistências nos termos do artigo 5º, nomeadamente o uso florestal que não ponha em causa, direta ou indiretamente, o equilíbrio paisagístico ou ecológico do local; -----

b) A realização das ações que, pela sua natureza e dimensão, sejam insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio paisagístico ou ecológico locais, incluindo a construção de pequenas infraestruturas de apoio direto aos usos acima referidos ou à proteção dos recursos, desde que devidamente justificadas; -----

c) As realizações já previstas neste Plano Diretor Municipal; -----

público da pretensão descrita, poderá o pedido ser formulado junto de todas as Entidades com jurisdição na área objeto de intervenção nomeadamente a CCDD-N no âmbito da REN. -----

5.7 Face ao descrito, sou a propor remeter a reunião do Executivo para competente deliberação sobre o pedido em análise. -----
À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. DESTAQUE DE PRÉDIO RÚSTICO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 195/18 - JOÃO CARLOS CARVALHO FERREIRA - RUA DO PERDIGALHO, N.º 11, ABOBELEIRA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 29.03.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Na sequência de contacto telefónico estabelecido em 29/03/2018, com representante do Sr. João Carlos Carvalho Ferreira, foi comunicado que as peças desenhadas n.º1 e n.º2 apresentavam ligeiras incorreções.

1.2 Visando cobrir os lapsos, através de requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território n.º650/18, datado de 29/03/2018, vem o Sr. João Carlos Carvalho Ferreira, apresentar novas peças desenhadas retificadas, com vista à emissão de certidão de destaque de uma parcela, do prédio urbano abaixo identificado, em conformidade com o estabelecido no artigo 6.º, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua última versão, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, RJUE e nos termos do artigo 19.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º732/2015, RMUE.-----

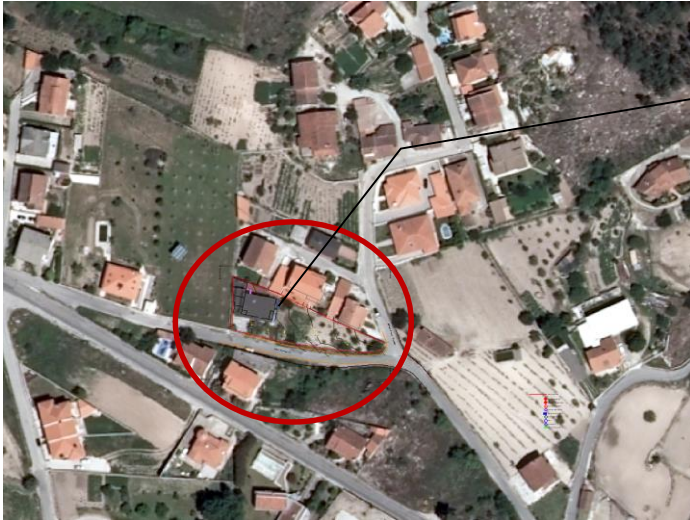
2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, CCRP, apresentada, descreve o prédio urbano, situado em Pordias, casa de rés do chão - logradouro, com a área total de 1078m2, a área coberta de 160m2 e a área descoberta de 918 m2, descrito sob o N.º 200/19870511, da Freguesia de Valdanta, artigo matricial n.º 562, confrontando do Norte de norte com Gracinda Encarnação, de nascente com caminho de consortes, de sul com caminho público e de poente com

d) Ações de interesse público ou de alto interesse para o desenvolvimento do concelho, desde que estas sejam prévia e formalmente reconhecidas como tal pelo município. -----

3 - Excetua-se ainda do disposto no N.º 1 a recuperação, reconstrução ou reconversão de usos de edificações preexistentes, desde que destinados a empreendimentos de turismo no espaço rural, aplicando-se em tais casos a disciplina instituída pelo artigo 38º-----

António Joaquim Evangelista, usada a faculdade de atualização de área prevista no n.º2, do artigo 28.º-C(13), do Código do Registo Predial.-



Localização do prédio urbano, tendo por base a planta georreferenciada, em formato digital, apresentada pelo requerente, sobre ortofotomapa, com voo de 2015 (folhas nº34-3B).

3. ANTECEDENTES PROCESSUAIS-----

Regista-se em Arquivo Municipal, os anteriores processos camarários:-

3.1 Processo n.º 539/1987, para construção de uma moradia de R/C, com 162,00m², em nome de João Carlos de Carvalho Ferreira, levada a efeito sobre o referido prédio, tendo-lhe sido atribuído a Licença n.º 837, passada em 09 de novembro de 1987;-----

3.2 Processo n.º 78/1988, relativo a vistoria para concessão de licença para habitação de edificação nova, situada no lugar de Pordias - Abobeleira, levada a efeito sobre o referido prédio urbano, tendo-lhe sido atribuído o Alvará de Licença n.º 21/1989, emitido em 27/01/1989, concedida a João Carlos de Carvalho Ferreira-----

4. ANÁLISE DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

4.1 O pedido encontra-se instruído com os elementos necessários ao procedimento em análise, conforme previsto no artigo 19.º(14) do

¹³ Artigo 28.º-C Erro de medição -----
2 - Quando exista divergência de área, entre a descrição e o título, em percentagens superiores às previstas no artigo 28.º-A, a atualização da descrição é feita nos seguintes termos:-----

a) Na matriz cadastral, o erro de medição é comprovado com base na informação da inscrição matricial donde conste a retificação da área e em declaração que confirme que a configuração geométrica do prédio não sofreu alteração;-

b) Na matriz não cadastral, o erro a que se refere a alínea anterior é comprovado pela apresentação dos seguintes documentos:

i) Planta do prédio elaborada por técnico habilitado e declaração do titular de que não ocorreu alteração na configuração do prédio; ou
ii) Planta do prédio e declaração dos confinantes de que não ocorreu alteração na configuração do prédio.-----

¹⁴ Artigo 19.º - Operações de destaque-----

O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos: -----

a) Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de destaque; -----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;-

c) Extratos das plantas de ordenamento e condicionantes do Plano Diretor Municipal em vigor neste Concelho; -----

Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015, RMUE.-----

4.2 São apresentados os termos de responsabilidade do autor do pedido de operação de destaque, e declaração do autor do levantamento topográfico atestando a conformidade com os elementos cadastrais.----

5. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

5.1 Nas disposições do Plano Diretor Municipal-----

Recorrendo, com as devidas ressalvas a Tecnologias de Comunicação e Informação, e fazendo a sobreposição do levantamento georreferenciado, apresentado pelo requerente sobre o raster da carta de ordenamento do PDM, folha 34A, à escala:10000, verificamos que o prédio se encontra inserido em espaços da Classel - urbanos e urbanizáveis, na categoria 1.3 - outros aglomerados, aglomerado de Abobeleira, tal como se pode constatar no extrato das plantas de ordenamento dos planos municipais de ordenamento do território vigentes à escala de 1:10000, com a indicação da pretensão, apresentado pelo interessado.-----



A planta de condicionantes não assinala qualquer servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. -----

5. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

Pretende a requerente que lhe seja autorizado o destaque de uma parcela de terreno, "Parcela a destacar", com a área de 587,00 m², ao terreno com a área total de 1078 m², sito no local acima referido. -----

5.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A operação de destaque enquadra-se na disposição constante do número 4, do artigo 6.º(15), do RJUE. De acordo com o definido nos números

d) Levantamento topográfico georreferenciado à escala 1:1000 ou superior, a qual deve delimitar a área total do prédio; -----

e) Planta de localização à escala 1:10.000 ou superior, assinalando devidamente os limites do prédio; -----

f) Planta elaborada sobre levantamento topográfico, com indicação da parcela a destacar e da parcela sobrança; -----

g) Relatório com enquadramento no Plano Diretor Municipal, relativamente às classes e categorias de espaços estabelecidas em função do uso dominante do solo, índice de utilização do solo e servidões ou restrições de utilidade pública que impendem no prédio objeto da pretensão; -----

h) No caso de o destaque incidir sobre terreno com construção erigida, deverá ser identificado o respetivo procedimento quando tal construção tenha sido sujeita a controlo prévio. -----

¹⁵ **Artigo 6.º - Isenção de controlo prévio-----**

4, 6 e 8 deste artigo, é condição da mesma que, as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos e na área correspondente ao prédio originário, não seja efetuado mais do que um destaque no prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior, assim como, sejam respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de serviços ou restrições de utilidade pública, etc. -----
A pretensão em análise tem por objetivo o destaque de uma parcela de terreno com a área de 587m²(¹⁶), a qual se localiza em Classel - espaços

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de controlo prévio:-----

4 - Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

5 - Nas áreas situadas fora dos perímetros urbanos, os atos a que se refere o número anterior estão isentos de licença quando, cumulativamente, se mostrem cumpridas as seguintes condições: -----

a) Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos;
b) Na parcela restante se respeite a área mínima fixada no projeto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respetiva. -----

6 - Nos casos referidos nos n.os 4 e 5 não é permitido efetuar na área correspondente ao prédio originário novo destaque nos termos aí referidos por um prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior.-----

7 - O condicionamento da construção bem como o ónus do não fracionamento previstos nos n.os 5 e 6 devem ser inscritos no registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.-----

8 - O disposto no presente artigo não isenta a realização das operações urbanísticas nele previstas da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de serviços ou restrições de utilidade pública, as normas técnicas de construção, as de proteção do património cultural imóvel, e a obrigação de comunicação prévia nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.-----

9 - A certidão emitida pela câmara municipal comprovativa da verificação dos requisitos do destaque constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada. -----

10 - Os atos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe em perímetro urbano e fora deste devem observar o disposto nos n.os 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior. -----

¹⁶ de um prédio urbano, com uma área total de 1078m², situado em Pordias, descrito na Conservatória do registo Predial sob o nº200/19870511, inscrito na matriz da freguesia de Valdanta sob o artigo nº562. -----

urbanos e urbanizáveis, isto é, a parcela a destacar se situa dentro do perímetro urbano. -----

À luz do disposto no citado n.º4, do artigo 6.º, do RJUE, os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela, nas circunstâncias antes enunciadas, estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. Da leitura da Certidão da Conservatória do Registo Predial podemos dizer que não está inscrito qualquer ónus de não fracionamento à menos de 10 anos, bem como, terão que ser respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de serviços ou restrições de utilidade pública, etc. -----

6. PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1 Face ao acima exposto, sou de parecer que o pedido reúne os requisitos necessários à execução do destaque, em virtude de se cumprir a condição expressa no ponto n.º4, do artigo 6.º, do RJUE, uma vez que as duas parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos. -----

6.2. Nestes termos, o presente processo administrativo, registado com o n.º195/18, deverá estar presente em reunião de Câmara para que o executivo delibere adotar um projeto de decisão de deferimento do destaque pretendido, identificando-se duas parcelas fisicamente separadas e caracterizadas pelos seguintes elementos: -----

- A "parcela a destacar", com a área de 587,00 m², confronta a norte com Gracinda Encarnação, a nascente com caminho de consortes, a sul caminho público e poente com João Carlos Carvalho Ferreira. Prevê-se na parcela a destacar uma área de implantação de 147,00m² e uma área bruta de construção até 293,00m², sendo 200,00m² área bruta privativa e 93,00m² área bruta dependente;-----

- A "parcela mãe", com a área de 491,00 m², confronta a norte com Gracinda Encarnação, a nascente com João Carlos Carvalho Ferreira, a sul com caminho público e a poente com António Joaquim Evangelista. Nesta parcela existe já uma edificação destinada a habitação e que a mesma decorreu ao abrigo da Licença 837/87 (processo n.º539/1987), tendo-lhe sido atribuído o alvará de utilização n.º21/89;-----

6.3 Refira-se que o condicionamento do ónus do não fracionamento a que se refere o n.º 6, do artigo 6.º do RJUE, deverá ser inscrito no Registo Predial sobre as parcelas resultantes do destaque;-----

6.4 O destaque da parcela não isenta, na realização de operações urbanísticas da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes dos planos municipais ou especiais de ordenamento do território, de servidões ou restrições administrativas ou de utilidade pública.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 85/18 - JOSÉ AMARO PEREIRA MENDES - RUA FERNÃO GRALHO, N.º 8, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 09.04.2018.--

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- Antecedentes-----

O requerente é titular da habitação requerida, mas foi construída e licenciada pelo Sr. Augusto de Jesus Teixeira Mendes nos Aregos, com alvarás de licença sob o n.º 817/81, composta de r/c e andar com área de 180,00 m2., bem como alvará licença n.º 775/92 referente à construção de anexos com área de 45,20 m2. Possui ainda alvará de licença n.º 539/90 referente à construção de um muro de vedação do lote.-----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a ampliação da edificação, conforme auto n.º 16 de 15/03/2018, o **qual se deverá dar cópia ao requerente.**-----

II - Pretensão do Requerente-----

Através do requerimento n.º 241/18 o requerente vem solicitar a legalização de uma AMPLIAÇÃO de habitação, sita na Rua Fernão Magalhães n.º 8- Aregos, Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 85/18 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 85/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE). ---

3.3- Suspensão de procedimentos urbanísticos consubstanciados na alteração ao regulamento do Plano Diretor Municipal, o qual se encontra aprovado, aguardando a sua publicação em Diário da Republica.-----

IV - Análise Processual-----

O requerente através do requerimento n.º241/18, apresenta pedido de legalização de obras de ampliação, levadas a efeito na sua habitação. A construção inicial foi objeto de licença de obras n.º817/81 e 775/92. As alterações efetuadas foram *construídas ao abrigo de legislação anterior* - mas sem controlo prévio.-----

A matriz urbana, refere artigo 2909 com a seguinte descrição:-----

Área total = 373,90 m2-----

Área de coberta =171,17 m2-----

Área bruta de construção =202,73 m2-----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação em causa foi objeto de construção de acordo com o alvará de licença de obras n.º 817/81 e área total de construção 180,00 m2;-----

►Que a edificação sofreu aumento de área de construção de 45,20 m2 com a construção de uns anexos de acordo com o alvará de licença de obras n.º 775/92;-----

►A intervenção baseia-se na legalização de ampliação de 79,00 m², sem necessidade de execução de obras;-----

►Que o prédio urbano está registado na conservatória de registo predial sob o n.º 4491/20170518;-----

V - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 241/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RRMUE,-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE. Esta legalização, refere-se a um aumento de área de construção em relação à área já licenciada de 78,18 m².-----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril. No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Face ao supracitado e o descrito no auto de vistoria n.º 16/2018, nada a opor à sua legalização.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

►Nos termos da informação n.º 1/SPMOT/2018, considera-se desde já, **que o pedido formulado não terá, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor**, podendo desta forma ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal.----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação não cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19 do Regulamento do PDM na versão em vigor e mas **cumpe na proposta de alteração** que se encontra para publicação em Diário da Republica. -----

►As obras a legalizar, refere-se a um aumento de área de construção de 78,18 m².-----

Pela tabela abaixo pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação **não cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM na versão em vigor e **cumpe**** na proposta de alteração que se encontra em discussão pública;

Artigo 19º do regulamento do PDM		n.º 2 (regras de edificabilidade)	
	Parametros da edificação	Em vigor	Proposta de alteração
IC (m ² /m ²)	0.5	≤ 0.5	≤ 1,2
Cercea (m)	5.95	---	≤ 20,00 m
n.º pisos	2	----	≤ 6

Estas situações, interpretadas à luz do princípio da proporcionalidade, nos termos do qual um procedimento cujo pedido terá, ao abrigo das novas regras, uma decisão diferente daquela que decorre das regras urbanísticas em vigor, deve permanecer suspenso.-- Em termos materiais, considerar a exclusão do âmbito de aplicação da suspensão, de todos os procedimentos relativos a operações urbanísticas sobre as quais não se aplicam as alterações ao regulamento

do PDM colocado a discussão pública, quer porque a lei assim o determina expressamente, quer porque tal decorre da aplicação de princípios gerais de direito administrativo,-----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa suspensão de todos os procedimentos relativos a operação urbanística em apreço, dado que a decisão é desfavorável, à luz do PDM em vigor, favorável à luz da proposta de plano que se encontra para publicação no Diário da Republica, situação em que a decisão final fica condicionada à entrada em vigor do novo plano.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - URZEIRA E REMODELAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE URZEIRA - TRABALHOS NÃO EXECUTADOS. INFORMAÇÃO Nº 133/2018. -----

Foi presente a informação nº 133/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 98 de 22 de maio de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "Adutora Parque Empresarial Chaves - Urzeira e remodelação do reservatório de Urzeira". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, realizada no dia 07 de julho de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Sinop - Sociedade de Infraestruturas e Obras Publicas - António Moreira dos Santos, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras publicas, no dia 30 de agosto de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 287.817,32 € (duzentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dezassete euros e trinta e dois cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 75 dias. -----
- Data da consignação: 18 de setembro de 2017 -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 3 de outubro de 2017.

6. Foram aprovadas duas prorrogações de prazo, graciosas, permitindo a conclusão da obra até ao dia 5 de março de 2018. -----

7. Para cumprimento das obrigações contratuais, o adjudicatário apresentou a garantia bancária nº 72006726385, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Vale do Sousa e Baixo Tâmega C.R.L., no valor de 14 390,87€ (catorze mil trezentos e noventa euros e oitenta e sete cêntimos) correspondendo a 5% do valor dos trabalhos do contrato e foram retidos 5% dos valores de cada auto de medição. -----

II - Fundamentação -----

1. Encontrando-se concluídos os trabalhos da empreitada e após efetuada a medição final dos mesmos, conclui-se que, resultam trabalhos não executados, no valor de 5.262,33€ (cinco mil duzentos e sessenta e dois euros e trinta e três cêntimos), Iva não incluído, que representam 1,83% do valor contratado. -----

2. Os trabalhos não executados, correspondem aos artigos previstos no mapa de medições (7.1 ao 7.10), para a execução da camara enterrada do ponto de entrega, em betão armado, no recinto do reservatório do parque empresarial de Chaves (RB6). Os equipamentos eletromecânicos, que fazem parte do ponto de entrega e que antecedem a respetiva ligação ao reservatório RB6, foram instalados num compartimento, dentro desse mesmo reservatório, não havendo assim, necessidade de se criar uma caixa enterrada para os alojar. Tal decisão, é do conhecimento e obteve a respetiva autorização das "Águas do Norte", através do Sr. Eng. Carlos Madeira. -----

Valor do contrato 287.817,32 € -----

Valor faturado 282.554,99 € -----

Valor Trabalhos não executados 5.262,33€ -----

III - Proposta -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, propõe-se o seguinte procedimento: -----

1. Que, a presente proposta seja agendada para a reunião de executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

2. A aprovação dos referidos trabalhos não executados; -----

3. A redução da caução prestada no contrato da empreitada, no valor proporcional dos trabalhos não executados, ou seja, no valor de 263,12€; -----

4. Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, seja a mesma enviada à entidade executante. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Publicas, 20 de março de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco) -----

ANEXO: mapa de quantidades dos trabalhos não executados -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.04.13. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DESDE A ROTUNDA DO TECNÓPOLO I ATÉ À PONTE DE VILA VERDE DA RAIA – SUSPENSÃO DOS TRABALHOS. INFORMAÇÃO Nº 117/2018. -----

Foi presente a informação nº 117/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I – Enquadramento -----

1. O Município de Chaves iniciou um procedimento por concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada “Requalificação da Estrada desde a Rotunda do Tecnópolo I até à Ponte de Vila Verde da Raia”. -----

2. De harmonia com deliberação em reunião de Câmara de dia 2 de novembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa “Anteros – Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.”, a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 16 de janeiro de 2018. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 221.380,00€ (Duzentos e vinte e um, trezentos e oitenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: --

• Prazo de execução da obra: 45 dias. -----

5. O auto de consignação é de 16 de fevereiro de 2018. -----

6. A aprovação do plano de trabalhos foi comunicada aos 13 dias do mês de março de 2018 -----

7. O empreiteiro vem, através de ofício registado nos serviços de expediente geral com o n.º 2268, em 14/03/2018, solicitar a suspensão dos trabalhos, alegando para o efeito o seguinte: -----

i) As condições atmosféricas adversas que se têm feito sentir nos últimos meses e que ainda se mantêm, não permitem que os trabalhos sejam iniciados e se desenvolvam nas melhores condições, quer em termos de qualidade, quer em termos de ritmo. -----

II – Fundamentação -----

i) Verificaram-se, de facto, nos últimos meses condições atmosféricas particularmente adversas com chuvas intensas e contínuas, tendo existido, inclusive, episódios de neve. -----

ii) Dadas as características desta obra, cujos trabalhos abrangem, fundamentalmente, movimentos de terras e pavimentação com misturas betuminosas a quente, estas condições atmosféricas são determinantes, condicionando a sua execução. -----

III – Da Proposta em Sentido estrito -----

1 - Face aos elementos apresentados, propõe-se ao Executivo Municipal, a suspensão dos trabalhos, até que se encontrem reunidas as condições necessárias à execução do trabalho, prevendo-se que tal aconteça a partir do dia 16 de abril. -----

2 - Face ao disposto na legislação em vigor, o pedido de suspensão pode ser deferido, ao abrigo do artigo nº367 do CCP, já que tal não implica assunção de encargos por parte deste Município. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 9 de abril de 2018 -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.04.09. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 6/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 6/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Construções Quatro de Maio, Lda., no valor de 20.260,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €20.260,00 (Vinte mil, duzentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

4. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 9/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 9/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 34.852,25 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €34.852,25 (Trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

5. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 10/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 10/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 14.669,15 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €14.669,15 (Catorze mil, seiscentos e sessenta e nove euros e quinze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

6. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 10/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 10/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 101.682,87 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €101.682,87 (Cento e um mil, seiscentos e oitenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

7. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 11/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 11/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 53.474,61 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €53.474,61 (Cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

8. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 12/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 12/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 1.711,38 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €1.711,38 (Mil, setecentos e onze euros e trinta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

9. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 5/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 5/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA., no valor de 11.980,50 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €11.980,50 (Onze mil, novecentos e oitenta euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

10. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - URZEIRA E REMODELAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE URZEIRA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 6/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 6/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 89.119,65 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €89.119,65

(Oitenta e nove mil, cento e dezanove euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

11. SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 8/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 8/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ALTURA DINAMICA, LDA., no valor de 82.431,61 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

Mediante proposta do Presidente da Câmara, este assunto veio a ser retirado da ordem de trabalhos, no sentido de permitir um melhor esclarecimento da informação vertida no respetivo auto. -----

12. SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 9/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 9/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ALTURA DINAMICA, LDA., no valor de 3.501,00 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

Mediante proposta do Presidente da Câmara, este assunto veio a ser retirado da ordem de trabalhos, no sentido de permitir um melhor esclarecimento da informação vertida no respetivo auto. -----

13. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 18/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 18/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 62.796,50 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €62.796,50

(Sessenta e dois mil, setecentos e noventa e seis euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. MARIA LUÍSA CARNEIRO BALINHO BRANCA. INFORMAÇÃO N°73/DAR/2018. -----

Foi presente a informação n°73/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.--

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 13 de março de 2018, um pedido em nome de Maria Luísa Carneiro Balinho Branca, contribuinte n.º207701300, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na rua Zona Industrial n°6, em Vidago.-----
A 20 de março de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente declaração de liquidação de IRS;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----
O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----
A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----
Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 3.576,17€;-----
Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja

autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----
 Considerando que o valor da dívida é superior a 1001€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 150€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 12 prestações, dá cumprimento ao exigido, com a prestação mensal no valor de 298.01€.-----
 Mais se informa que esta dívida foi resultante de uma ligação direta, executada pelo cliente, que existiu durante mais ou menos 8 anos.----

3. PROPOSTAS:-----
 Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 3.576,17€ por parte da peticionária, em 12 prestações mensais; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos. -----
 Chaves, 03 de abril de 2018. -----

O Chefe de Divisão -----
 no uso de competências subdelegadas -----
 (Eng. Delmar Fernandes) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.04.2018 -
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - DANOS EM SEAT CORDOBA, COM MATRÍCULA 74-DX-41 - REQUERENTE: MARTA ISABEL LEITE SALGADO COUTO - INFORMAÇÃO 44/UFRO/2018-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através de requerimento, com registo de entrada nos serviços administrativos competentes deste Município, sob o n.º 2669, datado do pretérito dia 2018/03/27, Marta Isabel Leite Salgado Couto, com residência na Rua da Igreja, 24, 5425-210 Oura, solicita indemnização, por danos sofridos na viatura supracitada, no dia 13 de março de 2018 no Estrada Municipal 311-A, ao Km 1,200, Localidade de Vila Verde de Oura.-----

2 - PARECER-----

A requerente, descreve que quando circulava na referida via (faixa de rodagem), embateu num buraco aí existente, provocando-lhe danos na viatura.-----

A lesada apresenta relatório do acidente, emitido pela Guarda Nacional Republicana, bem como orçamento de reparação do veículo no valor total com iva de 1 211,82€ (mil duzentos e onze euros e oitenta e dois cêntimos).-----

Face ao exposto, esta unidade informa o seguinte:-----

1 - A Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, não tinha conhecimento nem foi informado sobre qualquer anomalia/deficiência/buraco na referida via, nem este Município tem meios suficientes para vigiar ou estar de imediato nos locais onde surgem tais deficiências, pois a rede viária deste concelho é extensa;-

2 - A via em causa, permite que o condutor circulando a uma velocidade moderada e adequada às circunstâncias do tempo/visibilidade/piso, respeitando as regras impostas pelo Código da Estrada, pode evitar/avistar atempadamente obstáculos que aí se revelem;-----

3 - De acordo com o Código da Estrada, o condutor, deve regular a velocidade do seu veículo em função das características e estado da via, do veículo, da carga transportada, das condições meteorológicas ou ambientais, da intensidade do trânsito e em função de quaisquer outras circunstâncias, que lhe permitam em condições de segurança, parar o seu veículo no espaço livre e visível à sua frente;-----

4 - Para o Município ser responsabilizado, não basta a confirmação de deficiências na via ou existência de buracos, uma vez que não constitui, por si só, base factual suficiente para a condenação do Município, faltando além do mais, provar o nexo de causalidade adequada, tanto mais, que as características da via, obriga a uma condução muito moderada e prudente;-----

6 - A apresentação de relatório efetuado pela Guarda Nacional Republicana e orçamento de reparação dos danos, não pode constituir elemento probatório suficiente para imputar responsabilidade civil extracontratual ao Município, quer por acção, quer por omissão de conduta de vida.-----

Assim, não decorre qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assumpção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos provocados na viatura supramencionada.-----

3 - CONCLUSÃO FINAL-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental:-----

a)Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de decisão consubstanciada na intenção de indeferir o pedido da interessada, pelas razões anteriormente expostas;-----

b)No cumprimento do disposto no art. 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado;-----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do previsto no art. 114º do CPA, da decisão definitiva que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação.-----

À consideração superior,-----

02/04/2018-----

O Chefe de Divisão-----
(Inácio Morais, Eng.º)-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.05. -----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.04.2018 -
À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

X
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.1. RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA ATRIBUÍDA PELO MEMBRO DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE QUE DEPENDE (SIADAP 1), RELATIVAMENTE AO ANO DE 2017. PROPOSTA N.º24/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
Considerando que:-----

- De acordo com o art.º 7º do Decreto Regulamentar nº 18/2009, de 4 de setembro que adaptou aos serviços de administração autárquica o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública, aprovado pela lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, **"A Avaliação do Desempenho é efetuada anualmente, e abrange as unidades orgânicas que dependem diretamente dos membros do órgão executivo respetivo"**.-----

- Nos termos do art.º 8º do mesmo diploma:-----

1. "A avaliação do desempenho das unidades orgânicas realiza-se com base nos seguintes parâmetros:-----

a) «Objetivos de eficácia», entendida como medida em que uma unidade orgânica atinge os seus objetivos e obtém ou ultrapassa os resultados esperados;-----

b) «Objetivos de eficiência», enquanto relação entre os bens produzidos e serviços prestados e os recursos utilizados;-----

c) «Objetivos de qualidade», traduzida como o conjunto de prioridades e características de bens ou serviços que lhes conferem aptidão para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas dos utilizadores. -----

2. Para avaliação dos resultados obtidos em cada objetivo são estabelecidos os seguintes níveis de graduação: -----

a) Superou o objetivo; -----

b) Atingiu o objetivo; -----

c) Não atingiu o objetivo". -----

- De acordo com o estipulado no art.º 10º do mesmo diploma, **a unidade orgânica deve apresentar, até ao dia 15 de abril do ano seguinte ao que se refere, um relatório do desempenho ao membro do executivo de que dependa, evidenciando os resultados alcançados e os desvios**

verificados, tendo em conta os objetivos anualmente fixados, sendo acompanhado da informação prevista na mesma disposição. -----

- A avaliação final do desempenho das unidades orgânicas é expressa qualitativamente pelas seguintes menções:-----

a) **Desempenho Bom**, atingiu todos os objetivos, superando alguns; ---

b) **Desempenho Satisfatório**, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;-----

c) **Desempenho Insuficiente**, não atingiu os objetivos mais relevantes.-----

- De acordo com o n.º 3 do artigo 12.º, compete, em cada município, à respetiva câmara municipal, ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam;

- Os membros do Órgão Executivo procederam à avaliação do desempenho da Unidade Orgânica - Departamento de Coordenação Geral, relativamente ao ano 2017, constante da listagem e fichas de avaliação das Unidades Orgânicas - SIADAP 1, anexas;-----

Proponho:-----

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 12.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, a ratificação da proposta de avaliação da seguinte Unidade Orgânica, diretamente dependente do Executivo, relativamente ao ano de 2017:-----

UNIDADE ORGÂNICA	PROPOSTA DE AVALIAÇÃO
Departamento de Coordenação Geral	Desempenho Satisfatório

Nos termos constantes das fichas anexas. -----

Que posteriormente se divulgue o resultado da avaliação, em cumprimento do determinado no n.º 1 do art.º 25.º e 26.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, conjugados com o disposto na alínea i) do art.º 5.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. --

Chaves: 13 de abril de 2018-----

O Presidente da Câmara, Nuno Vaz. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017. INFORMAÇÃO Nº14/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e Justificação -----

1 - Considerando que o Decreto-Lei nº54-A/99 de 22 de fevereiro retificado pela Lei nº 162/99 de 14 de setembro e alterado pelos diplomas Decreto-Lei nº 315/2000 de 2 de dezembro, Decreto-Lei nº 26/2002 de 14 de fevereiro e Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);

2 - Considerando que se entende por prestação de contas, o inventário dos atos económicos e/ou financeiros passados, bem como o instrumento controlador da execução do orçamento e da gestão autárquica; -----

3 - Considerando, também, que a prestação de contas, na senda do evidenciado no ponto anterior, deve ser espelho dos documentos previsionais, os quais aprovaram, em tempo oportuno, os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica; -----

- 4 - Considerando que no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL são definidas as normas e especificidades técnicas relevantes que devem ser tidas em consideração aquando da elaboração dos documentos de prestação de contas a elaborar pelo Município; -----
- 5 - Considerando que o aludido diploma dispõe como documentos de prestação de contas: o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão; -----
- 6 - Considerando que a prestação de contas das Autarquias Locais deve obedecer e ser apresentada, em modelos uniformes, de acordo quer com o estipulado pelos pontos 5, 7 e 8 das considerações técnicas do POCAL, quer com o estipulado pela Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001, de 18 de agosto, alterada pela Resolução 26/2013, de 21 de novembro;
- 7 - Considerando que, nos termos da Resolução n.º 01/2018, de 09 de fevereiro, do Tribunal de Contas, estão, também, os Municípios, obrigados ao reporte informativo dos documentos de prestação de contas por via eletrónica para o Tribunal de Contas, através da aplicação informática disponibilizada no sítio do TC - www.tcontas.pt, e, complementados pela apresentação dos documentos previstos na alínea b), do seu n.º17 - **Mapa síntese dos bens inventariados (CIBE)** e ainda no n.º21 e 22, da mesma Resolução - **Declaração de Responsabilidade**, decorrente das obrigações de aprovação e de aplicação dos princípios e normas contabilísticas e de controlo interno, a subscrever pelos elementos que integram o órgão executivo; -----
- 8 - Considerando que o órgão executivo da Autarquia deverá, à luz do disposto no n.º 1 do artigo 76º, da Lei n.º73/2013, de 03 de setembro, e na alínea i), do n.º 1, do art.º33º e alíneas j) e k), do n.º 1, do art.º35º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, apresentar os documentos de prestação de contas ao respetivo órgão deliberativo, de modo a que este os aprecie em sessão ordinária, no **mês de abril** do ano seguinte àquele a que respeitam; -----
- 9 - Considerando que, no cumprimento da alínea d), do n.º 1, do art.º42, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, a qual aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, devem as empresas locais facultar **os documentos de prestação anual de contas**, à Câmara Municipal para acompanhamento e controlo; -----
- 10 - Considerando que, nos termos da alínea e), do n.º 2, do art.º77, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas, "*...emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela Assembleia Municipal.*"; -----
- 11 - Considerando, por último, que as contas do Município deverão ser remetidas, pelo órgão executivo, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, ao **Tribunal de Contas, até 30 de abril**, de acordo com o n.º 4, do art.º52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto e ulteriores alterações, nos termos da Resolução n.º 1/2018 de 09/02, e à CCDRN, (art.º6º do POCAL), ao INE e à Direcção-Geral do Orçamento (art.º7º e 8º do POCAL), no prazo de 30 dias após aprovação pelo Órgão executivo; -----
- II - Da Proposta em Sentido Estrito:** -----
- Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Ex. Sr. Presidente da Câmara a adoção da seguinte estratégia procedimental com vista à concretização do objetivo em causa, ou seja, aprovar as contas relativas à gerência de **2017**: -----

a) Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017, as quais integram: -----

• **Os documentos da Prestação de Contas que se encontram definidos no artº6 do POCAL e na Resolução do TC, nº 4/2001:** -----

- a) Mapa de Execução do Orçamento da Despesa; -----
- b) Mapa de Execução do Orçamento da Receita; -----
- c) Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos; -----
- d) Mapa de Fluxos de Caixa; -----
- e) Mapa de Operações de Tesouraria; -----
- f) Balanço; -----
- g) Demonstração de Resultados; -----
- h) Anexos às Demonstrações Financeiras; -----
- i) Relatório de Gestão. -----

• **Documentos previstos na Resolução do TC, nº 26/2013, de 21 de novembro:** -----

- a) Mapa das participações da entidade; -----
- b) Relatório e contas das sociedades comerciais previstas no artº3º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, nas quais exerçam influência significativa dos respetivos elementos a seguir identificados: -----
 - Ata da deliberação de aprovação do relatório e contas; -----
 - Cópia da certificação legal de contas, se emitida; -----
 - Relação nominal dos responsáveis. -----
- c) Deliberações dos órgãos executivos e deliberativo, previstas no artº61º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, bem como estudos técnicos, económicos e jurídicos que fundamentam o sentido da deliberação; ---
- d) Planos de integração ou internalização referidos no nº 12 do artº62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto; -----
- e) Mapa de alienação da totalidade ou parte de capital social das empresas locais e de outras sociedades comerciais e cópias dos respetivos documentos comprovativos; -----
- f) Identificação de eventuais medidas adotadas no âmbito do artº65º da lei 133/2013, de 3 de outubro. -----

• **Documentos previstos na Resolução do TC nº01/2018, de 09 de fevereiro:** -----

Alínea b), do nº 17- Mapa Síntese dos Bens inventariados (CIBE); ---
 Nº 21 e 22 - Declaração de Responsabilidade, subscrita pelos membros do órgão executivo. -----

• **Documento previsto no artº77, da Lei 73/2013, de 3 de setembro:**
 Parecer sobre as contas do exercício, emitido pelo Revisor Oficial de Contas; -----

• **Documento previsto no nº 6, do artº59, da Lei 73/2013, de 3 de setembro:** -----

Relatório de Acompanhamento anual do Plano de Saneamento Financeiro;

• **Documentos Previstos no nº 42º na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto**

Relatório e Contas da GEMC, E.M, S.A. -----

Relatório e Contas da EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A. -----

Relatório e Contas da Associação Qualifica/Origin Portugal -----

Relatório e Contas da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH) -----

Demonstrações Financeiras do Fundo de Apoio Municipal (FAM) -----

• Outros documentos anexos -----

✓ **Balanço Social 2017;** -----

✓ **Documentos previstos na LCPA - Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e
ulteriores alterações:** -----

a) Declaração relativa a compromissos plurianuais; -----
b) Declaração relativa a pagamentos e recebimentos em atraso a
31/12/2017. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do
executivo camarário, deverá a mesma, à luz das disposições combinadas
previstas nas alíneas alínea i), do nº 1, do artº33º e alíneas j) e
k), do nº 1, do artº35º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de
setembro, ser remetida para a próxima sessão ordinária da Assembleia
Municipal, a ter lugar durante o mês de abril, com vista ao seu
sancionamento pelo aludido órgão deliberativo; -----

c) Que, se remeta, às entidades referidas e dentro dos prazos
legalmente estipulados, um exemplar de todos os documentos integrantes
da prestação de contas da gerência de 2017, ora em aprovação. -----
Chaves, 11 de abril de 2018 -----

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira -----
(Márcia Santos, Dra.) -----

Em anexo: Documentos de prestação de contas legalmente exigíveis; --
Relatório de Gestão. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO
DELGADO, DE 2018.04.16.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar
da palavra, o Presidente da Câmara, destacando, de forma sumária, os
aspetos mais relevantes emergentes das contas da Autarquia relativas
ao ano económico de 2017. -----

O documento, em apreciação é, em grande parte, a tradução dos
instrumentos financeiros aprovados e em vigor, durante o ano económico
de 2017, cuja responsabilidade deve ser confiada, maioritariamente,
ao anterior Executivo Municipal. -----

Seguidamente, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata,
Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo começado por referir
que, atendendo à natureza do documento e à sua projeção temporal, era
sua intenção tomar uma posição favorável à sua aprovação. -----

Todavia, considerando que as contas, em apreciação, vieram a
incorporar, por iniciativa exclusiva do Presidente da Câmara, as
dívidas, em litígio, com a Empresa Águas do Norte, no valor aproximado
de 5 milhões de euros, provocando um aumento, em mais de 20% da dívida
municipal total, face ao ano anterior (2016), não poderá votar
favoravelmente à sua aprovação, conforme declaração de voto que,
seguidamente, se apresenta, documento que se transcreve, na íntegra,
para todos os efeitos legais, o qual também é subscrito, pela Vereadora
do Partido Social Democrata, Dra. Manuela Tender: -----

CONTAS 2017 -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

De acordo com as competências que a Lei estabelece, o senhor Presidente
da Câmara apresenta a "Prestação de Contas relativa ao exercício
económico de 2017", pela qual é formal e politicamente responsável. -
Da análise cuidada efetuada aos documentos destacam-se os seguintes
aspetos: -----

1. O relatório de contas 2017 está suficientemente explícito e esclarecedor da real situação económico-financeira do Município. Enaltecemos, por isso, o trabalho desenvolvido pela Divisão de Gestão Financeira, tendo feito uma verdadeira auditoria às contas da Câmara Municipal, dada a sua clareza, rigor e objetividade; -----
2. Estamos perante um conjunto de documentos que não nos é totalmente desconhecido, uma parte do ano 2017, 10 meses, é da responsabilidade do Executivo Municipal transato; -----
3. O resultado líquido do exercício apresenta em 2017 o montante positivo de €3.237.719,27, ou seja, para além do cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, da Amortização da Dívida a Médio e Longo Prazo, ainda se apresenta um resultado líquido do exercício, para transitar para as contas de 2018, fez-se obra (material e imaterial), pagaram-se e cumpriram-se todas as obrigações legais; -----
4. Do exercício contabilístico de 2017 resulta um saldo de gerência de €2.789.281,75 que transita para 2018; (Anexa-se extrato do Relatório - Quadro da página 134) -----

4.4 - Saldo da Gerência - Movimentação

No decorrer do ano de 2017, a execução orçamental aparece consubstanciada no quadro que a seguir se apresenta:

Composição	Operações Orçamentais (a)	Operações De Tesouraria (b)	Total (c)
Saldo de Gerência Anterior (1)	1.502.943,20€	1.298.377,83€	2.801.321,03€
Receitas (2)	30.718.869,63€	2.020.200,63€	32.739.070,26€
Despesas (3)	30.963.547,86€	1.787.561,68€	32.751.109,54€
Saldo para a Gerência Seguinte (4)	1.258.264,97€	1.531.016,78€	2.789.281,75€
(4) = (1) + (2) – (3) ; (c) = (a) + (b)			

Pela demonstração do quadro apresentado verifica-se que o saldo a transitar para 2017 de **2.789.281,75€** resulta da soma do saldo das operações orçamentais de **1.258.264,97€** com o saldo das operações de tesouraria, de **1.531.016,78€**.

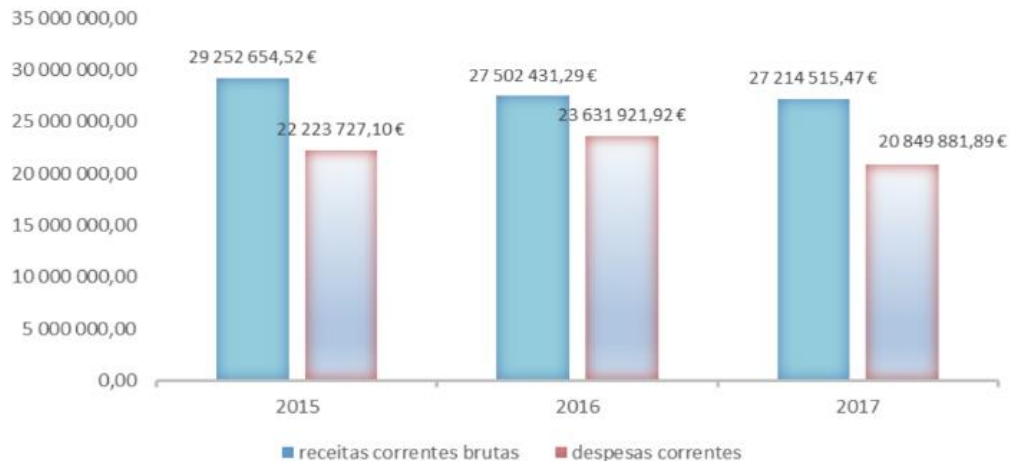
5. A trajetória de diminuição da despesa corrente, menos 2,78 milhões de euros face a 2016, demonstra bem o rigor da gestão, mesmo em ano eleitoral; (Anexa-se extrato do Relatório - Quadro da página 141) -----

5.3.1 - Evolução dos agregados da Despesa Corrente

Natureza da Despesa			
despesas correntes	2015	2016	2017
Despesas com pessoal	8 499 504,92 €	8 462 110,62 €	8 497 041,32 €
Aquisição de Bens e Serviços	9 377 505,35 €	12 619 132,87 €	9 526 454,86 €
Juros e Outros Encargos	2 815 579,42 €	1 069 170,96 €	1 004 409,68 €
Transferências Correntes	875 979,48 €	711 561,63 €	886 885,62 €
Subsídios	0,00 €	28 824,00 €	117 439,98 €
Outras Despesas Correntes	655 157,93 €	741 121,84 €	817 650,43 €
Total	22 223 727,10 €	23 631 921,92 €	20 849 881,89 €

6. A poupança corrente de 6,35 milhões de euros, mais 2,48 milhões de euros face a 2016, corrobora o rigor da gestão e a evolução de uma boa gestão. Fica claro que sempre existiu no anterior mandato uma grande preocupação na redução da despesa corrente, que foi emagrecida, permitindo reunir capacidade para ultrapassar a dívida; (Anexa-se extrato do Relatório - Quadro da página 132) -----

Evolução do Equilíbrio Corrente



Analisando o gráfico apresentado verifica-se a existência de um valor de **6.346.633,58€** de poupança corrente no ano de 2017, refletida na estrutura orçamental corrigida.

7. Conclui-se, portanto, que a situação económico-financeira com que a Câmara Municipal fechou o ano de 2017, permite ao novo executivo dar continuidade ao esforço de desenvolvimento, investimento e aposta nas pessoas que tem sido prática corrente nos últimos anos no nosso concelho. Não podem, a partir de agora, voltar a esconder-se por trás da situação financeira da Câmara Municipal, dado que este relatório contraria tudo o que tem vindo a ser dito por este executivo sobre o excesso de dívida; -----

8. Entendo que este conjunto de documentos não é meramente técnico. Para além do facto de 1/6 do ano de 2017 ter sido liderado pelo PS, há opções políticas na apresentação das contas que vão além das questões eminentemente técnicas e que afetam os resultados em muitos milhões de euros; -----

9. Quanto aos resultados da Auditoria externa às contas da câmara que o senhor presidente da câmara mandou executar, queremos que ela seja divulgada o mais rapidamente possível. Numa democracia madura os eleitores devem saber tudo quanto ao endividamento, devem saber quando, como e quem o fez, na medida em que levantar dúvidas e suspeições só ajuda a criar desculpas para a incapacidade de concretização dos compromissos eleitorais; -----

10. Da análise da informação apresentada, constata-se que a trajetória de diminuição da dívida total do município da gestão do mandato autárquico 2013/2017 é um sucesso. Como se pode verificar: --

a. Em 31.12.2013 a dívida era de €48.411.290,00; (Anexa-se extrato da Ficha da DGAL do Município de Chaves de 31.12.2013 - prestação de contas) -----

D. Endividamento líquido e de médio e longo prazos da autarquia:

(em euros)

Data de reporte	Limites ao endividamento 2013		Endividamento				Capital em dívida excepcionado	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido (Sem Excepcionado)	Activos financeiros	Passivos financeiros	Médio e longo prazos	Empréstimos	Dívida à EDP
	1	2	3	4	5	6	7	8
01-01-2013	14.291.907	16.794.498	23.514.439	16.018.439	44.910.121	8.790.511	5.266.132	
Prestação de Contas			25.033.663	18.858.947	48.411.290	14.571.567	4.443.038	

Data de reporte	Excesso de Endividamento		Margem de Endividamento		Variação no excesso de endividamento	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos
	9=3-1	10=6-2	11=1-3	12=2-6	(01-01-2013 versus Prestação de Contas)	
01-01-2013	9.222.532			8.003.987		
Prestação de Contas	10.741.756			2.222.931	16,47%	

Redução do excesso de endividamento líquido é inferior a 10%**Endividamento líquido em excesso****E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2013)**

- Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 65.124.624 PMP 231 dias
- Aquisição acumuladas 25.697.612
- Último PMP publicado 231 dias (31/12/2013)

PMP superior a 90 dias

b. Em 31.12.2017 (ficha da DGAL) a dívida era de €31.083.959,00 (neste valor está incorporado o empréstimo resultante da internalização da MARC no valor de €3.318.612); (Anexa-se extrato da Ficha da DGAL do Município de Chaves de 31.12.2017) -----

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excepcionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
40.993.464	01/01/2017						
	30.845.037	48.845	30.893.882	28.451.463		12.542.001	2.508.400
	31/12/2017						
	31.080.461	3.499	31.083.959	28.666.398		12.327.066	2.465.413
Variação da Dívida %							0,76%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							2.293.465

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2017)

- Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 7.689.618 PMP 27 dias

c. Foi obtida uma redução global da dívida de €17.327.331,00; ----
 11. Esta trajetória é confirmada pela informação do senhor presidente da câmara de 23.02.2018, apresentada à Assembleia Municipal, onde foi, então, referido que a dívida total à data era de €30.094.881,90; (Anexa-se extrato da informação apresentada pelo senhor presidente da câmara à Assembleia Municipal em 27.02.2018) -----

Resumo da dívida Total:

DÍVIDA TOTAL - MUNICÍPIO DE CHAVES							
LIMITE	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT.PART.	DÍVIDA TOTAL	DÍVIDA TOTAL EXCLUINDO NÃO ORÇAMENTAIS	MONTANTE EM EXCESSO	MARGEM ABSOLUTA	MARGEM UTILIZÁVEL
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) + (3)	(5)	(6) = (5) - (1), SE (5) > (1)	(7) = (1) - (5), SE (5) < (1)	(8) = (7) * 20%
41 888 893,19 €	01/01/2018						
	31 084 765,87 €		31 084 765,87 €	28 756 857,84 €		13 132 035,35 €	2 626 407,07 €
	23-02-2018 (DADOS PROVISÓRIOS ANTERIORES À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2017 E SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTRIBUTOS DO SM/AM/SEL)						
	30 094 881,90 €		30 094 881,90 €	28 163 153,93 €		13 725 739,26 €	2 745 147,85 €
VARIAÇÃO DA DÍVIDA (%)						-2,06%	
VARIAÇÃO DO EXCESSO DA DÍVIDA (%)							
MARGEM DISPONÍVEL POR UTILIZAR						3 220 110,98 €	
NOTA: VALOR "CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT.PART." DADOS NÃO DISPONÍVEIS À DATA DE REFERÊNCIA							

12. Em fevereiro de 2018 o senhor presidente da câmara informa a Assembleia Municipal que à data de 23.02.2018 a dívida total da Câmara é de €30.094.881,90. Em abril de 2018, através da prestação de contas, inscreve uma dívida total de €38.100.169,25. Percebe-se a inscrição como dívida de faturas apresentadas em janeiro e não pagas relativas a fornecimentos e empreitadas do ano de 2017, não se percebe a inscrição da dívida em litígio com a empresa Águas do Norte; (Anexa-se extrato do Relatório - Quadro da página 157) -----

VII – Apuramento da dívida total

Após procedimentos de encerramento de exercício – art.º 52, lei 73/2013, de 3 de setembro

DÍVIDA TOTAL - MUNICÍPIO DE CHAVES							
LIMITE	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT.PA RT.	DÍVIDA TOTAL	DÍVIDA TOTAL EXCLUINDO NÃO ORÇAMENTAIS	MONTANTE EM EXCESSO	MARGEM ABSOLUTA	MARGEM UTILIZÁVEL
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) + (3)	(5)	(6) = (5) - (1), SE (5) > (1)	(7) = (1) - (5), SE (5) < (1)	(8) = (7) * 20%
40 993 463,98 €	01/01/2017						
	29 964 603,98 €	- €	29 964 603,98 €	27 522 184,90 €	- €	13 471 279,08 €	2 694 255,82 €
	31/12/2017						
	38 092 173,11 €	7 996,14 €	38 100 169,25 €	35 772 261,22 €	- €	5 221 202,76 €	1 044 240,55 €
VARIAÇÃO DA DÍVIDA (%)						29,98%	
VARIAÇÃO DO EXCESSO DA DÍVIDA (%)							
MARGEM DISPONÍVEL POR UTILIZAR						5 555 820,50 €	
NOTA: VALOR "CONTRIBUIÇÃO SM/AM/SEL/ENT.PART." INCLUI OS DADOS DAS ENTIDADES QUE DISPONIBILIZARAM INFORMAÇÃO ATÉ À DATA DA APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.							
Análise - Artigo 52.º Lei 73/2013, de 3 de setembro							
Limite da dívida total							
1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.				40 993 463,98 €	cumprido a 31/12/2017		
2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.							
3 - Sempre que um município:							
a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 /prct. do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção iii;				Não aplicável			
b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 /prct. da margem disponível no início de cada um dos exercícios.				Não cumpre: aumento de + de 20% sobre a dívida total, face ao ano anterior	Margem disponível por utilizar = -5.555.820,50€		
4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.							
5 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:							
a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e							
b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.							
6 - Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.							

13. Da análise do Quadro do ponto anterior, constata-se que foi incorporada dívida em litígio com a empresa Águas do Norte no valor de €5.621.071,15, resultando incumprimento do artigo 52.º da Lei 73/2013, através do aumento em mais de 20% da dívida total face ao ano anterior; -----

14. Este incumprimento é da responsabilidade exclusiva do senhor presidente da câmara. O senhor presidente da câmara, sem discutir e deliberar no executivo municipal, pôs termo a um conflito que se arrastava desde 2010 e incorpora as faturas em dívida e em contencioso (faturas com datas de 2010 até 2016) nas contas de 2017. Com esta atitude o senhor presidente contrariou: -----

a. A deliberação da Câmara Municipal de 10.04.2015; (Anexam-se extratos da ata da Reunião de Câmara de 10.04.2015)-----

F. 36

**Nº 08 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 10 de abril
de 2015. -----**

3. CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE RECOLHA DE EFLUENTES CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EMPRESA "ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A."; - TARIFA PRATICADA NO ÂMBITO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS; - SOBREFATURAÇÃO; - DEVOLUÇÃO DE FATURAS. PROPOSTA N.º 19/GAP/2015. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

b. A deliberação da Assembleia Municipal de 29.04.2015: (Anexam-se extratos da ata da Assembleia Municipal de 29.04.2015) -----

PONTO 8 - CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE RECOLHA DE EFLUENTES CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EMPRESA "ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A."; - TARIFA PRATICADA NO ÂMBITO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS; - SOBREFATURAÇÃO; - DEVOLUÇÃO DE FATURAS. PROPOSTA N.º 19/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

Deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS apresentou a seguinte declaração de voto: "A nossa posição é inequivocamente a favor, desde que a deliberação desta Assembleia Municipal seja uma votação de cariz político, no sentido de concordar com os fundamentos que estão expressos nesta posição relativamente ao relacionamento com a ATMAD, sendo certo que a competência executiva relativamente à tomada de decisão, em cada um dos processos administrativos e financeiros em concreto, que digam respeito à faturação, é do Executivo Municipal e não desta Assembleia".

15. O senhor presidente da câmara ao ter assumido a dívida da Câmara Municipal relativa às faturas das empresas ATMAD e Águas do Norte que debitaram excesso de caudal (águas pluviais), lesou os interesses da Câmara Municipal e contrariou o seu próprio pensamento político expresso através da declaração de voto na assembleia municipal de 29.04.2015. Com esta atitude quis o senhor presidente da câmara "manchar" o bom trabalho realizado na área financeira no mandato anterior, provocando um grave incumprimento nas contas de 2017 (aumento da dívida em mais de 20% face ao ano anterior), que mais uma vez repito, responsabiliza exclusivamente o senhor presidente da câmara; -----

16. Com a inscrição da dívida em contencioso (Tribunal Administrativo de Mirandela) o senhor Presidente da Câmara inibe a Câmara Municipal da utilização da margem de endividamento líquida no valor de €1.044.240,55 que lhe permitiria poder contrair um empréstimo para, por exemplo, repavimentar as vias municipais; -----

17. Da análise dos documentos constata-se que a gestão do Município de Chaves estava numa trajetória clara de consolidação e estabilização das suas contas. No início do mandato transato a dívida global (inscrita e em litígio) rondava os 60 milhões de euros e no fim do mesmo a dívida global (inscrita + passivo - responsabilidades contingentes) era de €42.416.000,8. Estamos perante uma redução de aproximadamente 18 milhões de euros. No início do mandato transato o prazo médio de pagamento das faturas era de 231 dias, sendo no fim do mesmo de 27 dias. No início do mandato transato havia excesso de dívida, no fim do mesmo verificava-se uma margem disponível por utilizar de €5.555.820,50, resultando uma capacidade de contração de um empréstimo no valor de €1.044.240,55 (que seria maior não fosse a

inscrição da dívida à empresa Águas do Norte no valor de €5.621.071,15); -----

18. Assim, com a ponderação cuidada que os documentos merecem e tendo em consideração os superiores interesses dos nossos concidadãos e do nosso município, votamos contra a "Prestação de Contas relativa ao exercício económico de 2017". Teríamos votado a favor se a referida dívida (Águas do Norte no valor de €5.621.071,15) se mantivesse em contencioso e não tivesse provocado o incumprimento referido; -----

19. Em coerência com as razões anteriormente expostas não subscrevemos a declaração de responsabilidade constante das respetivas contas, para efeitos do disposto na resolução do Tribunal de Contas. Uma parte significativa dos procedimentos de contratação pública é determinada, no exercício de competências próprias do presidente da câmara, em matéria de autorização de despesas públicas, matérias que não são, assim, escrutinadas pelo Órgão Executivo Municipal e que à semelhança da incorporação da dívida à empresa Águas do Norte, pode ter executado nos 2 meses de gestão da sua responsabilidade outros atos pelos quais não podemos assumir responsabilidade; -----

20. Os vereadores do PSD apresentam Declaração de subscrição condicionada da "Prestação de Contas relativa ao exercício económico de 2017" autónoma. -----

Paços do Concelho, 19 de abril de 2018 -----

Os Vereadores do Partido Social Democrata -----

António Cabeleira -----

Manuela Tender -----

Declaração de subscrição condicionada da "Prestação de Contas relativa ao exercício económico de 2017" -----

Como acontece todos os anos, o Tribunal de Contas publica instruções para a apresentação as contas de gerência. Estas instruções, no tocante às autarquias locais, estabelecem a obrigatoriedade da subscrição de uma declaração de responsabilidade, conforme um modelo constante das ditas instruções. -----

A declaração de responsabilidade é prestada sob compromisso de honra e enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas, ao Tribunal de Contas. A declaração garante que foram adoptados, aprovados e executados de uma forma continuada, os princípios, as normas, os procedimentos contabilísticos e de controlo interno, vinculados por imperativo legal ou contratual, que garantem e asseguram, segundo o conhecimento dos declarantes, a veracidade e a sinceridade das demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transacções subjacentes, pelas quais se assume a responsabilidade, designadamente que: -----

a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transacções que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental; -----

b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respectivos saldos e transacções; -----

c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento directo ou indirecto; -----

d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efectivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos

ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras; -----

f) Evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contractos com terceiros; -----

g) Evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais; -----

h) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes. -----

A minuta da presente declaração, revela um completo desconhecimento do funcionamento dos executivos municipais, pelas razões que se passa a expor: -----

1. Os vereadores da oposição recebem a ordem do dia e a respectiva documentação, nos dois dias úteis anteriores à reunião da Câmara. Os elementos que lhes são enviados referentes às contas de gerência são sumários e não reflectem toda a documentação¹⁷. Os vereadores da oposição não chegam a conhecer a totalidade da respectiva documentação. -----

2. A documentação é debatida na sessão de câmara, sem que os vereadores da oposição a possam ler integralmente, porque não lhes foi distribuída a documentação toda. Mesmo se estes solicitarem um adiamento da discussão, para poder obter informação, o adiamento não lhes será concedido, porque cerca de 90% dos executivos são constituídos por maiorias absolutas¹⁸ e estas maiorias não fazem concessões à oposição.

3. A lei não dá aos vereadores na oposição quaisquer garantias e deixa a generalidade das decisões de funcionamento dos órgãos autárquicos, aos respectivos regimentos. O que equivale a dizer, às respectivas maiorias absolutas. E não se pense que lá porque existe um Estatuto da Oposição que está tudo bem. Este Estatuto é perfeitamente inócuo em termos do exercício de direitos pela oposição. -----

4. Diga-se também que os vereadores não têm acesso aos serviços, porque estes são pessoalmente dirigidos pelo presidente da Câmara¹⁹ e este barra-lhes o acesso aos mesmos. A situação é caricata num órgão que a Constituição define como colegial²⁰. Os vereadores não podem confirmar com os serviços aquilo que lhes é pedido na declaração, porque não sabem e nem conseguem saber. -----

5. É portanto desajustado da realidade pedir aos vereadores da oposição o mesmo que se pede aos vereadores que têm funções executivas. -----

6. Os vereadores com funções executivas constituem o governo municipal e são fáceis de identificar. É o presidente da Câmara municipal que lhes atribui o regime de permanência e é o presidente da Câmara que lhes distribui as funções. O presidente da Câmara possui o exclusivo da delegação de competências nos vereadores²¹. Embora a Câmara municipal seja um órgão colegial à luz da Constituição, a lei transforma a gestão da câmara numa gestão presidencialista. -----

¹⁷ Cfr.Art. 53º-2 da Lei 75/2012, de 12 de Setembro. -----

¹⁸ <https://www.pordata.pt> -----

¹⁹ Cfr. Art. 37º da Lei 75/2012, de 12 de Setembro. -----

²⁰ Cfr. Art. 252º da CRP. -----

²¹ Cfr. Art. 34º-1 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

7. Os vereadores da oposição bem podem evocar o princípio da administração aberta inserto no Código do procedimento administrativo (CPA) e a Lei de acesso aos documentos administrativos (LADA) que o regulamenta. Em vão, porque como se verifica para o Estatuto de Oposição, a ausência de normas coercivas no CPA e na LADA transforma os princípios em meras "boas práticas", sujeitas à colaboração voluntária de quem os lê. -----

8. Os vereadores da oposição não têm o apoio jurídico de que beneficiam os seus colegas com funções executivas e embora saibam ler e escrever estão longe de dominar tecnicamente as matérias complexas das finanças públicas. A pericialidade de que se reveste a matéria não está ao alcance de qualquer um. E é por isso que a Lei de finanças locais faz intervir um revisor oficial de contas na certificação das contas de gerência²². No fundo, a certificação exigida pela declaração de responsabilidade já existe em relação às matérias nela prevista. ---- Estão elencadas oito razões pelas quais não faz-sentido exigir uma declaração de responsabilidade aos vereadores na oposição. Os eleitos locais podem e devem ser responsabilizados, mas pelos seus actos, e não pelos actos dos outros. -----

Paços do Concelho, 19 de abril de 2018 -----

Os Vereadores do Partido Social Democrata -----

António Cabeleira -----

Manuela Tender -----

Terminada a leitura da retrocitada declaração de voto, o Vereador interveniente, prestou, adicionalmente, os seguintes esclarecimentos, sobre a matéria, em apreciação: -----

1 - A Autarquia não materializou, oportunamente, um acordo com o Grupo "Águas de Portugal/Águas do Norte" porque os Conselhos de Administração eram, à data, muito voláteis. -----

2 - Tal instabilidade, na liderança da empresa, não tornou possível a formalização do acordo tendente à regularização da dívida da Autarquia, na linha da estratégia de atuação que foi desenvolvida e concretizada, com a empresa "Resinorte", no âmbito da regularização das dívidas existentes, junto desta empresa, com a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Reconhece as dificuldades que o Vereador do PSD, Arq. António Cabeleira, tem em lidar com esta realidade financeira da Autarquia. -

2 - Em contas anteriores da Autarquia, enquanto membro da Assembleia Municipal, na oposição ao Governo Local liderado, pelo PSD, foi chamando atenção para a realidade financeira artificial que veio a ser alimentada, pelo Partido Social Democrata, indissociável do não cumprimento, pela Autarquia, das suas obrigações financeiras, no âmbito da Execução dos contratos de fornecimento de água e saneamento, pela Empresa, Aguas do Norte, incumprimento esse gerador, desde o pretérito ano de 2010, de dívidas significativas. -----

3 - Esta inscrição de tal dívida, nas contas da autarquia, em apreciação, tem, precisamente, em vista por fim a esse embuste financeiro, na salvaguarda do interesse do Município, considerando o desenho legal previsto, sobre a matéria, na Lei do Orçamento do Estado, em vigor. -----

²² Cfr. Art. -----

- 4 - Esta solução tem, sobretudo, em vista a regularização da dívida que se impõe, junto do Grupo Águas de Portugal, sendo condição "sine qua none", em vista à celebração de um acordo com o Grupo, em causa, dando concretização ao âmbito de aplicação do regime previsto, sobre a matéria, no artigo 83º da LOE, em vigor. -----
- 5 - Tal acordo irá ser executado, no prazo de 25 anos, em condições financeiras excepcionais, recolocando a autarquia na normalidade financeira, não fazendo, assim, uma gestão do engano, do embuste financeiro e irrealista, política essa que colocou o Município numa situação financeira muito difícil. -----
- 6 - Muito surpreende que o atual Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, enquanto político máximo responsável, pelo exercício económico vertido nas contas, em apreciação, vote, agora, contra a sua aprovação, tanto mais que a inclusão da dívida, junto da empresa Águas do Norte, tem, sobretudo, em vista a sua regularização, transparente, real e justa, abrindo a porta legal à celebração de um acordo de pagamento, diga-se, mais justo e vantajoso para a autarquia, na esteira da regras previstas, sobre a matéria, na LOE, em vigor. --
- 7 - Por outro lado, se existe uma violação do incremento da dívida, é inquestionável que quem deu causa a essa dívida foram os Executivos anteriores, liderados, pelo PSD, os quais pugnaram por uma política irrealista e não cumpridora dos compromissos financeiros emergentes dos contratos celebrados com o referido Grupo Águas de Portugal, colocando a autarquia numa situação financeira difícil e agravada com a assunção de juros de mora altíssimos. -----
- 8 - Tal realidade evidência uma má gestão dos recursos financeiros da autarquia e do seu serviço da dívida. -----
- 9 - É estranho que os Vereadores do PSD façam, a este propósito, uma apreciação positiva e meritória dos mandatos anteriores liderados, pelo PSD. -----
- 10 - Tanto mais que essa avaliação, aparentemente, positiva parte de um pressuposto, manifestamente, errado: Uma visão formal dos documentos financeiros e esquecendo, ostensivamente, informação financeira que era e/ou deveria ser do conhecimento do Vereador Arq. António Cabeleira. -----
- 11 - A declaração de voto apresentada, pelos Vereadores do PSD, continua a insistir numa forma de fazer política pouco transparente, ilusória e pouco abonatória para a boa gestão dos recursos públicos.-
- 12 - A decisão da inscrição da dívida nas contas da Autarquia, com total transparência e rigor financeiro, visa estancar, também, o valor dos juros de mora, garantindo, consequentemente, a médio, e/ou longo prazo, a redução do serviço da dívida. -----
- 13 - Tudo isto irá ser traduzido num acordo a celebrar com a empresa, Águas do Norte, enquadrado, no âmbito da LOE, em vigor, o qual irá melhor acautelar os interesses da autarquia, com total transparência e rigor económico e contabilístico. -----
- 14 - Este Executivo não irá insistir no erro de fingir de conta que a situação financeira da autarquia não é débil, sem prejuízo de reconhecer que tal tendência teve uma pequena inversão de melhoria, no anterior mandato autárquico liderado, pelo atual Vereador do PSD, Arq. António Cabeleira. -----
- 15 - Os resultados da auditoria às contas da autarquia serão, em tempo oportuno, divulgados, junto dos órgãos políticos autárquicos competentes, no caso, Câmara Municipal e Assembleia Municipal. -----
- 16 - Em conclusão: é com surpresa que uma conta que titula o exercício económico do governo local liderado, pelo PSD, seja "chumbada" pelo próprio PSD, com o voto contra do então Presidente da Câmara, Arq.

António Cabeleira, atualmente, Vereador deste Executivo Municipal do mesmo partido político. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira e Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.2. 4.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I-Enquadramento-----

Considerando, o art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe " Equilíbrio orçamental ", prevê-se o seguinte:-----

1-Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.-----

2-Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.-----

3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.-----

4-Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.-----

II - Fundamentação-----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1-No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, n.º1, al. a), do RFALEI;-----

2-Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação;---

3-Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art-º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual.-----

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpre

Despesa corrente	23.971.967,09	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	23.971.967,09	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	9.451.503,95	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	6.362.714,87	
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55	

Chaves, 10 de abril de 2018-----
A Técnica Superior em Regime de Mobilidade-----
(Paula Veloso) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira e Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.3. LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO Nº3 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES. INFORMAÇÃO Nº 6/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e ulteriores alterações, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local;-----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, desde 2012 até ao presente momento, a Assembleia Municipal de Chaves tem aprovado uma autorização genérica para dispensa de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos:-----

- Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----
- Considerando que, em todas as sessões do órgão deliberativo, tem sido presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal;-----
- Considerando que, a versão atualizada da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro contém alterações introduzidas pelas seguintes leis: -----
- Lei nº20/2012, de 14 de maio; -----
- Lei nº64/2012, de 20 de dezembro; -----
- Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro; -----
- Lei nº22/2015, de 17 de março. -----
- Considerando que, nos termos do disposto no nº3 do artigo 6º da versão atualizada da lei n.º8/2012 de 21 de fevereiro, nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do nº1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do nº1 pode ser delegada no Presidente da Câmara; -----
- Considerando que, as alterações introduzidas na citada lei têm em vista introduzir medidas de simplificação, desburocratização e flexibilização, de forma a tornar mais céleres os processos de aquisição, no caso em concreto, a possibilidade de delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº3 do artigo 6º da citada lei. -----

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:-----

- Que seja ponderado a nível superior da possibilidade/pertinência da delegação de competências no Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº3 do artigo 6.º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e ulteriores alterações, tendo em vista a simplificação administrativa dos respetivos processos, obviando a sua submissão à Assembleia Municipal.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 5 de abril de 2018 -----

A Coordenadora Técnica -----

(Susana Borges)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.04.05. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.09. -----

Visto. A pertinência de tal ato delegatário, nos termos, ora, fundamentados, deve ser, superiormente, reconhecida. -----

Para os devidos efeitos, à consideração do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.04.2018 -

À Reunião Do Executivo Municipal, para efeitos de deliberação quanto à proposta de delegação de competências constante de informação técnica infra. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira e Senhora Dra. Maria Manuela Pereira

Tender, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.4. 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2018. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº15/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. Justificação -----

1 - Considerando que no ponto 2.3.4.2 das considerações técnicas do Dec. Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com a redação que lhe foi conferida pelo Dec. Lei n.º 84-A/2002 de 5 de Abril - Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL), se encontra consagrado que, na execução do orçamento das autarquias locais só podem ser liquidadas e arrecadadas as receitas que tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada; -----

2 - Considerando, que, dá origem a revisão orçamental a abertura de novas rubricas orçamentais; -----

3 - Considerando, que, na revisão do orçamento pode ser utilizada como contrapartida ao aumento das despesas (independentemente da sua natureza), a incorporação do saldo (orçamental) apurado no exercício anterior, desde que seja respeitado o princípio do equilíbrio corrente, bem como o princípio do equilíbrio orçamental; -----

4 - Considerando, ainda, que relativamente ao "saldo da gerência anterior", embora a sua inscrição no orçamento da receita não seja obrigatória, a sua utilização constitui, uma regra de boa gestão orçamental, tendo em conta a escassez de recursos para a persecução dos fins públicos. -----

5 - Considerando que, as "Reposições Não Abatidas nos Pagamentos", abrangem as receitas provenientes de entradas de fundos em resultados de pagamentos indevidos, ocorridos em anos anteriores, englobando as devoluções que ocorrem depois do encerramento do ano financeiro em que ocorreu o pagamento; -----

6 - Considerando que, atendendo à natureza da receita proveniente de reposições não abatidas nos pagamentos, para efeitos de elaboração dos documentos previsionais, o capítulo económico respetivo "15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos", não deve, em regra, ser dotado, pelo que, se durante o exercício económico forem detetadas situações desta natureza, a autarquia deve proceder a uma revisão orçamental; -----

7 - A título excecional, esta rubrica pode ser dotada caso à data da elaboração do orçamento for conhecida causa justificativa da sua abertura, situação da qual deve ser apresentada a devida prova em anexo. -----

Do Orçamento da Despesa -----

1 - Considerando que o ponto 8.3.1.2 das considerações técnicas do POCAL, se encontra prevista a possibilidade de, sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e alterações; -----

2 - Considerando que no ponto 8.3.1.3 do mesmo diploma, o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se tratem de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou ainda da entrada em vigor da nova tabela de vencimentos quando publicada após a aprovação do orçamento inicial; -----

Do Plano Plurianual de Investimentos -----

1 - Considerando que o PPI se apresenta como uma componente das Opções do Plano, onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico autárquico; -----

2 - Considerando que este documento Previsional, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações a realizar por investimentos, explicitando a respetiva previsão da despesa; -----

3 - Considerando que no ponto 8.3.2.1. das considerações técnicas do POCAL, se define que as modificações do Plano Plurianual de Investimentos se consubstanciam em revisões e alterações; -----

4 - Considerando que no ponto 8.3.2.2 do retrocitado diploma, as revisões do Plano Plurianual de Investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso.

5 - Considerando ainda que, no ponto 8.3.2.3, se encontram estabelecidas as situações enquadradas pela modificação titulada como alteração ao PPI, onde, a realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante no PPI aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao Plano, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento, quando for o caso; -----

6 - Da interpretação do ponto anterior é possível concluir que as situações previstas pelo texto legalmente aprovado, suscitam a ideia de que as mesmas se circunscrevem na área da pura gestão financeira dos projetos, submetidas à dinâmica própria decorrente das respetivas execuções. -----

Dos Instrumentos de Gestão Financeira do Município: -----

1 - Face ao exposto e considerando a receção, após o encerramento do exercício económico anterior, de transferências respeitantes à devolução de verbas decorrentes de pagamentos efetuados pelo Município, cuja, regularização contabilística apenas poderá ser efectuada, nos termos do POCAL, pela via da **"Reposições Não Abatidas aos Pagamentos"**, por tratar-se de despesa realizada em ano anterior, procede-se à seguinte modificação ao orçamento da receita: -----

1.1 - Inscrição da rubrica "Reposições Não Abatidas aos Pagamentos - 15.01.01", pelo valor de 9.522,30€; -----

2 - Considerando que, nos termos do POCAL, constitui prática de boa gestão orçamental, a utilização (integral ou parcial), do saldo orçamental, da gerência anterior, a redistribuir por rubricas cuja dotação se revele, atualmente, como insuficiente, face às previsões iniciais, procede-se à seguinte modificação ao orçamento da receita:

2.1- Incorporação do saldo do exercício anterior, na rubrica orçamental da receita respetiva - 16.01.01, no valor de 1.258.264,97€ destinado ao reforço das rubricas orçamentais constantes em Anexo I, a desenvolver durante o corrente ano económico, considerando que tal distribuição de dotações, vai de encontro à manutenção do princípio de equilíbrio corrente e orçamental, previsto no POCAL; -----

3 - Considerando que as modificações anteriormente enunciadas, pela sua natureza, latitude e efeitos financeiros delas decorrentes, apenas poderão ser contempladas nos instrumentos de gestão financeira em vigor, pela via da figura da **Revisão**; -----

4 - Considerando que a presente proposta dá integral cumprimento às regras definidoras da elaboração do Orçamento particularmente o princípio orçamental corrente, tendo inteiro acolhimento quer na Lei de Enquadramento Orçamental, quer ainda no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro e ulteriores alterações. -----

II. Proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de Executivo Municipal, com vista à sua aprovação; -----

b) Sequencialmente, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo camarário, deverá a mesma, ser remetida para uma próxima sessão da Assembleia Municipal com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo, no cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e ulteriores alterações. -----

Chaves, 11 de abril de 2018. -----

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira, -----

(Márcia Raquel Santos, Dra.) -----

Anexos: a) Resumo dos fluxos de caixa/ Saldo da gerência anterior; -

b) Regra do equilíbrio orçamental nas modificações-art.º40º, Lei 73/2013, 3 de setembro; -----

c) Anexo I; -----

d) Relatórios da 2.ª revisão aos documentos previsionais 2018. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira e Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XII DIVERSOS

1. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE LUGAR DE TERRADO COM BANCA N.º 97, PARA LUGAR DE TERRADO COM BANCA N.º 92, NO LOGRADOURO INTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 31/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Igualdina do Nascimento Borges, contribuinte fiscal n.º 111 334 497, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 8942, em 16.11.2017, relacionado com o pedido de transferência de lugar de terrado com banca n.º 97, para lugar de terrado com banca n.º 92, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

O Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), em vigor no Município de Chaves, é omissivo quanto à possibilidade de transferência de lugares de terrado com banca. -----

Contudo, nos termos do artigo 44.º do RMM, para a resolução de dúvidas e omissões na aplicação das disposições do referido regulamento é competente a Câmara Municipal. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O pedido formulado consubstancia o pedido de transferência do direito de ocupação do lugar de terrado com banca n.º 97, para o lugar de terrado com banca n.º 92, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

De facto, por consulta do programa de gestão de Feiras e Mercados, o lugar de terrado com banca n.º 92 encontra-se atualmente vago. -----

Pedido parecer ao encarregado do Mercado Municipal de Chaves, Manuel Sarmiento, é seu entendimento que a alteração de lugar não causará qualquer constrangimento ao normal funcionamento do Mercado. -----

Face ao exposto, o pedido de transferência de lugar de terrado, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, poderá ser acolhido, mantendo a requerente os direitos e as obrigações da primitiva ocupação, bem como o ramo específico de atividade. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento da pretensão; -----

Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciada no deferimento do pedido de transferência do lugar de terrado com banca n.º 97, para o lugar de terrado com banca n.º 92, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves; -----

Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui o Mercado Municipal de Chaves, a informação de cadastro dos lugares de terrado, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 3 de abril de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Moraes -----

Anexo: Requerimento NIPG 8942 -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 09/04/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 10/04/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LUGAR DE VENDA C/ BANCA NO LOGRADOURO INTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 32/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Maria Sofia Correia Pinto, contribuinte fiscal n.º 212 289 039,

registada nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 469, em 17.01.2018, relacionado com o pedido de uma banca no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

Conforme n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), a atribuição de lugares de terrado, novos ou vagos, nos Mercados Municipais, far-se-á através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado por edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". -----

O procedimento referido no número anterior deve ser realizado com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para a pessoa cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais, ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária (cf. n.º 2 do artigo 22.º do RMM). -----

O RMM, conforme n.º 2 do artigo 21.º, prevê ainda a possibilidade de se ocupar um lugar de venda, que se encontre vago ou cujo titular não ocupou até às 8h00, a título ocasional, observando, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos no artigo seguinte. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O pedido formulado consubstancia o pedido de atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda, com banca, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, para venda de produtos agrícolas. -----

Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

A atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda no Mercado Municipal carece da autorização pelo executivo municipal, da abertura do procedimento de atribuição do direito de ocupação, e concretização do ato de adjudicação de tal direito. -----

Contudo, a requerente poderá sempre beneficiar da ocupação de um lugar de venda, que se encontre vago ou cujo titular não ocupou até às 08h00, a título ocasional, conforme n.º 2 do artigo 21.º do RMM. -----

Face ao exposto, o pedido de atribuição do direito de ocupação a título permanente de um lugar de venda, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, não poderá ser acolhido, devendo a requerente ser aconselhada, enquanto aguarda por novo ato público, a ocupar, sempre que possível, um lugar a título ocasional. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de indeferir o pedido em concreto, com a ressalva da alternativa preconizada pelos serviços nos termos referidos no ponto ii) do n.º 3.2, desta informação, enquanto aguarda por novo ato público. -----

Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao mesmo vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º do CPA.

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----
Chaves, 4 de abril de 2018 -----

A Técnica Superior -----
(Cristiana Moraes) -----

Anexo: Requerimento NIPG 5735 -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 09/04/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 10/04/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROJETO DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 33/DSC/2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

Com a presente informação pretende-se: -----

Dar a conhecer ao Executivo Municipal as conclusões da análise das Sugestões apresentadas durante o período de Audiência dos Interessados, a que foi sujeito o Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, por parte das entidades representativas dos interesses em causa, mais concretamente das associações e organizações de produtores pecuários a operar no concelho de Chaves, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CPA. -----

Desencadear os procedimentos tendentes à aprovação, por parte da Assembleia Municipal, do referido Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária. -----

FASES DO PROCESSO -----

Considerando que, de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município. -----

Considerando que tal aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 100.º do CPA, deve ser precedida da audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, tendo sido para o efeito identificadas as associações e organizações de produtores pecuários, a operar no concelho de Chaves, representativas da totalidade dos eventuais beneficiários. -----

Assim, para cumprimento do estabelecido em matéria de Audiência dos Interessados, despoletada pela aprovação da proposta n.º 17/GAVP/2018, presente na reunião ordinária do executivo municipal de 22.03.2018, foi estabelecido um período de 30 dias, para a apresentação de contributos, sendo para o efeito enviado o projeto do novo regulamento, através de carta registada com aviso de receção, para as seguintes entidades: -----

Bons e Valentes - Associação de Criadores de Gado; -----

Associação dos Agricultores e Pastores do Norte; -----

Cooperchaves, CRL. -----
 Todavia, antes do fim do referido período de audiência dos interessados, deram entrada nos serviços municipais, e foram registados no correspondente processo administrativo, os contributos escritos de todas as entidades identificadas como representativas dos interesses em causa. -----

Para efeitos de formalização da proposta final de aprovação do regulamento em causa, os serviços procederam à análise e ponderação de todos os contributos recebidos, na forma de sugestões e/ou observações, materializando-se tal análise e ponderação no relatório que consta como anexo desta informação, o qual, para todos os efeitos legais aqui se dá por reproduzido. -----

Como se constata no referido relatório, nenhuma das alegações apresentadas em sede de Audiência dos Interessados foi considerada pertinente, pelo que é entendimento dos serviços que deve ser mantido o clausulado do projeto de regulamento que foi submetido a Audiência dos Interessados, cujo documento se dá por integralmente reproduzido, constando o mesmo em anexo para ser aprovado pela Assembleia Municipal.

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a aprovação da seguinte estratégia procedimental: -----

Que seja submetido à consideração do Executivo Municipal, para conhecimento e aprovação, o "Relatório de Análise das Sugestões apresentadas, durante o período de Audiência dos Interessados", a que foi sujeito o Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, nos termos do n.º 1 do artigo 100.º do CPA, segundo o qual nenhuma das alegações apresentadas em sede de Audiência dos Interessados foi considerada pertinente. -----

Em coerência com o preconizado no número anterior, que o Executivo Municipal delibere: -----

Manter na íntegra as normas do Projeto Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, que foi submetido a Audiência dos Interessados; -----

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o referido Regulamento, dando cumprimento ao estabelecido a alínea g) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Caso venha a ser deliberado nesse sentido, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à sua aprovação por parte do aludido órgão deliberativo municipal, nos termos legais supra referidos, devendo o processo ser instruído com o Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, conforme documento que se anexa à presente proposta; -----

Por último, caso a proposta de Regulamento venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverá promover-se a publicação no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet (no sítio institucional do Município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e artigo 139.º do CPA. ---

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, -----

Chaves, 13 de abril de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo 1 - Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária -----

Anexo 2 - Relatório de análise das sugestões apresentadas durante o período de Audiência dos Interessados -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 13/04/2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

2. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a informação à consideração da Senhora Vereadora Paula Chaves, para que a mesmo profira despacho no sentido de propor ao Executivo Municipal que delibere no seguinte sentido: -----

2.1. Aprovar o Relatório de Análise das Sugestões apresentadas durante o período de Audiência dos Interessados; -----

2.2. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, dando cumprimento ao estabelecido a alínea g), do n.º 1, do Artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

3. Caso a proposta de Regulamento venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverão ser desencadeados os procedimentos de publicação nos termos do n.º 1, do artigo 56.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, combinadas com o artigo 139.º do CPA. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral Chaves, 13 de abril de 2018 -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA -----

RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS SUGESTÕES APRESENTADAS DURANTE O PERÍODO DE AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS -----

1. Bons e Valentes - Associação de Criadores de Gado -----

1.1. Enquadramento da matéria -----

1.1.1. Através do ofício com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia n.º 3094, datado do dia 12.04.2018, a associação Bons e Valentes veio apresentar as suas sugestões/observações ao clausulado do Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, incidindo a mesma apenas sobre as alíneas c) e d) do artigo 5.º e artigo 6.º. -----

1.2. Análise e ponderação das sugestões apresentadas -----

1.2.1. Relativamente à alínea c) do artigo 5.º -----

1.2.1.1. Sobre esta alínea, a associação Bons e Valentes entende que a declaração da OPP, para além de informar que a sanidade foi realizada, deverá indicar a quantos pequenos e/ou grandes ruminantes se refere. -----

1.2.1.2. Sobre esta matéria, importará ter presente que o projeto de regulamento prevê como condição de acesso, na alínea c) do seu artigo 4.º, que o requerente tenha cumprido anualmente, nos seus efetivos animais, todas as obrigações legais, em termos sanitários, através dos serviços de uma Organização de Produtores Pecuária (OPP) a operar no concelho de Chaves. -----

1.2.1.3. Neste contexto entendem os serviços, que só o cumprimento integral das suas obrigações legais, em termos sanitários, atestada por declaração da OPP para o ano a que diz respeito o apoio financeiro

permitirá considerar a aprovação da respetiva participação, pelo que recomendam que não seja acolhida esta sugestão, prevalecendo a redação preconizada na proposta de regulamento em causa. -----

1.2.2. Relativamente à alínea d) do artigo 5.º -----

1.2.2.1. Sobre esta alínea, a associação Bons e Valentes sugere que tendo em conta que cerca de 60% dos criadores associados tem um efetivo reduzido de Pequenos e Grandes Ruminantes, a solicitada "declaração de não dívida seja substituída por uma "declaração sob compromisso de honra...", suportada pelo disposto no artigo 11.º. -----

1.2.2.2. Sobre esta matéria, importará ter presente que, independentemente da área em causa, às autarquias locais, atento o disposto no artigo 87.º da Lei n.º 114/17, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2018, é aplicável o previsto no artigo 31.º-A, do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, e ulteriores alterações, que aprovou o Regime da Administração Financeira do Estado, e que estabelece a confirmação da situação tributária e contributiva do beneficiário, no âmbito dos pagamentos por entidades públicas. -----

1.2.2.3. Neste contexto entendem os serviços técnicos, que não é possível dar acolhimento à sugestão formulada, prevalecendo a redação preconizada na proposta de regulamento em causa. -----

1.2.3. Relativamente ao artigo 6.º -----

1.2.3.1. Sobre esta alínea, a associação Bons e Valentes sugere que à medida que os criadores realizassem mensalmente a sanidade ao seu efetivo pecuário durante o ano em curso, deveriam candidatar-se no referido mês ao apoio do ano anterior. -----

1.2.3.2. Sobre esta matéria, importará ter presente o princípio subjacente ao Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, que visa o apoio à fixação e rejuvenescimento da força de trabalho, motor do desenvolvimento rural, e ainda à sustentabilidade, atenuando o impacto negativo do constante aumento dos custos de exploração, sem o correspondente aumento de receitas dos seus efetivos bovinos, ovinos e caprinos. -----

1.2.3.3. Neste contexto, entendem os serviços técnicos, que este apoio não contempla especificamente as ações de sanidade e profilaxia animal, conforme n.º 2 do artigo 2.º do Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, não carecendo assim de estar associados às ações realizadas neste âmbito, pelo que recomendam que não seja acolhida esta sugestão, prevalecendo a redação preconizada na proposta de regulamento em causa. -----

2. Associação dos Agricultores e Pastores do Norte -----

2.1. Enquadramento da matéria -----

2.1.1. Através do ofício com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia n.º 3092, datado do dia 12.04.2018, a Associação dos Agricultores e Pastores do Norte veio informar que se encontra de acordo com o Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária. -----

3. Cooperchaves, CRL -----

3.1. Enquadramento da matéria -----

3.1.1. Através do ofício com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia n.º 3093, datado do dia 12.04.2018, a Cooperchaves declara não ter qualquer objeção ao conteúdo do Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária. -----

Chaves, 13 de abril de 2018 -----

A Técnica Superior -----
 Cristiana Morais -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 13/04/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 16.04.2018 -
 À reunião de Câmara -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo manifestado a sua posição desfavorável à aprovação do presente regulamento, em coerência com a posição, por si, assumida, sobre a matéria, na reunião deste executivo, realizada no pretérito dia 22 de março do corrente ano. -----

De facto, é sua convicção que o presente regulamento é ilegal, sendo certo que tal avaliação acabou por não ser contrariada, mediante a emissão de parecer jurídico que permitisse esclarecer, definitivamente, a possibilidade legal da Autarquia poder conceder os apoios financeiros nele previstos. -----

Razão pela qual irá votar contra a aprovação do regulamento. -----

Os argumentos, acima, esgrimidos, sobre a matéria, vieram a ser reiterados, pela Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Manuela Tender. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Há um convencimento inequívoco quanto à legalidade do acto de aprovação do regulamento, em apreciação, estando o mesmo integrado no âmbito das atribuições e competências, legalmente, confiadas aos Municípios. -----

2 - Instrumentos regulamentares análogos estão a ser aplicados, em outros Municípios portugueses, não tendo merecido os mesmos, até à presente data, qualquer tipo de censura legal. -----

3 - Este regulamento tem em vista a captação de investimento e, sobretudo, a fixação de pessoas no mundo rural e nas suas terras, dando, assim, cabal cumprimento ao programa do PS, sobre a matéria, e maioritariamente sufragado, pelo povo flaviense. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira e Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do n.º. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. --

De seguida, usou da palavra a Senhora Maria Salomé da Silva Magalhães, tendo manifestado o seu desagrado, pela ação desenvolvida, pela

autarquia, particularmente, pelo Vereador, Arq. Carlos Penas, no que diz respeito ao fornecimento de luz indispensável às operações de rega da sua exploração agrícola. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo prestado, sobre a matéria, os seguintes esclarecimentos: -----

1 - A situação evidenciada irá ser encaminhada para o Arq. Carlos Penas, em vista à obtenção, junto do referido Vereador, de todos os esclarecimentos tidos como pertinentes, sobre a reclamação, ora, apresentada. -----

2 - Por outro lado, este assunto irá ser, simultaneamente, encaminhado para os respetivos serviços municipais, no sentido de serem fornecidos todos os elementos, técnicos e/ou administrativos, existentes, sobre o assunto. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

